



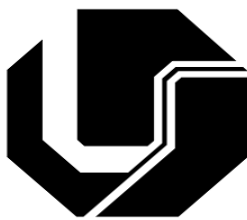
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fotografia e Relações Internacionais: Um Diálogo Possível?

Alanna Fernandes do Nascimento

Uberlândia

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fotografia e Relações Internacionais: Um Diálogo Possível?

Alanna Fernandes do Nascimento

Monografia apresentada ao Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia – (UFU) para obtenção do título de graduação.

Orientadora: Professora Doutora Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro

Uberlândia

2018

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 04 de Julho de 2018

Prof^a. Dr^a. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro – UFU/Uberlândia

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior – UFU/Uberlândia

Prof^a. Ms^a. Lara Martim Rodrigues Selis – UFU/Uberlândia

AGRADECIMENTOS

Pelo que vejo, ouço e sinto, a vida e o viver não são fáceis para ninguém e resistir às tempestades diariamente é um sinal de força e maturidade. Assim foi comigo. Assim é comigo.

Desde o início da minha vida fui submetida a várias situações de opressão, violência psicológica, submissão, o que me fizeram construir caráter, responsabilidade, humanidade e juízo de valor desde muito cedo. Mas minha mãe, a qual sofria também dos mesmos sufocamentos, juntamente comigo, me estendia sua mão sempre com um olhar amoroso me dizendo sem palavras que aquela situação algum dia iria mudar. Ela só não sabia quando, nem se teria forças para romper com as amarras de um relacionamento completamente abusivo. E, neste meio cresci carregando comigo alguns traumas, restrições, incertezas, falta de sonhos, profundas mágoas e a única certeza que eu cativava era a de que eu era um completo fracasso em tudo que tentava fazer e meu único dom era a inutilidade. Isso foi potencializado pela escola que segregava as turmas por notas. Números jamais entraram na minha cabeça. Mas um número ZERO posterior a cada prova sempre entrava e permanecia no meu coração. Assim, o meu dom era elevado à décima potência.

Com problemas agravados em relação à saúde mental, a insônia era minha melhor amiga e me fazia companhia todas as noites. Na minha adolescência ainda não era comum *smartphones* com acesso irrestrito à WI-FI, então o que me restava eram os programas irrelevantes e repetitivos que passavam na TV. Certa noite, ao assistir um destes, uma pessoa convidada mencionou que cursava Relações Internacionais, eu gostei do nome e, sem pesquisar e sem nem saber do que se tratava, marquei no processo seletivo da Universidade Federal de Uberlândia por achar que qualquer coisa era melhor do que nada, já que julgava não ter aptidão para nenhum curso mais conhecido.

Por sorte ou acaso do destino, fui aprovada. Cheguei totalmente perdida e as dificuldades vivenciadas na escola foram multiplicadas na faculdade. Logo o primeiro semestre se findou e, com ele, a primeira reprovação. Foi na matéria de Ciência Política que tratava de uns assuntos tão complexos que jamais havia ouvido antes. Aquilo me dilacerou, mas segui em frente. Após o fim do segundo semestre reprovei em mais duas

outras matérias e novamente em Ciência Política. Tudo começou a desandar e meu dom gritava ao pé dos meus ouvidos diariamente. Pois bem, por mais impossível que parecia, minha mãe me ligava todos os dias para que não faltasse nada: nem dinheiro, nem afeto. Consegui continuar. Assim, após tantas delongas, primeiramente eu gostaria de agradecer de maneira imensurável de forma que o sentir ultrapasse os limites da razão, à minha mãe Cláudia por ser sempre uma mulher extraordinariamente forte, resistente, amorosa, generosa e tantas outras definições que a língua portuguesa e nem qualquer outra possuem palavras para descrever e definir perfeitamente o quanto a existência dela aqui na Terra contribui para um mundo melhor. Obrigada por se doar tanto por mim, obrigada por aguentar tanto peso por mim. Obrigada por ter vivido por mim, mesmo quando você ainda carecia de vida naquele ambiente hostil que nada tinha de vivo. Você é a razão da minha existência e sucesso. Você é o motivo pelo qual me tornei generosa e empática. Você é tudo.

Com essa força de mãe para filha, continuei na universidade ainda desacreditada, porém tentando. Por seguir, tive a fascinante oportunidade de conviver, aprender e compartilhar conhecimento com vários mestres e mestras. O Prof. Sylvio Andreozzi que enxergou em mim uma potencialidade que eu jamais havia reparado, me chamou para uma conversa a fim de me ajudar e foi seu carinho, competência e profissionalismo que mudou de uma vez por todas a minha caminhada acadêmica. Ele me ensinou a olhar para além do que se vê e a detalhar o além com a escrita. A partir do momento em que passei a enxergar a vida com outros olhos, me senti viva, renovada e comecei a crescer dentro de mim mesma. Por isso professor, sou eternamente grata. Por despertar em mim, a minha imensidão.

Em fase de crescimento, conheci Anderson Pereira Santiago. Uma pessoa que não é pessoa, é muito mais que isso e que nem merecia habitar a Terra, pois tal alma está há anos-luz de existência e consciência dos demais terráqueos. Com ele, tive a oportunidade de acessar conhecimentos e vivências políticas atreladas à arte que foram de fundamental importância para quem me tornei e para como enxergo, vejo e sinto o mundo e suas contradições sociais-ideológicas-políticas-econômicas. Ele me ensinou a sentir. Ele me ensinou a fazer desse sentir, luta. Ele me ensinou poesia, dança, teatro, fé. Desta forma, gostaria de agradecer por existir, por acreditar num mundo mais puro, com equidade e subjetividade e por proporcionar a todos e todas, presença, sorrisos, sentimentos, mudança.

Anderson me apresentou ao movimento estudantil da UFU, o qual me inseri por meio do Levante Popular da Juventude. Nele conheci várias pessoas com o mesmo sonho, mas cada um com sua individualidade e particularidades, o que me propiciou viagens, novos olhares, novos conhecimentos, nova visão de mundo. Por isso e por tão mais, agradeço.

Ao descobrir o quanto as mulheres são oprimidas diariamente somente pelo fato de serem mulheres, me inseri na Coletiva Feminista Flor de Cacto, a qual promovia intervenções artísticas denunciando o machismo na universidade e na sociedade como um todo. Também me inseri na Marcha Mundial das Mulheres. Lutar ao lado de mulheres indescritivelmente e genuinamente fortes me proporcionaram fibra, garra e força. Seguiremos em Marcha até que todas sejamos Livres! Por isso, agradeço pelas partilhas, lutas e sororidade.

Ainda crescendo em mim, participei da AMERI (Articulação do Movimento Estudantil de Relações Internacionais) e, após um ano, tive a oportunidade de fazer parte da Coordenação Nacional. Na AMERI aprendi a valorizar meu país, meu continente, minha identidade cultural sempre em movimento, os povos-originários e seus direitos, a História da América Latina e a força desse povo maravilhoso. Por isso agradeço por todo esse amor latino-americano que pulsa, ainda em veias abertas. E compartilhando da crença de Joaquín Torres, “Nuestro Norte es El Sur!”.

Depois destas voltas ao mundo citadas, nem tudo foram rosas. Outras dificuldades pessoais surgiram e, com elas, outros mestres para me orientarem e acolherem, sendo mais que professores, indo além de suas funções, se permitindo sentir e cuidar, para além de um currículo. Professor Áureo Toledo, você é luz no mundo! Você iluminou minha escuridão me aconselhando com cuidado e preocupação. É assim que tem que ser! Obrigada pelos conselhos, pela preocupação, pelo carinho e pelo reconhecimento ao ver que superei, venci e agora me deleito no sucesso. Agradeço pelos ensinamentos acadêmicos e de como um ser humano deve se portar diante a dor do outro.

Professor Pedro Henrique Cícero, que tem semblante de sério e à primeira vista ninguém nem ao menos consegue mensurar a vastidão desse coração que pulsa honestidade, competência, empatia, inteligência e sabedoria. Obrigada por cuidar dos meus conhecimentos sobre América Latina e dos meus conhecimentos sobre mim mesma.

Sem sua ajuda eu jamais teria conseguido chegar aqui onde estou, finalizando este trabalho de conclusão de curso.

Professor Filipe Mendonça, obrigada por me ensinar sobre Estados Unidos, hegemonia, dólar, GATT, mas além de tudo, me ensinar que quando cremos em alguma coisa, devemos lutar diariamente por ela mesmo que seja maçante, mesmo que tome tempo, mesmo que pareça não dar resultados imediatos e ou satisfatórios, mesmo que doa. A sua luta é um exemplo de vida, de como me portar socialmente, de como defender o que penso, sempre buscando evitar opressões sistêmicas e exaltar a permanência do bem-estar coletivo. Te admiro e te agradeço.

À Professora Marisa, não sei se tenho palavras para expressar a grandiosidade desta mulher incrível que em si, pulsa fibra, resistência, coragem e, mesmo que talvez não saiba, amor-próprio. Uma pessoa naturalmente guerreira, que levarei como exemplo para sempre. Dividir sala de aula, conhecimento, carinho e coisas boas com você foi muito sublime para mim. Agradeço por acreditar em seus estudos, eles são extremamente importantes para nós da América Latina. Sem dúvida, você faz a diferença. Espero que continue sempre brilhando com esse sorriso e riso tão lindos e sinceros que contagiam e dão esperanças. Nunca descredite do seu poder de ser no mundo!

Agradeço profundamente à Professora Lara Selis, por ser tão sensível e enxergar o mundo com olhos tão doces e amorosos. Suas palavras tocam a alma bem lá no fundinho e não ousa pensar em desistir e desacreditar após lê-las e ou ouvi-las. Agradeço por compartilhar arte, poesia, teoria, vida. Estar em sala de aula com você foi um dos maiores prazeres e oportunidades que tive a honra de experimentar durante minha vida acadêmica.

Gostaria de agradecer, de coração, ao Professor Florisvaldo pelo carinho e pelo sorriso terno ao ter aceito meu convite para fazer parte da banca avaliadora e, portanto, da história da minha vida. Infelizmente não tive a oportunidade de ser mais próxima, entretanto, sei e sinto que é uma pessoa profunda e especial. Obrigada.

À minha orientadora Maria Elizabeth que é muito mais que isso, que não existe definição para o que você representa na minha vida. Uma mulher vivida cheia de sonhos nos olhos, conhecimentos nos sorrisos, cheia de coragem nos abraços e afeto nas partilhas e encontros. Mulher de luta, palavras de poesia, estudos de resistência, vida de combate, de fotos, de doar-se. Você é espírito reluzente que toca o chão. Você é oportunidade,

crença, equidade. Que presença! Que alma! Que ser! Você mudou o rumo da minha vida, acreditou em mim, me amou como uma mãezona sem exigir nada em troca. Se abriu pra mim e ao mesmo, abriu o mundo pra mim. Eu me abri e me abri pro mundo. Beth, você é a minha estrela guia e no meu coração jamais caberá meu amor e admiração por sua pessoa poética que toca, que colore a existência cinza com suas palavras-arco-íris. Sua presença é prisma que reluz cores-vida. Você brilha e pulsa esperança. Gratidão por tudo.

E falando neste munda cinza, nada somos, nada sou sem o amor genuíno e, por isso, agradeço à Verônica por me abrir para o amor, me ensinar o amor, viver, compartilhar e sentir comigo o amor, o sentimento mais precioso que um ser humano pode sentir e cultivar. Cores. Azul e Verde se entrelaçando no Universo até o infinito. Agradeço pelos conselhos, força, crença e fé em mim. Agradeço por aguentar meus desabafos, meus dias difíceis de reclamações, frustrações e choro. Agradeço por, acima de tudo, compartilhar corpo, alma, espírito, energia, sonhos e planos comigo. Sua presença foi e é fundamental para que eu continue seguindo e sendo. Te sinto, dona das minhas poesias, te cuido. Te amo.

E a vida nada é sem uma amizade sincera e madura. Crescemos sim, mas nos apoiando e servindo de apoio, assim, pelos conselhos, pelo olhar amoroso, pelos momentos de festa, alegria, bebedeira e leveza, agradeço à Barbara Turci por ser a alma amiga mais leal e incrível que conheço. Uma mulher de fibra, a profissional mais competente solidária e empática, meus sinceros e profundos agradecimentos. É muito grandioso ser e estar na sua existência.

Agradeço pelas companheiras e companheiros de jornada, pois sozinho ninguém segue da mesma maneira.

Natasha Grzybowski, obrigada pelo cuidado. Obrigada por nunca se retirar da luta. Juntas somos mais fortes. Seu afeto e amizade me fazem mais forte.

Vitória Kavanami, obrigada pela amizade, por me ouvir e por dividir dores, crenças e amores pela arte, pela cultura, pela música, por um vida mais leve e justa.

Bruna Manna, obrigada pelos ensinamentos sobre a espiritualidade e universo, Fibonacci e fractal. Te admiro profundamente.

Matheus Sousa, o amado Mantola. Obrigada por ser tudo que é, com tanto sentimento e veracidade. O mundo precisa de mais pessoas como você.

Maurício Neto, obrigada por sempre me ensinar como é ter um coração imenso, puro e amoroso.

E depois de tantos aprendizados, gostaria de agradecer também ao meu pai por me ensinar o que nunca devo ser, coisas que nunca devo fazer nem dizer, como nunca tratar uma mulher, um negro, um portador de deficiência, um filho. Obrigada por me ensinar, que o mau existe e que ele pode estar mais perto do que nós imaginamos. Obrigada por todos os sofrimentos causados, também por eles é que estou aqui, cheguei onde cheguei e estou conquistando coisas novas. Só sei que sou eu, porque sei que não sou igual a você.

**A todos e todas que tiveram e têm sua existência negada pelo
racismo.**

RESUMO

Qual o sentido de corpos negros serem retratados na fotografia brasileira oitocentista? E nos discursos científicos de modo geral? Este questionamento é a força motriz que conduziu os caminhos dessa pesquisa sobre a história a fim de apreender discursos sobre a existência e condição do negro no Brasil desde o início da colonização até os dias atuais. As imagens fotográficas, produzidas a partir de determinados discursos, nos ajudam a entender como as identidades culturais são produzidas no seio da sociedade brasileira por meio de dispositivos construídos a fim de demarcar diferenças e imprimir desigualdades, às vezes de forma eficaz e sutil. Considerando-se a emergência das ciências e o desenvolvimento das disciplinas na modernidade, priorizando-se as Relações Internacionais, questionamos a presença – ou a ausência, ou a imagem construída nas margens – de certos sujeitos na paisagem social, nas teorias, na fotografia, inclusive como atores a serem considerados nos discursos das relações sociais e internacionais.

Palavras-chave: Fotografia. Relações Internacionais. Discurso. Representação. Identidade. Raça.

ABSTRACT

What is the point in black bodies being portrayed in eighteenth century Brazilian photography? What about in scientific discourse in general? These questions were the driving force to lead the way of this research on history, in the quest to apprehend discourses about the existence and status of black people in Brazil from the beginnings of colonization to current days. The photos, made from certain discourses, help us understand how cultural identifies are generated in the bosom of Brazilian society through devices built to delimit differences and imprint inequalities, sometimes in a subtle and effective manner. By considering the emergence of science and the development of such themes in modernity, by prioritizing International Relations, we question the presence – or the absence, or the picture built on the margins – of certain subjects in the social landscape, in the theories, photography, as well as as actors to be considered in the discourses of social and international relations.

Keywords: Photography. International Relations. Discourse. Portrayal. Identity. Race.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. O DESLOCAMENTO EPISTÊMICO NÃO NOS LEVOU ONDE QUERÍAMOS ESTAR: AINDA ESTAMOS DESLOCADOS	7
1.1. O Primeiro Grande Debate em Relações Internacionais	8
1.2. Segundo Grande Debate em Relações Internacionais	15
1.3. Os anos 70 e a virada “interparadigmática”, ou o Terceiro Grande Debate	21
1.4. A Virada Construtivista	32
1.5 Onde Está o Sujeito nas Relações Internacionais?	36
2. DOMINAÇÃO DOS CORPOS NEGROS: O INÍCIO DE UM PROJETO POLÍTICO DE MANUTENÇÃO	41
2.1 A Colonização Como Gênese do Racismo	41
2.2 A Ausência do “Outro”	47
2.3 A Naturalização da Diferença	51
2.4 O Determinismo Científico Chega ao Brasil	55
3. FOTOGRAFIAS, REPRESENTAÇÕES E SENTIDOS.....	62
3.1 Deu-se a Luz à Fotografia	62
3.2. O Discurso da Eugenia: Imagens da Ciência	78
3.2 Os Estigmas dos Signos e Significados, Discursos de Poder e Convenções Sociais	88
CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS.....	98
ANEXO	104

O Mito da Democracia Racial

Mulheres Negras “da cor do pecado”
Que tiveram e tem seus corpos violados
Somente para domínio e poder
Do homem branco para se auto satisfazer

A hiperssexualização e objetificação
Dos corpos das mulheres em questão
Resultam em estupros, violência doméstica e vários outros tipos de opressão
E, com seus sentimentos banalizados e direitos negligenciados
Há 500 anos, são esquecidas pelo Estado

Será que existe mesmo a tal democracia racial?

Então, por que o Brasil é o único a construir prédios com elevador exclusivo para
serviçal?
Por que ainda há, entre brancos e negros, tamanha diferença salarial?
Por que é tão ínfima a presença de negros na Câmara dos Deputados e Senado Federal?

Basta abrir os olhos
E querer enxergar

Se antes os brancos eram donos do cafezal
Hoje, comandam o meio empresarial e o setor industrial.
Suas riquezas permaneceram, e até engrandeceram
Só mudaram o ponto focal

Se antes o sistema era regido pela escravidão
Hoje, vivemos a era da terceirização

O tempo passou e o Brasil se modernizou.
O que mudou, afinal?

De mão de obra escrava, para superexploração
De mucama, para “como se fosse da família”
De mulata, para vadia
De Rio de Janeiro para Brasília

Qual é a nossa real situação?

Desde o primeiro mandato de Getúlio Vargas, uma tradição
Das perdas, a socialização
Já, dos ganhos, a total alienação

Alanna Fernandes do Nascimento

INTRODUÇÃO

A partir de vivências cotidianas e olhares, ainda leigos, foram surgindo questionamentos e incômodos cotidianos acerca da presença do racismo na sociedade brasileira contemporânea. Ao capturarmos com nossos olhos ou lentes o dia-a-dia dos grandes centros urbanos, é possível perceber espaços que são ocupados, identidades que estão em constante movimento e também vidas que não se movimentam e ou são impossibilitadas de movimentarem-se. Não porque querem, mas porque são condicionadas a sonhar sair do lugar, mas ao mesmo tempo, estão de mãos atadas, estão presas ao passado-presente em que o racismo é a corrente. Esse incômodo que me sufocava (e sufoca) a alma foi potencializado a partir de minhas produções poéticas, fotográficas e cinematográficas que buscam desmascarar-denunciar desigualdades sociais e opressões. E, por fim, senti a necessidade de institucionalizar o incômodo trazendo-o para a academia.

Num primeiro momento poderá parecer que um assunto jamais dialogará com o outro em termos teóricos e ou práticos, entretanto, está justamente nesse ‘não-lugar’ o meu maior desafio. A arte me move, me faz crescer, potencializa minhas subjetividades, e abre meus olhos para o mundo – mesmo que este abrir os olhos seja dolorosamente ardente. Os debates dentro de sala de aula também contribuíram profundamente e me formaram como a pessoa que sou hoje com minhas crenças, posicionamentos e ideais. Assim, não poderia deixar de me esforçar para realizar um trabalho que contemplasse tudo do que sou e do meu vir-a-ser.

A linguagem não é (e não deve ser) somente por vias da escrita e oralidade. O conhecimento é transmitido e os discursos são construídos também a partir de imagens, sendo assim, proponho que percorram este caminho comigo, ainda sem rumo definido, contudo cheio de questionamentos que poderão se desdobrar em chegadas, novas viagens, entre outros.

Entendendo que as Relações Internacionais estão cada vez mais complexas e abarcando elementos novos, e a fim de reconhecer a historicidade desse território disciplinar, procuramos abordar algumas de suas matrizes e vertentes teóricas que definem um percurso e ancoram nossa reflexão. Assim, no Capítulo I, **“O Deslocamento Epistêmico Não Nos Levou Onde Queríamos Estar: Ainda Estamos Deslocados”**,

buscamos situar a origem dos questionamentos que resultaram no presente trabalho. Ao lermos as teorias de Relações Internacionais, é possível perceber que nenhuma delas dá conta de realizar uma leitura inclusiva. Assim, buscamos refletir sobre a História de como foi cunhada e como avançou até os dias de hoje as produções teóricas que formaram tal disciplina. Ao avaliarmos como caminhou, desde o início, esse campo de estudos, percebemos que muitas foram as mudanças e muitos foram os avanços, entretanto, a trajetória da pesquisa nos levou a refletir sobre como as teorias foram naquele momento produzidas por nações centrais, em um jogo político marcado, para adequarem-se à realidade de países desenvolvidos e que países subdesenvolvidos e ou periféricos não se encaixam e, devido a este fator, só aprofundam sua condição de subdesenvolvimento e dependência. Além disso, observamos, nesse percurso, que as teorias *mainstream* de Relações Internacionais, enquanto episteme, não só não conseguem abarcar as diferenças e particularidades de cada Estado, como produzem e reproduzem tais diferenças, por exemplo, quando abordamos a influência que o racismo e a questão de raça tem na formação da sociedade brasileira, como também, e principalmente, parecem não estar interessadas.

Decidimos fazer uma retrospectiva dos estudos das Relações Internacionais do geral para o particular, assim, iniciamos por esta via a fim de tentar analisar o caso específico do contexto histórico-social de formação da sociedade brasileira a partir do uso da imagem da população em forma de fotografias de negros escravos ou forros do século XIX na cultura visual da nação.

De acordo com Rufino (1984):

Diz o *Larousse* que o racismo prega, em particular, o confinamento dos “grupos inferiores” dentro de um país (segregação racial). Isto sugere, para começar, que há diversas formas de racismo, sendo a segregação apenas a mais ostensiva. A segregação, por sua vez, apresenta diversas modalidades – e, ao pensar nos países em que ela existe, logo nos ocorrem duas: a *legal* (expressa em leis) [...] e a *extralegal*, como na Bolívia, em que índios e *cholos* (mestiços de índio com branco são impedidos de morar e/ou permanecer em certos locais, embora não se encontre qualquer proibição escrita nesse sentido (RUFINO, 1984 pg. 14).

A segregação extralegal, portanto, tem como base de atuação e funcionamento a legitimidade que o povo, nação, tribo dá a ela, mesmo que essa legitimidade seja

excludente. Em outras palavras, o racismo é legítimo na sociedade brasileira, porque, por muitos anos, acreditou-se que havia ‘democracia racial’¹ e o racismo havia sido extinto, levando à falta de diálogo e comunicação sobre a desigualdade social. Assim, o preconceito foi passado de geração em geração e concretizado a partir de piadas, xingamentos, exclusões de sua convivência, concepções pré-concebidas sobre pessoas que nem ao menos se conhece, julgando-as simplesmente pela cor; pois parecia corriqueiro, cotidiano, normal demais para ser questionado. Ou seja, como aponta Rufino (1984), nosso “[...] racismo amadureceu, atingindo, nesse ponto, o plano dos *estereótipos*: visão simplificada de um grupo qualquer”.

Com isso, ao explanarmos as questões que emergem no campo das Relações Internacionais, temos a intenção de reforçarmos que a produção de conhecimento e o pensamento, bem como a moralidade, as ideias, os princípios estão aquém e além das estruturas materiais existentes. Procuramos pontuar, também, que as subjetividades que compõem os indivíduos configuram os meios pelos quais se dão as movimentações, trânsito e deslocamentos internacionais. Desta maneira, conforme Thales Castro, o ato de conceber ideias e formar ideais se dá a partir da **construção** de identidades culturais distintas, interesses e entendimento, busca e manutenção do e pelo poder. É desta forma com que a materialidade é posta, e não ao contrário (CASTRO, 2012). Bem como coloca Nogueira; Messari (2006), “[...] não apenas o conhecimento que temos sobre o mundo é socialmente construído, como o próprio mundo não independe do nosso conhecimento”.

Assim, é partindo desta premissa de que as estruturas sociais são construídas por meio de interesses, ações, contexto histórico, entre outros, que procuramos estudar, no Capítulo II - **“Dominação dos Corpos Negros: O Início de um Projeto Político de Manutenção”** -, a perspectiva decolonial, a fim de pensarmos com base em um novo viés sobre a história da América Latina, sua invasão, o início da modernidade e como e por quê surgiu a questão de raça a partir do novo padrão de poder mundial, que se faz presente e efetiva na formação social do Brasil até os dias de hoje. Buscando explicar, assim, a partir da questão da diferença, como a colonialidade do poder se utilizou do discurso de

¹ Conceito formulado por Gilberto Freyre na obra Casa-Grande & Senzala em que pressupunha que a desigualdade racial já havia sido extinta em 1933, o que ditou e dita o rumo da questão de raça no Brasil até os dias de hoje. Para maiores informações, ver: FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira Sob o Regime da Economia Patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

superioridade, será possível entender como a dominação dos corpos negros foi imprescindível para a manutenção do poder (QUIJANO, 2005).

Quijano nos ajuda a refletir como a colonialidade do poder obterá êxito em suas funções e objetivos tendo em vista que se subdivide, alcançando e influenciando todos os estratos que compõem a sociedade no que diz respeito às subjetividades que constituem o sujeito social. Esses estratos se organizarão em hierarquias e o que estiver na base dela será subjugado, demonizado, oprimido e, por vezes, excluído. Tais hierarquias se baseiam em jogos de poder, inclusive na raça/etnia em que o branco é superiorizado; a orientação sexual a qual é baseada na heterossexualidade; a religião também é outra instância de poder que prevê a tentativa de supressão das religiões de matrizes africanas e o modo de se comunicar, que atua no sentido de extinguir os dialetos de povos originários das regiões colonizadas (QUIJANO, 1993). Assim, nessa mesma direção, Grosfoguel aponta que a dominação europeia e as hierarquias que foram impostas a todas as colônias foram utilizadas como “critérios hegemônicos que iriam racializar, classificar e patologizar a restante população mundial de acordo com uma hierarquia de raças superiores e inferiores” (GROSFOGUEL *apud* GROSFOGUEL, 2010, p. 7).

Estas práticas levaram ao que Quijano (1992) considerou como “a radical ausência do outro”, pois elas se recusam a aceitar que há uma totalidade social, ou seja, que existe a diferença e que ela está presente. Com isso, os colonizadores omitem a relevância e legitimidade da existência do outro como sujeito, pois eles não estão enquadrados no contexto de vida, práticas, crenças, modos de vestir e ver o mundo dos europeus. E é neste momento em que se inicia a relação entre “sujeito” e “objeto” na qual sujeitos são europeus e objeto, o resto, literalmente, na força desta palavra (QUIJANO, 1992, p. 4).

Esta diferença foi naturalizada, e a produção discursiva dos “outros”, marginais, ausentes ou silenciados, é um processo que tem semelhanças na América Latina. A dominação colonial cria e mantém a assimetria das posições sociais, causando a falsa sensação de que há igualdade entre os homens, e particularmente no caso brasileiro, na prática o povo negro sofre restrições e impossibilidades de ascensão social desde o início da escravidão no Brasil (SCHWARCZ, 1996, p. 148).

Por fim, procuramos entender como a construção do “outro” se deu, particularmente aqueles “outros” reconhecidos pelas marcas de raça-etnia, e, com ela, a

naturalização daquela diferença. Esse debate nos parece relevante, por isso dele nos servimos como pano de fundo para analisarmos a representação do negro (escravo ou forro) nas fotografias brasileiras dos oitocentos, no Capítulo III, intitulado “**A Fotografia, é a mesma, mas as representações, não**”. Nele, iniciamos tratando como se deu a descoberta da fotografia, como ela influenciou a vida dos contemporâneos a este invento, e como essas pessoas acabam por construir novos costumes e imagens de acordo com as demandas sociais pelo uso da imagem fotográfica.

Ana Maria Mauad (2004), ao analisar as demandas sociais pelo uso das fotografias, entende que a busca por ter uma foto era proveniente da busca incessante por estar no mesmo nível que o dos europeus e, portanto, o objetivo de ser fotografado era mostrar que a organização social brasileira estava no mesmo patamar (MAUAD, 2004). Nesta busca por “ser representado” a partir da fotografia, a pressão inglesa para a abolição da escravatura no Brasil influenciará diretamente na produção das imagens feitas em meados dos oitocentos (CARVALHO, 2012) e, neste período, negros começam a ser fotografados. Em relação à representação de negros e negras, utilizaremos o conceito de Bhabha (1992, p. 178) quando diz que o colonizado possui semi-vida que gira em torno de semi-representações. Ou seja, os escravos e escravas brasileiras naquele momento eram fotografados, em sua maioria, de forma obrigatória e com adereços como guarda-chuvas, cartolas, fundos ornamentados, balaústras e demais objetos e acessórios na fotografia para criar uma imagem de que o Brasil era civilizado, pacífico e moderno (KOUTSOUKOS, 2006); (NEVES, 2006); (MAUAD, 1997) e (2008). Com isso, Mauad conclui que essas representações fotográficas cheia de adereços que não fazem parte da realidade dos escravizados geram uma “ideia de performance, ligada ao fato de” os representados assumirem “uma máscara social” (MAUAD, 1997).

Com isso, de acordo com Hall (1997) a questão da semi-representação e semi-vida dos colonizados colocados por Bhabha (1992) e o que Mauad (1997) denomina como máscara social”, são um conjunto de convenções sociais que foram construídas em torno de interesses econômicos, religiosos entre outros. Essas convenções sociais só puderam ser efetivas com sua base no que Foucault (1997) concebe como instrumentos/efeitos de poder que acionam discursos e dispositivos políticos que colaboram para o sucesso de determinado projeto político. Não é difícil observar nesses discursos um certo acordo entre as elites nacionais e europeias naquele contexto histórico.

Indagações

o que faz o medo
se não, matar a esperança?

quanto vale a vida?
o que é estar preso
numa guerra civil?
qual é o preço da fiança?

na beira da praia
uma criança
imóvel, morta
as ondas vem e vão
a vida dele, não...

quem é o responsável
por essa matança?
Estado soberano
tentativa de doutrinação religiosa
regime totalitário:
qual o tamanho dessa cruz
que os civis pecadores carregam
ao viverem num eterno calvário?

a Segurança Internacional
serve para que, afinal?
se a herança colonial
de dominação territorial
leva todos a um colapso total?

a Europa explorou, escravizou, saqueou, dizimou
e agora, com a crise de imigrantes se calou
e suas fronteiras, sem nenhum pudor: fechou

Governança Global?
ideologia mais liberal?
beneficia somente aqueles
que detém o controle
da financeirização do capital

os outros Estados?
que abaixem a cabeça
e aceitem a velha
Balança de Poder
como medidora
do peso do Realismo Estrutural

Alanna Fernandes do Nascimento

1. O DESLOCAMENTO EPISTÊMICO NÃO NOS LEVOU ONDE QUERÍAMOS ESTAR: AINDA ESTAMOS DESLOCADOS

As Relações Internacionais como campo disciplinar, tal como conhecemos hoje, começou a se desenhar a partir do momento em que, na Europa, houve uma transição do período monárquico para agrupamentos políticos e burocráticos em torno de Estados soberanos. Estados estes que teriam a função de organizar e responder pelas demandas políticas, econômicas e sociais domésticas. Entre tensões, guerras e tentativas de negociação, o que possibilitou esta mudança foi a Paz de Westfália, que durante o ano de 1648, promoveu a assinatura de 11 tratados de paz que buscavam instaurar o fim da Guerra dos Trinta Anos, que, por sua vez, consistia na série de conflitos e desentendimentos mais destrutivos, violentos e sangrentos na história da Europa até aquele momento (CARNEIRO, 2006).

Com a adesão à organização política no formato de Estados, a legitimação das decisões e interesses internos começaram a se expandir em âmbito internacional, em maior ou menor escala, a depender de cada Estado e sua situação particular, a fim de assegurar recursos que garantissem sua sobrevivência e também a promoção da busca por expansão territorial. Esta dinâmica de poder que consistia em se proteger para que outros não invadissem seu território, e ao mesmo tempo, armando-se e buscando formas de conquistar o espaço dos outros Estados, foi o que possibilitou a transição do absolutismo (sistema monárquico) para a consolidação do sistema estatal moderno sendo legitimado pela soberania do povo. Desta maneira, houve a consolidação do Sistema Internacional de Estados, que é o cenário em que os Estados apresentam suas demandas a partir da busca da realização dos distintos interesses domésticos (JUBRAN; LEÃES; VALDEZ, 2015).

As Relações Internacionais como disciplina e área do conhecimento nasceu imediatamente após a 1ª Guerra Mundial, tendo em vista a grande tragédia em larga escala, no que diz respeito ao número de mortos e a descomunal devastação que ela havia causado. Com isso, o primeiro Departamento de estudos sobre Relações Internacionais foi criado na Escócia, mais precisamente na Universidade Aberystwith, e seu principal objetivo consistia em estudar os fenômenos da guerra (sua origem, suas causas,

consequências e como se dava) a fim de evitá-la e, assim, manter a paz instaurada no Sistema Internacional pelo maior tempo possível (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

O processo histórico de produção teórica em Relações Internacionais foi marcado por três grandes debates. Por meio deles, a disciplina estabeleceu suas perspectivas, avanços e também reconheceu seus limites. Para Waever (1996), a função dos debates era exprimir-se de modo metafórico, e o que há por trás disso é nada mais que uma disputa por liderança ideológica. O primeiro grande debate se deu entre idealistas e realistas, sendo que, segundo Nogueira e Messari (2005) “o primeiro grupo queria estudar como mudar o mundo para torná-lo mais pacífico, enquanto o segundo grupo queria estudar os meios à disposição dos Estados para que pudessem garantir sua sobrevivência”.

1.1. O Primeiro Grande Debate em Relações Internacionais

A produção da vertente idealista-liberal possui seu ponto de partida baseado nas influências do pensamento iluminista². Isto permitiu que o idealismo-liberal perseguisse o caminho da crença e confiança nas normas como efetivas reguladoras de comportamento externo e doméstico dos atores, e também na sua excelência em promover a paz entre os Estados soberanos. Ademais, a abertura das economias para o livre comércio e também a instauração da democracia como modelo político doméstico foram consideradas como as mais exitosas escolhas para a preservação da paz, a promoção e aprofundamento do desenvolvimento (SALDANHA, 2005).

A liberdade do indivíduo é a principal questão contida na doutrina liberal, com isso, a partir desta premissa, o progresso da sociedade só ocorrerá se for assegurada e também incentivada ao máximo a constante proteção da autonomia individual. Consequentemente, ainda que a razão e ou a motivação deste ato seja individualista e que beneficie uma parcela restrita da sociedade, para os autores liberais, a liberdade individual, ao não impor nenhum obstáculo para que interesses pessoais se realizem, permite que haja um resultado social positivo coletivo (PERES, 2009).

² Para maiores informações sobre o que foi o Iluminismo, ver: DONATO, Manuella Riane A.; MELLO, Vico Denis S. de. O Pensamento Iluminista e o Desencantamento do Mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, v. 4, n. 2, p.248-264, dez. 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/118/O_Pensamento_Iluminista_e_o_Desencantamento_do_Mundo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

De acordo com o pensamento idealista-liberal, sociedades que obtém êxito ao funcionarem como autorreguladas, são sociedades bem-ordenadas que participam e seguem princípios, normas e regras controladas por instituições legítimas e íntegras. Segundo Peres (2009), “a consequência dessa visão é que o Estado passa a ser percebido como um mal necessário e uma ameaça potencial”. Apesar disso, o Estado, em vista de manter seu poder e proporcionar plena proteção contra ameaças provenientes de outros Estados, aliena, oprime, violenta, corta direitos de seu próprio povo, a fim conquistar cada vez mais poder. Com isso, o Estado acaba por diminuir exponencialmente a possibilidade de haver paz e, ao mesmo tempo, a possibilidade de promoção de guerras é maior (PERES, 2009).

Desta maneira, ao contextualizarmos a teoria idealista-liberal com o Sistema Internacional, observamos o desejo de superação de conflitos. Segundo Peres:

O sistema internacional é percebido, tanto por liberais quanto por realistas, como anárquico e conflituoso. Entretanto, a tradição liberal se diferencia pela não aceitação dessa condição como imutável. Assim, ela desenvolve propostas alicerçadas no livre comércio, na democracia e nas instituições, com o objetivo de mudar a realidade internacional, tornando-a menos conflituosa e mais cooperativa (PERES, 2009, p. 71).

Uma novidade que a teoria idealista-liberal traz é a premissa de que se há democracia, conseqüentemente, haverá paz, e se há paz, é porque o sistema vigente é democrático. De acordo com Kant *apud* Peres:

É mais difícil qualquer decisão que conduza à guerra em Repúblicas cujo poder estiver alicerçado na representação de interesses coletivos. Parte-se da premissa de que os indivíduos refutariam o conflito, pois não desejam colocar em risco suas vidas. Dessa forma, sociedades democráticas buscariam resolver suas diferenças pacificamente por meio do Direito Internacional, guiadas pela razão e interesses de proteção da vida, bem estar material e liberdade. (Kant *apud* PERES, 2009, p. 72)

Mesmo com a teoria idealista-liberal, que previa que democracias eram o fator fundamental que evitaria a guerra, a Primeira Guerra Mundial eclodiu no ano de 1914 e marcou, assim, a necessidade de haver melhoramentos teóricos, a fim de analisar a realidade com mais coerência, pois a conjuntura do Sistema Internacional havia mudado, e com ela as condutas dos atores.

Percebendo esta necessidade de mudanças e adaptações dos atores a uma realidade que apresentava, naquele momento, novos elementos, Woodrow Wilson, que foi eleito como presidente nos Estados Unidos de 1913 a 1921, motivou a implementação das premissas liberais na política externa estado-unidense na metade de seu mandato. Para o então presidente, a decorrência da Primeira Grande Guerra era resultante de algum tipo de falha no que diz respeito ao funcionamento do equilíbrio de poder, que ditava a estabilização entre as grandes potências daquela época. Foi a partir dessa premissa que, em 1918, foi apresentado à Comunidade Internacional a proposta de Wilson denominada “Quatorze Pontos de Wilson” (GONÇALVES, 2004).

Estes quatorze pontos foram premiados com o Nobel da Paz no ano de 1920, e, posteriormente, se tornariam o modelo da ordem internacional, pois baseavam-se nos princípios do Direito Internacional Público, ao assegurar a preservação de uma “ordem justa, isonômica e compromissada com a questão da soberania dos Estados”. Ou seja, passaria a se defender a não ingerência de um Estado nos assuntos domésticos de qualquer outro Estado (CASTRO, 2012 p. 344).

Assim, os quatorze pontos provocaram uma efervescência política e, de acordo com Peres (2009), “a despeito do caráter normativo e pouco científico, esse conjunto de propostas previu a criação da Liga das Nações, em 1919, e marcou o pródromo de um período de esforços para se alcançar a paz, por meios jurídicos, que se estendeu até 1939” (PERES, 2009).

Esta vertente ficou conhecida como idealismo democrático-republicano e seu ponto principal está no fato de que enfatiza a existência da *pax democrática*, ou seja, se as nações estão em paz, é porque, necessariamente, elas são democráticas. Ao pautarem esta premissa, os idealistas da vertente democrático-republicana ganharam reconhecimento e suas ideias e seus ideais foram o carro chefe da formulação política entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, por meio da criação e legitimação do Pacto da Liga das Nações, os Acordos de Locarno e, por fim, da Declaração da Conferência de Munique que ocorreu no ano de 1938 nas proximidades da eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial. De acordo com Castro (2012), os autores buscavam “[...] a abolição completa do recurso político à guerra por meio de um mero ato jurídico internacional lacônico, sem estarem fundamentadas as bases sólidas para a paz, a segurança e a estabilidade dos Estados”. E o que resultou desta falta de embasamento foi um ciclo

constante de desconfiança generalizada no Sistema Internacional, o que sucedeu na busca por melhorar arsenais armamentistas, causando, assim, novos focos de conflitos ao redor do globo e acabou por generalizar um sentimento de constante insegurança e ameaça entre os Estados (CASTRO, 2012).

Assim, com esta “falha” analítica, de acordo com Castro, ficou impossível garantir um ambiente de equilíbrio global. Para ele:

O idealismo vai ter, no fim da Liga das Nações e na substituição pela ONU, uma redefinição pontual. O fracasso da Liga das Nações se deu, de forma sintética, por três motivos primordiais. Primeiro, nem todas as grandes potências se tornaram membro (os Estados Unidos se excluíram pelo veto ocorrido no Senado durante a Administração Democrata de Wilson). Segundo, seus membros não se dispuseram a pagar pelos custos de uma ação coletiva contra o Estado agressor. E, por fim, o ambiente político-econômico externo propiciou o surgimento de nacionalismos beligerantes de radicalização nazi-fascista totalitária (CASTRO, 2012, p. 347).

Ao analisar o fracasso do idealismo democrático-republicano, Castro observa um deslocamento paradigmático que se orienta na direção do que foi considerada escola realista, visto que:

O idealismo de linha clássica, de linha sociológica e de vertente democrático-republicana vai conter elementos de severas críticas a sua postura de inação e de excessiva confiabilidade no Leviatã hobbesiano em um cenário que é estruturado na força, no interesse, na doutrina da razão de Estado e, especialmente, no poder. Então chegamos a segunda paradigmaticização das Relações Internacionais que é a escola realista ou pontualmente denominada como escola hierárquico-hegemônica (CASTRO, 2012, p. 347).

A partir dos apontamentos de Castro (2012) sobre as críticas sofridas pelos idealistas clássicos pelo fato de suas proposições teóricas terem fracassado ao serem implementadas na Liga das Nações, no ano de 1939, alguns meses precedentes à Segunda Guerra Mundial, Edward Hallet Carr reagiu e lançou a obra *Vinte Anos de Crise*³. Em seu livro, pontuou como a obsessão pelas questões normativas dos primeiros autores da disciplina os limitaram e os privaram de enxergar as Relações Internacionais como um todo. Como aponta Nogueira; Messari (2005), de acordo com Carr, “foi tal preocupação que obrigou esses primeiros acadêmicos a pensarem em termos do *dever ser* do mundo,

³ CARR, Edward Hallet. **Vinte Anos de Crise 1919 - 1939**: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 1981.

em vez de estudar como o mundo *realmente* funcionava”. Ainda, segundo os autores, o foco dos que seguiram as premissas de Wilson em relação a estas questões ético-morais impossibilitou que eles criassem elementos de análise que pudessem alertá-los da proximidade da eclosão da Segunda Grande Guerra. Para tanto, ao formular tal crítica, Carr se referiu a estes acadêmicos como utópicos, idealistas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Segundo Nogueira, Messari (2005), nasceria ali a nova concepção da disciplina, já que:

Ao contrário desses idealistas, Carr definiu um segundo grupo que chamou de *realistas*, que estudava como o mundo realmente era e que defendia uma visão menos utópica e mais sintonizada com as dimensões do poder e do interesse que permeiam a política internacional. A caracterização feita por Carr desse debate como um confronto entre idealistas e realistas ficou conhecida na área acadêmica de Relações Internacionais como o *primeiro grande debate* da teoria das Relações Internacionais. Era um debate ontológico⁴ sobre uma disciplina recém-criada, em que as partes eram o *dever ser* dos idealistas e o *ser* dos realistas. O primeiro grupo queria estudar como mudar o mundo para torná-lo mais pacífico, enquanto o segundo grupo queria estudar os meios à disposição dos Estados para que pudessem garantir sua sobrevivência (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 4. Introdução).

Carr produziu sua obra muito tempo depois do momento em que as teorias utópicas foram pensadas e escritas e, seu livro é uma forma de reação e protesto contra elas. O estudioso se baseou nos três princípios fundamentais contidos de forma subentendida na obra “O Príncipe⁵”, de Nicolau Maquiavel, para dar gênese e formato ao realismo. Segundo Carr, estes três princípios são:

Em primeiro lugar, a história é uma sequência de causa e efeito, cujo curso se pode analisar e entender através do esforço intelectual, porém não (como os utópicos acreditam) dirigida pela "imaginação". Em segundo lugar, a teoria não cria (como presumem os utópicos) a prática, mas sim a prática é quem cria a teoria. Nas palavras de Maquiavel, "bons conselhos, venham de onde vierem, nascem da sabedoria do príncipe, e não a sabedoria do príncipe dos bons conselhos". Em terceiro lugar, a política não é (como pretendem os utópicos) uma função da ética, mas sim a ética o é da política. Os homens "mantém-se honestos pela coação". Maquiavel reconheceu a importância da moral, mas pensava que não poderia existir nenhuma moral efetiva onde não houvesse uma autoridade efetiva. A moral é produto do poder (CARR, 1981, p. 86).

⁴ A ontologia é o estudo ou a ciência mais geral do Ser, Realidade ou Existência. Estudo do Ser daquilo que é e como realmente é. Estuda os seres como são e não com base em fatos ou propriedades. Mais sobre esse assunto em: NEUFELD, Mark A. **The Restructuring of International Relations Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 88.

⁵ Maquiavel, The Prince, caps. 15 e 23 (trad. ingl., Everyman's Library, págs. 121, 193).

A partir desses princípios, segundo Carr (1981), a maior contribuição de sua obra foi não somente sistematizar e modernizar o realismo, mas também “de revelar, não apenas os aspectos determinísticos do processo histórico, mas o caráter relativo e pragmático do próprio pensamento”. Assim, o autor conclui que:

O realista pôde, então, demonstrar que as teorias intelectuais e os padrões éticos dos utópicos, longe de serem a expressão de princípios absolutos e apriorísticos, são historicamente condicionados, sendo tanto frutos dos interesses e circunstâncias, como armas forjadas para a defesa de interesses (CARR, 1981, p. 91).

Desta maneira, o início do Realismo Clássico se dá a partir dos argumentos calcados na perspectiva da auto-ajuda, a fim de que os Estados garantam somente a sua própria sobrevivência no Sistema Internacional, buscando perpetuar seu poder e conservar a ordem a partir da submissão de sua população, utilizando o discurso de manutenção da segurança comum como forma de dominação. Assim, ao pressupormos a imprevisibilidade dos acontecimentos, e, por conseguinte, a possibilidade de não haver estabilidade em algum momento, os esforços a fim de promover e assegurar a segurança são tidos cada vez mais como de suma importância e imprescindíveis no cenário internacional, se os Estados quiserem garantir seus interesses individuais. Se, portanto, há diferentes Estados, com diferentes territórios e populações, então, intuitivamente, haverá interesses distintos. Deste modo, partindo desse pressuposto, vez ou outra estes interesses irão se chocar podendo causar insustentabilidade e impossibilidade de resolução de conflitos de forma pacífica, assim, fica cada vez mais escassa a famigerada harmonia, que fora fundada na segurança. Com isso, devido às assimetrias de interesses e também de poder, a manutenção da paz no Sistema Internacional é cada vez mais instável (CASTRO, 2012).

Com isso, agora em um novo ambiente conceitual que pressupõe a instabilidade, a multiplicidade de interesses e o poder, de acordo com Thales Castro, o cenário internacional:

[...] além de calcado na incerteza, é estruturado em assimetria de informações[...]; [...] é amoldado pelo poder, pela força, pelo interesse [...]. [...] é calcado na desigualdade inerente aos Estados e se retroalimenta por contradições. Espelha as desigualdades profundas dos Estados com seus níveis de desenvolvimento socioeconômico, peso político, aspectos geodemográficos e, sobretudo, capacidade bélica. A corrente alicerça-se na existência de

anarquia, e os interesses individuais dos atores políticos dão forma, funcionamento e coesão ao sistema político. (CASTRO, 2012, p. 317).

De forma paradigmática⁶, é fortemente defendido pelos teóricos do realismo clássico o fato de que o Sistema Internacional apresenta um estado de anarquia relativa constante. A **anarquia**, neste caso, é um termo utilizado para representar a inexistência de um governo supranacional que tenha poder de aplicar normas, com autoridade central sobre todos os Estados que funciona eficazmente, e não para atribuir-se ao caos, como popularmente esta palavra é empregada.

Segundo Nogueira; Messari (2005), para os realistas o Estado é considerado como um ator racional unitário, significando que o Estado agirá individualmente em defesa e em função apenas de seu interesse nacional. Assim, os autores concluem que “a unicidade do Estado se expressa precisamente no fato de ele ser considerado no seu conjunto, mas atuando nas relações internacionais de maneira a representar o todo de maneira homogênea e uniforme” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Para finalizarmos os apontamentos sobre o Realismo Clássico, Castro (2012) o sintetiza em sete fundamentais princípios:

A natureza humana é, em grande medida, egoísta e individualista e tais ações se refletem nas articulações internas e externas dos Estados; a guerra representa instrumento no domínio da política para fins de maximização das estratégias nacionais (razão de Estado) de sobrevivência e segurança; o Estado nacional utiliza a maximização do cálculo do poder diante de seus constrangimentos endógenos e exógenos; o militarismo e as políticas de defesa nacional (ofensivas ou defensivas) são justificáveis sob o ponto de vista de obtenção e manutenção, [...]; o Estado nacional é um principal ator do cenário internacional, permitindo a si o acesso à extensa gama de ações, de prioridades autojustificadas e de prerrogativas exclusivas; e, por fim, os Estados são movidos e posicionados em uma distribuição irregular e assimétrica [...], ocasionando, assim, uma hierarquização cratológica em uma determinada ordem mundial (CASTRO, 2012, p. 319).

Ao olharmos para os princípios definidos acima, podemos concluir que o Realismo Clássico, portanto, defende basicamente a constante e profunda desigualdade entre os Estados membros do Sistema Internacional. Em contraponto ao Realismo Clássico, os teóricos do Liberalismo Clássico se esforçaram muito para vencerem o

⁶ Algo "**paradigmático**" é algo influenciador de como vemos o mundo, como nos comportamos, nos relacionamos com as pessoas e como transmitimos às gerações futuras a tradição ou o progresso hegemônico na sociedade (NOGUEIRA; MESSARI, Introdução p. 10).

Primeiro Grande Debate que marcou o surgimento da disciplina de Relações Internacionais.

1.2. Segundo Grande Debate em Relações Internacionais

Ao passo que o Realismo Clássico, de forma genérica, direciona e centraliza o poder no Estado, o liberalismo, mesmo não desconsiderando a existência de um Estado soberano absoluto, coloca em âmbito analítico outras variáveis legítimas que contribuem para o entendimento do funcionamento do Sistema Internacional. O Liberalismo reforça a premissa de que é necessário produzir conhecimentos referentes ao *dever ser* da realidade, pois confiam plenamente no progresso humano e em sua capacidade de partilhar responsabilidades, buscando o estabelecimento e manutenção da paz, da cooperação entre os povos, da justiça e baseando-se na capacidade de evitar possíveis conflitos que instituições multilaterais, regimes internacionais e acordos tácitos possam vir a ter. Estas são as principais ideias que compõem o liberalismo. De acordo com Castro (2012), o liberalismo em sua forma clássica resguarda o “pacifismo de cunho cooperativo, transparente e progressista. Além disso, enfatiza o cooperativismo estatal com tendências de formalização de uma comunidade perfeita [...]” a partir do fundamento na boa fé, na cooperação por meio da interação entre as nações que sejam pautadas por normas igualitárias na esfera internacional e, por fim, uma estrutura jurídica apta a sistematizar a paz e a justiça em âmbito mundial a partir de repartições de direitos e deveres e a aceitação e cumprimento de valores universais (como, por exemplo, os Direitos Humanos) (CASTRO, 2012).

Assim, podemos concluir que a base do Liberalismo é a formulação de idealizações a respeito de como devem e ou deveriam ser as atitudes dos Estados na implementação de suas ações externas, no Sistema Internacional. Desta maneira, para os liberais clássicos, seria a partir de princípios que a ordem internacional se estabeleceria, ou seja, esta ordem seria previsível, ordenada, pacífica e cooperativa, porque todos que compõem o Sistema Internacional concordariam em agir desta maneira para manter a paz, ao evitar guerras provenientes de movimentos imprevisíveis entre os Estados.

Ao compararmos as duas linhas de pensamento, as principais diferenças entre uma e outra está no fato de que os realistas buscam dar ênfase aos ganhos individuais e

relativos, ou seja, em determinada conjuntura, quanto um Estado pode ganhar a mais do que os outros, ao passo que os teóricos do liberalismo se atentam e defendem os ganhos absolutos que poderiam ser adquiridos conjuntamente se todos cooperassem (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Mesmo com as contribuições de Carr, ainda não havia, de forma sistematizada e formalizada, uma abordagem teórica propriamente dita de Relações Internacionais. Sendo assim, Hans Morgenthau realizou esforços nesse sentido, e ao escrever a obra *Política Entre as Nações*, concebeu, por fim, o realismo como corrente teórica. Segundo Castro:

O mundo pós-guerra inicia o período da era nuclear das Relações Internacionais. As duas bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki revelam para o mundo a força, [...] diante dos impressionantes avanços nas telecomunicações, na medicina, nas ciências aeronáuticas e espaciais. Academicamente, há, nesse contexto, a consolidação da separação da disciplina das Relações Internacionais, com sua autonomia metodológica, de outras áreas, tais como a história e o direito internacional. Além disso, o contexto da guerra fria descortina a rivalidade de “soma zero” bipolar que influenciará nas concepções de Morgenthau sobre a amoralidade da política internacional. Morgenthau defende, ademais, que deve haver um fosso entre uma moral para a esfera pública e outra para a privada (CASTRO, 2012, p. 323).

O método que Morgenthau utilizou para tornar mais didático o nosso entendimento foi elencando seis princípios básicos que compõem o realismo e que seriam fundamentais para entendê-lo e analisar a realidade a partir desta corrente teórica. De acordo com Morgenthau, o primeiro princípio é:

O realismo político acredita que a política, como aliás a sociedade em geral, é governada por leis objetivas que deitam suas raízes na natureza humana. Para estar em condições de melhorar a sociedade, é necessário entender previamente as leis pelas quais a sociedade se governa. Uma vez que a operação dessas leis independe, absolutamente, de nossas preferências, quaisquer homens que tentem desafiá-las terão de incorrer no risco de fracasso (MORGENTHAU, 2003, p. 4).

Neste primeiro princípio, o autor afirma que a política, bem como a organização social, é pautada pela governabilidade a partir de leis objetivas que se espelhem na natureza humana e nos moldes da racionalidade positivista. Logo, neste princípio, o destaque está nos conceitos de **lei** e **objetividade**. Ao nos referirmos à lei, é necessário pensar em eventos que aconteçam repetidamente de forma igual e consistente, ou seja, induzidos por uma norma, ao passo que a objetividade diz respeito a um aspecto

supostamente imutável da forma com que os fenômenos políticos se apresentam. Consequentemente, a natureza humana é o elemento central a ser colocado quando se busca entender, analisar e formular a política, pois ela representa a “essência profunda” e “imutável” do ser humano, que é quem personificará a política (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

A partir das considerações sobre o caráter essencialista da natureza humana, Morgenthau caminha para o segundo princípio:

A principal sinalização que ajuda o realismo político a situar-se em meio à paisagem da política internacional é o conceito de interesse definido em termos de poder. Esse conceito nos fornece um elo entre a razão que busca compreender a política internacional e os fatos a serem compreendidos. Ele situa a política como uma esfera autônoma de ação e de entendimento, separada das demais esferas, tais como economia (entendida em termos de interesse definido como riqueza), ética, estética ou religião. Uma teoria política, de âmbito internacional ou nacional, desprovida desse conceito, seria inteiramente impossível, uma vez que, sem o mesmo, não poderíamos distinguir entre fatos políticos e não-políticos, nem poderíamos trazer sequer um mínimo de ordem sistêmica para a esfera política (MORGENTHAU, 2003 p. 6).

O autor propõe, portanto, que a política seja formulada a partir do ponto de vista do estadista, ou seja, é necessário ter em vista que o objetivo central dos Estados é adquirir e maximizar seu poder. Com isso, obtém o aparato para alegar que “a autonomia da esfera política em relação às demais esferas sociais elevou a racionalidade ao instrumento central do processo político. Para Morgenthau, o uso da razão caracteriza a esfera política” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Deste modo, ao considerar a necessidade da autonomia da esfera política, Morgenthau assinala o terceiro princípio:

O realismo parte do princípio de que seu conceito-chave de interesse definido como poder constitui uma categoria objetiva que é universalmente válida, mas não outorga a esse conceito um significado fixo e permanente. A noção de interesse faz parte realmente da essência da política, motivo por que não se vê afetada pelas circunstâncias de tempo e lugar (MORGENTHAU, 2003, p. 16).

Temos, por conseguinte, a colocação feita pelo autor de que o poder é um conceito universal, isto é, é entendido por todos os Estados da mesma maneira, como sendo a mesma coisa. Entretanto, apesar de ser universal, sua expressividade, na prática, pode

apresentar variações no tempo e espaço, ou seja, o modo com que o poder se expressa se diferenciara a depender a conjuntura política, da história entre dois ou mais Estados, dos interesses do momento, entre outros, nos quais este poder será exercido (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Ao termos compreendido que essa ideia específica em que a concepção sobre o poder é a mesma para todas as nações, porém, ele é exercido de variadas formas a depender do contexto o qual se encontra o Estado, Morgenthau traz o quarto princípio:

O realismo político é consciente da significação moral da ação política, como o é igualmente da tensão inevitável existente entre o mandamento moral e as exigências de uma ação política de êxito. E ele não se dispõe a encobrir ou suprimir essa tensão, de modo a confundir a questão moral e política, dando assim a impressão de que os dados inflexíveis da política são moralmente mais satisfatórios do que o modo como eles se apresentam de fato, e que a lei moral é menos exigente do que aparenta na realidade (MORGENTHAU, 2003, p. 20).

Neste quarto ponto, o autor adverte que os princípios morais tenham fundamental importância no papel de guiar a ação política, contudo, indica que a moralidade deve, necessariamente, se subordinar aos objetivos e interesses, ao implementarem-se os interesses da ação política. De forma mais didática, os *polycemakers* devem ter em mente que, ao adotarem determinada estratégia política com base em princípios morais, a realização dos interesses do Estado, bem como sua segurança, podem, eventualmente, estarem ameaçados. Assim, se os tomadores de decisão escolherem implementar políticas a partir de seus preceitos morais, devem, necessariamente, certificarem-se de que não atrapalhará a maximização de poder do Estado (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Com isso, ao apontar os devidos cuidados que os *policymakers* devem ter com a moralidade ao tomarem suas decisões à frente do Estado, no quinto princípio Morgenthau complementa, dizendo que:

O realismo político recusa-se a identificar as aspirações morais de uma determinada nação com as leis morais que governam o universo. Assim como sabe distinguir entre a verdade e a opinião, é capaz também de separar a verdade da idolatria. Todas as nações são tentadas a vestir suas próprias aspirações e ações particulares com a roupagem dos fins morais do universo - e poucas foram capazes de resistir à tentação por muito tempo. Uma coisa é saber que as nações estão sujeitas à lei moral, e outra, muito diferente, é pretender saber, com certeza, o que é bom ou mau no âmbito das relações entre nações (MORGENTHAU, 2003, p. 21).

Neste ponto, o autor coloca que os princípios morais podem ser distintos a depender do Estado (entre outros fatores), isto é, não são universais. Desta maneira, a moralidade vigente em determinada nação, pode ser totalmente oposta àquela seguida por outra. Com isso, para Nogueira; Messari, Morgenthau “estava claramente lidando com uma tendência nos Estados Unidos de se considerar os princípios morais americanos superiores aos demais e, portanto, que é dever dos Estados Unidos “exportar” tais princípios ao resto do mundo” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Para concluir os seis princípios, Morgenthau finaliza, e afirma:

O realista político não ignora a existência nem a relevância de padrões de pensamento que não sejam os ditados pela política. Na qualidade de realista político, contudo, ele tem de subordinar esses padrões aos de caráter político e ele se afasta das outras escolas de pensamento quando estas impõem à esfera política quaisquer padrões de pensamento apropriados a outras esferas. É com relação a esse ponto que o realismo político discorda do "enfoque moralista-legal" quando aplicado à política internacional. Tal questão não constitui, como se tem pretendido, um mero invento da imaginação; ao contrário, vai ao verdadeiro âmago da controvérsia, como nos recordam muitos exemplos históricos (MORGENTHAU, 2003, p. 23).

Neste último princípio, a intenção é reafirmar a importância e supremacia da esfera política em detrimento das demais (jurídica, religiosa, entre outras). Isto posto, é reconhecido por Morgenthau a possibilidade de pensar os fenômenos sociais de maneiras distintas e de forma legítima, contudo, conclui que somente a política estuda fenômenos inerentes e essenciais, o que, portanto, torna sua autonomia completamente necessária e legítima (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Nogueira e Messari sintetizam essas concepções, a fim de concluir o pensamento de Morgenthau, identificando a relação estreita entre o Estado e o poder, refletindo sobre o papel do estadista, para a manutenção do prestígio e do *status quo*, a importância da política expansionista, aspectos que implicam no uso da diplomacia ou da força:

Para Morgenthau, o Estado define o interesse nacional, e este pode ser traduzido em termos de poder. Desse ponto de vista, a existência da anarquia internacional impõe ao estadista a adoção da ética de responsabilidade, segundo a qual o único interesse nacional relevante é a sobrevivência do Estado. [...]. A manutenção do *status quo* não significa impedir toda e qualquer mudança, mas sim a manutenção do equilíbrio de poder existente e a tolerância de mudanças que não o perturbem. A expansão, por sua vez, pode ser tanto local quanto regional ou global, e pode resultar tanto de uma vitória militar quanto da fraqueza dos demais Estados. [...]. O prestígio chega a seu ápice quando o uso da força se torna desnecessário e basta a ameaça para atingir os objetivos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 33).

A partir disso, Morgenthau representa o início de uma nova era no que diz respeito à produção de conhecimento em Relações Internacionais, tendo em vista que sua teoria propunha uma *atemporalidade*, ao analisar como se dão as relações internacionais. A partir de então, o autor ganhou prestígio, pois, ao conceber o elemento da atemporalidade que permitiria analisar vários períodos distintos das relações entre os Estados com o mesmo arcabouço teórico, sua teoria foi considerada pela comunidade científica como uma teoria profunda capaz de contribuir para analisar a realidade com sua complexidade, ou seja, sem que seja preciso deixar muito elementos analíticos de fora da análise para chegar ao resultado esperado.

Assim, após a produção de Morgenthau, surge “O Segundo Grande Debate de Relações Internacionais” que preocupava-se mais com o modo de estudar a disciplina, e não com o que estudar para concebê-la. De acordo com Waeber (1996), “o realismo teria reinado [...], até o momento em que desafiantes *behavioristas* disputaram a metodologia adequada para a condução dos estudos empíricos do campo contra o grupo denominado de tradicionalismo” (WAEVER, 1996).

Os *behavioristas* surgiram ao apontarem erros e lacunas, tanto no realismo quanto no idealismo, afirmando que nenhuma destas correntes produziam conhecimento utilizando métodos descritivos, de verificação e explicação. Sendo assim, para que estas duas correntes fossem de fato legítimas, era necessário rever suas teorias que, para os behavioristas, estavam muito abstratas no mundo das ideias e torná-las mais exatas, rigorosas e baseadas nas ciências físico-naturais. Sendo o *comportamento internacional* o objeto de pesquisa, para os *behavioristas*, inspirados pelas abordagens da psicologia, então, o estudo deste objeto deve, necessariamente, seguir algumas etapas referentes à produção de conhecimento de outras ciências sociais já estabelecidas. Ou seja, os autores desta corrente criticam o fato de que, até aquele momento, a produção teórica de relações internacionais era incompleta, tendo em vista que as pesquisas não apresentavam coleta e elaboração de dados, análise e tratamento quantitativo destes dados (gráficos, tabelas e outros), e elaboração de modelos que seriam imprescindíveis para a representação da realidade. De forma resumida, os *behavioristas* rejeitam o método histórico-descritivo, pois buscam alcançar um cientificismo mais rigoroso (CASTRO; PIRES, 1992).

Outra crítica pertinente dos *behavioristas* em relação aos chamados tradicionalistas (realistas e idealistas) é o fato de considerarem tanto o sistema internacional, quanto o nacional, como sistemas de aparelho fechado, ou seja, derivado da crença no estado de natureza visto em Hobbes⁷, baseado na premissa de que a vida em sociedade é dada a partir da ideia de que são todos contra todos. De acordo com Castro e Pires (1992), estes “também criticam aos tradicionalistas o fato de ignorarem as variáveis internas, pois acreditam que o estudo destas, como o do processo de tomada de decisões [...] é fundamental para conhecer e compreender a política exterior” (CASTRO; PIRES, 1992).

Assim, para concluir ainda que brevemente sobre o “Segundo Grande Debate de Relações Internacionais”, de acordo com Rosenau:

Ali onde as diferenças entre os enfoques científicos e tradicionais pareciam de início plantear uma drástica opção entre premissas e procedimentos mutuamente excludentes, agora se observa a existência de elementos complementares junto com os conflitos que predominaram no início, e portanto, se tem aceito a existência de vários caminhos para o estudo das relações internacionais (Rosenau *apud* CASTRO; PIRES, 1969, p. 1).

É por isso que o “Segundo Grande Debate” que marcou as Relações Internacionais, de forma resumida, é demarcado pelo argumento dos *behavioristas* de **como** se deve estudá-la, e não **o que** estudar, método utilizado pelos idealistas e realistas, que foram colocados num grupo só, denominado **tradicionalistas**.

1.3. Os anos 70 e a virada “interparadigmática”, ou o Terceiro Grande Debate

Os realistas, após esta disputa, adotaram vários postulados apontados pelos *behavioristas*, para reformular seus métodos de pesquisa, a partir do fim dos anos 1970. De acordo com Peres:

O Realismo Clássico prevaleceu sobre as demais perspectivas até meados de 1970. Nessa década, houve uma reação face às concepções teóricas tradicionais, por não mais refletirem o cenário internacional. O período de distensão entre Estados Unidos e União Soviética, que se seguiu à Crise dos Mísseis (1962); o término da Guerra Fria sem a eclosão de um conflito direto; o repúdio, nos Estados Unidos, da Guerra do Vietnã; e a crise do petróleo de 1973, em que países fracos impuseram seus interesses políticos e econômicos

⁷ HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

a países fortes, evidenciaram as limitações das perspectivas clássicas para interpretar o sistema internacional contemporâneo (PERES, 2009, p. 76).

O tempo passou, a conjuntura internacional caminhou tendo que lidar com os fatos históricos citados acima e mudanças na análise da realidade foram implementadas, assim, de acordo com Lacerda:

Vários analistas consideraram, a partir de meados dos anos 1970, que a ênfase nos aspectos políticos, particularmente os militar-estratégicos, era já contrária às evidências empíricas, que atuavam no sentido da maior importância, ou da importância crescente, no jogo internacional, das variáveis econômicas. Assim, tendo sofrido diversas críticas nesse sentido, principalmente a partir de algumas perspectivas liberais e globalistas [...], alguns autores procuraram atualizar a teoria realista, enfatizando exatamente os aspectos econômicos, mas subordinando-os à manipulação pelos estados nacionais, isto é, fazendo da economia um recurso político (LACERDA, 2006, p. 7).

A fim de continuar na disputa do grande debate, os realistas se apropriaram de alguns apontamentos dos *behavioristas*. Waeber (1996) assinala a obra de Kenneth Waltz, “Teoria das Relações Internacionais⁸”, como maior indicador da mudança de postura dos teóricos realistas pós Segundo Debate. A obra de Waltz foi importante, tendo em vista que o realismo clássico havia perdido forças por tratar de assuntos somente referidos à guerra, enquanto o Sistema Internacional passava por uma mudança significativa no que diz respeito à sua estrutura e modo de funcionamento. Assim, Waltz inovou o segmento teórico realista ao tratar de agente-estrutura, ao levar em consideração a influência de outros segmentos teóricos a serem inclusos na análise de Relações Internacionais, a fim de aproximar mais a teoria da realidade, bem como a microeconomia. E é partindo desse ponto que temos a gênese do Terceiro Grande Debate, mais conhecido como Debate Interparadigmático e que transcorreu ao longo da década de 1970.

Explicitaremos a teoria neorrealista formulada por Waltz, com vistas a focarmos apenas em sua obra publicada em 1979⁹, *Theory of International Politics*. A partir de

⁸ WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-hill, 1979.

⁹ O Terceiro Grande Debate de Relações Internacionais tem sua gênese, quando no ano de 1959, Kenneth Waltz produz sua obra “Man, State and War” logo após as críticas *behavioristas* apresentadas no Segundo Grande Debate. Neste livro, o autor aponta as primeiras diretrizes do Realismo Estrutural (Teoria Neorrealista) e foi o que ganhou força e despertou críticas dos autores Neoliberais durante toda a década de 1970. Tendo em vista que este texto foi construído com base na linearidade dos Grandes Debates de Relações Internacionais e o 3º Debate ocorre principalmente nos anos 70, é importante ressaltar que utilizamos o livro Teoria da Política Internacional (1979) para explicar o Realismo Estrutural pois ele explica de forma mais objetiva e didática a teoria neorrealista do que O Homem, o Estado e a Guerra (1959).

meados da década de 1970, com mudanças significativas no Sistema Internacional, outros assuntos começaram a ganhar peso no que diz respeito à análise e produção científica de Relações Internacionais. Se antes, o principal objeto de estudo era o fenômeno da guerra, a segunda metade do século XX proporcionou o surgimento de novos dispositivos que, portanto, viriam a influenciar a produção de conhecimento e, por conseguinte, ações dos Estados e tomadores de decisão, daquele momento em diante.

Waltz criou o que ele mesmo definiria como “Teoria Estrutural”: não deixaria algumas premissas-base do realismo clássico de lado, muito menos rejeitaria as influências que deu gênese à teoria. A partir disso, o neorealismo representou uma nova guinada no que diz respeito à visão de mundo das pessoas adeptas a esse pensamento na época.

A Teoria Estrutural consiste basicamente em explicar como se dá a continuidade de uma estrutura e seus padrões de repetição. Waltz (1979) aponta que é necessário haver foco quanto à explicação dos fatores que causam mudança, para só então ser possível explicar, com vigor, como se dá a continuidade do Sistema Internacional. Assim, de acordo com Nogueira e Messari (2005), “desse ponto de vista, o que havia permanentemente existido, isto é, o fenômeno recorrente das relações internacionais, era o fenômeno da guerra”. Já que registros historiográficos sempre relataram a ocorrência de guerras, desde a Grécia Antiga, perpassando a organização social baseada nas cidades-Estado da Itália, atravessando o modelo acordado e ratificado pela paz de Vestfália no ano de 1648, até o século XX que foi palco da 1ª e 2ª Guerras Mundiais, Waltz considera que está nestes fatos, seu problema de pesquisa (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

De acordo com Waltz (1979), as guerras entre Estados se dão pelo modo com que a estrutura está organizada. O Sistema Internacional é regido pela lógica da anarquia, ou seja, a partir do princípio da soberania, os Estados possuem total autonomia para agirem no sistema, sem se submeter a um líder ou pressupor hierarquização. Waltz (1979) define anarquia como: “ninguém tem direito de comandar, ninguém tem a obrigação de obedecer”. Sendo assim, o autor indica que a causa da existência permanente de guerras é a anarquia internacional, o que por sua vez, é um fundamento estrutural, no qual se baseia a hipótese do seu problema de pesquisa. Segundo Waltz (1979) “é impossível entender a política internacional simplesmente olhando para dentro dos Estados”, visto que, para ele, tentar explicar o fenômeno da guerra por outros meios que não o modo

como se organiza a estrutura do Sistema Internacional se caracterizaria como uma análise reducionista, e, portanto, irrelevante (WALTZ, 1979).

Waltz sugere que para produzir uma teoria que busque explicar a política internacional sistêmica:

É preciso passar da identificação vaga usual de forças e efeitos sistêmicos para suas especificações mais precisas, para poder dizer quais unidades o sistema compreende e só assim estará apto a indicar os pesos comparativos de causas sistêmicas e subsistêmicas, a fim de mostrar como as forças e os efeitos mudam de um sistema para outro (WALTZ, 1979, p.40).

Assim sendo, Waltz (1979), ao definir uma estrutura, recomenda ser necessário haver três atributos básicos, sendo eles: 1- o princípio ordenador da estrutura; 2- a característica de suas unidades e 3- a distribuição das capacidades entre elas. Sobre o princípio ordenador, o autor diz haver dois, quais sejam: anarquia e hierarquia. Quanto às características das unidades, são definidas a partir do modo como se dividem em função do trabalho entre elas, ou seja, como agem em conjunto e como respondem a estímulos. Sendo assim, é possível que, ou todos inseridos na estrutura cumpram sempre as mesmas funções, ou cada unidade cumpra funções diferentes tendo em vista que cada uma se especializou em cumprir alguma função. E no que diz respeito à distribuição de capacidade entre as unidades, Waltz afirma que qualquer estrutura possui duas opções, sendo ela bipolar ou multipolar (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Ao estabelecer os três atributos básicos supracitados, Waltz os aplica na lógica do Sistema Internacional. Elege a anarquia como o princípio ordenador, visto que não há um Estado com capacidade legítima e jurídica que possua o monopólio do uso da força, ocupando uma posição de liderança (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

A partir da elaboração da premissa de que é necessário caracterizar as ações e funções das unidades que estão contidas na estrutura, Waltz menciona que todas as unidades cumprem a mesma função específica, não havendo, portanto, especialização alguma por parte delas; e ainda, nos traz o conceito de “*self-help*”, que consiste basicamente na ideia de “cada um por si”. Unidade alguma poderá precisar da ajuda de outra, pois se isso acontecer, nenhuma irá ajudá-la a garantir sua permanência e sobrevivência no Sistema Internacional (NOGUEIRA e MESSARI, 2005).

Segundo Waltz (1979):

Dizer que "a estrutura seleciona" significa simplesmente que aqueles que se conformam e aceitam práticas bem-sucedidas como únicas, se elevam ao topo com mais frequência e há probabilidade de permanecerem lá por mais tempo. O jogo que devem jogar a fim de vencerem é definido pela estrutura, que, por sua vez, determinou o tipo de jogador que provavelmente prosperará (WALTZ, 1979, p. 92).

Assim, Waltz (1979), ao definir que a estrutura é o mecanismo que dita as regras do jogo, é necessário, a fim de concluirmos, observar como se dá a distribuição de capacidades entre as unidades, ou melhor dizendo, como o poder é repartido entre elas. De acordo com Nogueira e Messari (2005):

[...] no nível do sistema, o que interessa não são os recursos de poder de cada unidade, mas sim como o total dos recursos é distribuído entre elas. Por isso, as capacidades das unidades são uma característica no nível das unidades, enquanto a distribuição dessas capacidades é uma característica no nível do sistema. Waltz considera, também, que o sistema bipolar é mais estável do que o sistema multipolar: no bipolar, há um espaço reduzido para o jogo duplo e as alianças não declaradas, o que implica uma transparência maior e, portanto, uma estabilidade maior do sistema. O grau de incertezas também é maior no sistema multipolar devido à existência de múltiplos pólos, ao passo que, no sistema bipolar, o monitoramento do outro pólo reduz o grau de incertezas (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 42).

Após Waltz ter apresentado sua tese e nela conter novas perspectivas analíticas no que diz respeito às Relações Internacionais, os autores da corrente liberal perceberam algumas inconsistências no realismo estrutural devido ao fato de que, aparentemente, os Estados e as clássicas questões de segurança, que eram centrais na análise e formulação política das relações internacionais durante pós 2ª Guerra, foram gradativamente perdendo o protagonismo. Assim, de acordo com Gonçalves (2003):

As reflexões desses autores tinham, como base empírica, algumas significativas mudanças, que ocorriam no sistema internacional, dentre as quais, destacavam-se o abandono do padrão-ouro de Bretton Woods; o primeiro choque do petróleo; o fim da Guerra do Vietnã; e o início das tensões comerciais entre os Estados Unidos e o Japão. Devido ao impacto produzido por esses acontecimentos, denotadores da perda relativa do poder dos Estados Unidos e, simultaneamente, da importância crescente dos fatores econômicos nas relações internacionais, ambos argumentavam que já não era mais possível pensar o sistema internacional exclusivamente do ângulo da segurança, como o faziam os Realistas. A economia internacional havia evoluído para uma etapa em que o poder passava a ser exercido mediante o uso exclusivo dos mecanismos financeiros e comerciais, sem haver a necessidade do uso ostensivo da força militar. Tornava-se necessário, então, diziam esses Pluralistas, reformular a teoria das Relações Internacionais, de modo a

absorver esses novos fatores de mudança da realidade (GONÇALVES, 2003, p. 20).

Assim, as duas principais obras liberais que marcaram as críticas ao Realismo Estrutural são “*Transnational Relations and World Politics*” (1971)¹⁰ e “*Power and Interdependence: World Politics in Transition*” (1977), de Robert Keohane e Joseph Nye. Como assinala Nogueira; Messari (2005), a teoria de Kenneth Waltz impôs aos teóricos adversários a provocação no sentido de que concebessem uma teoria que contivesse argumentos contundentes e que levassem em conta a fronteira existente entre as questões domésticas e as internacionais e, que, desta maneira conseguissem explicar a formulação da política internacional sem serem reducionistas, ou seja, que produzissem seus argumentos levando em consideração uma visão sistêmica. De acordo com Peres (2009), “se procedeu assim uma revisão que começava com a aceitação de dois princípios realistas: o Estado foi considerado ator unitário, e o sistema internacional, anárquico”. A partir da necessidade de rever a teoria liberal clássica, o foco do debate tornou-se a cooperação e não o conflito, com isso, aquele velho otimismo contido no liberalismo clássico foi deixado quase que completamente de lado para que fosse defendida a cooperação entre todos os atores, pois somente ela proveria a harmonia entre os atores e os processos internacionais (PEREIRA; ROCHA, 2014).

Tendo em vista que o resultado da anarquia é a necessidade que os Estados têm de adquirir estratégias que possibilitarão sua permanência e existência no Sistema Internacional, fato que, por sua vez, resulta na pura competição pelo poder, para a corrente neoliberal, mesmo que a estrutura do sistema seja anárquica, isto não será um empecilho para que haja a cooperação entre os Estados. Entretanto, para os autores neoliberais, mesmo que a anarquia possibilite a cooperação, ela jamais dará espaço para que os atores maximizem seus interesses. Isto acontece devido às incertezas acerca da reação dos outros Estados quanto à formulação de sua política externa, pois a falta de informações e ou informações restritas gera insegurança e sentimento de constante ameaça. Desta maneira, uma estratégia implementada de forma individual somente será bem sucedida se coincidir com as estratégias dos demais Estados e/ou obtiver uma boa convivência a fim de fechar acordos de cooperação (PERES, 2009).

¹⁰ KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Transnational Relations and World Politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

_____. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little Brown, 1977.

Na obra *Power and Interdependence*, Keohane constrói seu argumento central na questão da **Interdependência**, ou seja, como resume Pereira; Rocha (2014), “o poder interestatal não decorre apenas da posse de recursos de poder de coerção, mas de assimetrias em questões específicas das relações de interdependência”.

De acordo com Nogueira; Messari (2005), era necessário absorver a perspectiva de outros atores, para além do Estado, sem desprezar a esfera estatal ou a política internacional:

A característica mais nova dessa política mundial “em transição” era a emergência de atores não-estatais desempenhando papéis às vezes mais relevantes que os Estados em decisões sobre investimentos, tecnologia, mídia etc. Keohane e Nye acreditavam que não era mais possível estudar as relações internacionais olhando apenas para o comportamento dos Estados; era imprescindível incorporar os novos atores nos modelos de análise. Por outro lado, era importante não cair na armadilha do idealismo e desconsiderar a dimensão do poder na política mundial, como alguns estudiosos da interdependência pareciam fazer (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 80).

Algum tempo depois, Keohane e Nye revisam a obra e a complementam com um posfácio ‘*Afterword*’ e seu conteúdo explana que os conceitos do liberalismo clássico eram inconsistentes para analisar a conjuntura internacional daquele momento, bem como os argumentos exclusivamente neorrealistas. Desta maneira, afirmam que somente o liberalismo institucional seria capaz de entender e explicar o Sistema Internacional. Assim, reafirmam e enfatizam a necessidade de se levar em conta os termos “Interdependência” e “Interdependência Complexa” (PEREIRA; ROCHA, 2014).

Ainda sobre a obra supracitada, os dois autores se propuseram a expor a maneira com que a interdependência tem pleno potencial de se caracterizar como originadora de conflitos e também como recurso de poder, a depender da maneira com que os Estados lidarão com ela. É neste aspecto que se consolida a primeira investida importante, a fim de adaptar a perspectiva liberal com o realismo. Segundo Nogueira; Messari (2005), os autores “afirmavam que o realismo não possibilitava a compreensão da política mundial em um mundo complexo e interdependente, mas, ao mesmo tempo, diziam que sua teoria *complementava* o realismo, ao incorporar as mudanças nas formas em que o poder era exercido contemporaneamente” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Por interdependência entende-se que é o fenômeno caracterizado por semelhantes efeitos ocorridos entre atores ou em Estados distintos que, na maioria das vezes, se dá a

partir de relações econômicas¹¹, mas que também possui aplicabilidade em outras esferas e acontecimentos internacionais. Tendo em vista que a interdependência é considerada como o vínculo entre dois ou mais Estados em que processos, decisões, benefícios e malefícios tidos em cada um desencadeará efeitos correspondentes, mútuos, a interdependência será, com isso, ambígua. Ou seja, todos os atores que estiverem envolvidos em determinada política, acontecimento, estratégia, entre outros, serão atingidos com o resultado que foi definido fora de suas fronteiras e que, na maioria dos casos, a decisão final foi tomada por outro Estado. Este resultado será positivo ou negativo, em maior ou menor medida, a depender do assunto e do envolvimento de cada um na situação (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Quanto a esta questão de que os resultados das decisões afetam todos os atores, Nogueira; Messari destacam que:

Para Keohane e Nye, os efeitos recíprocos que caracterizam a interdependência sempre geram *custos* para os países envolvidos. Nesse sentido, eles criticam a noção, defendida por alguns liberais, de que a interdependência aproxima os Estados ao estimular a complementaridade de suas economias. Na verdade, os Estados sempre procuram conservar o controle sobre os fatores que condicionam seu desempenho econômico e tendem a encarar negativamente as incertezas geradas pela dependência externa. Keohane e Nye constatam que o grau de integração e a complexidade da economia internacional tornam o aprofundamento de interdependência inevitável, forçando os Estados a buscarem mecanismos para lidar com seus efeitos negativos (NOGUEIRA; MESSARI, p. 81).

Deste modo, tendo em vista que para Keohane e Nye, o grau de integração e a complexidade da economia internacional é mutuamente proporcional ao aprofundamento da interdependência, os autores produziram dois conceitos, a fim de caracterizar e distinguir as consequências causadas pela interdependência neste arcabouço teórico que se constitui como **Neoliberalismo**.

O primeiro deles é a **Sensibilidade** e sua função é indicar o impacto que uma situação que ocorreu em um Estado gerou na sociedade do outro, em termos de custos (políticos, econômicos, entre outros). De acordo com Keohane e Nye, quanto mais profunda a interdependência entre os atores, maior será a sensibilidade, isto é, maior influência o resultado terá sobre os demais. O segundo termo concebido pelos autores é

¹¹ Nas páginas 80 e 81 Nogueira; Messari (2005) citam a crise do petróleo de forma a exemplificar o que a interdependência significa na prática.

a **Vulnerabilidade** que consiste basicamente em medir qual o custo de possuir várias alternativas disponíveis para reagir ao impacto externo causado por determinado resultado. Assim, quanto maior for o custo de tomar iniciativas necessárias para “consertar” o resultado da interdependência mais vulnerável será o Estado (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

A partir desta análise e do momento em que levaram as questões de sensibilidade e vulnerabilidade em consideração, os autores perceberam que a assimetria de poder nos processos e negociações internacionais influenciava diretamente na qualificação de um ator ou Estado como sensível e vulnerável, pois os recursos financeiros, econômicos e militares eram os fatores fundamentais no resultado final. Com isso, perceberam o aumento da complexidade no que diz respeito à conexão entre os Estados, nas Relações Internacionais e em sua análise, na maneira como as decisões políticas finais são dadas e, por isso, conceberam o termo **Interdependência Complexa**, que possui três fundamentos centrais (KEOHANE; NYE, 1977).

A primeira baliza seria garantir a existência de variadas vias comunicação e negociação que garantam contatos informais que liguem membros de agências distintas a órgãos de governos e também a setores privados, incluindo e assegurando a diversidade de atores que contenham, não apenas funcionários ligados e especializados ao serviço exterior como diplomatas, ministros das relações exteriores, mas também pessoas influentes de variados setores domésticos do governo, do setor privado, empresas e Organizações Não-Governamentais (ONGs). Neste caso, a proposta seria de que as Organizações Internacionais (OIs) teriam papel fundamental como centralizadoras das negociações e tomadas de decisão funcionando como impulsionadoras e incentivadoras da cooperação (KEOHANE; NYE, 1977).

A segunda consiste em assegurar uma agenda que seja múltipla, ou seja, garantir que haja diversidade nas questões políticas que os Estados devam discutir e implementar. Questões estas que caminham entre os temas mais tradicionais como segurança, passam por assuntos econômicos, transações comerciais e financeiras, e atravessam pelos denominados “novos temas” que ganharam visibilidade e legitimidade nas Relações Internacionais somente em fins do Século XX. Temas que passaram a ganhar relevância no debate político interno e também externo, tais como, como poluição do meio ambiente, emissão de gases, efeito estufa, influência da cultura e direitos humanos, guerras-civis e

a questão da intervenção, terrorismo, feminismo, direitos LGBTTT's entre outros. Assim, com esta proposta de agendas abrangentes, aquela divisão conservadora entre “alta política¹²” e “baixa política¹³” se torna obsoleta e irrelevante. A partir disto, com a expansão de temas na agenda, fica cada vez mais difícil identificar e estabelecer uma fronteira entre política doméstica e política internacional, pois atores distintos podem operar e intervir tanto interna quanto externamente, o que, por sua vez, aprofunda conexões transnacionais, tornando muito difícil qualificar se os processos ocorreram dentro ou fora de um Estado (KEOHANE; NYE, 1977).

O terceiro ponto é que a interdependência é cada vez mais complexa, devido ao fato de que, quanto mais as conexões entre os atores, Estados, organizações, empresas se aprofundam a cada dia, mais o sentimento de ameaça é menor, tendo em vista que há um constrangimento do uso da força militar para resolver conflitos, pois esta medida atrapalharia os acordos entre os atores. Assim, segundo Nogueira; Messari (2005), o poder de cunho militar não atua como a função do “dinheiro, cujo uso é indiscriminado em qualquer transação econômica. O poder militar não pode ser empregado para definir o resultado de negociações sobre, por exemplo, o fornecimento de recursos naturais ou a redução de tarifas”. Nessa direção, Nogueira; Messari (2005) concluem que:

Ao propor o modelo da interdependência complexa, Keohane e Nye estão, na verdade, afirmando que o realismo estaria ultrapassado por não conseguir explicar, adequadamente, as mudanças na política mundial. O mérito dessa abordagem é incorporar a preocupação central com a dimensão do poder, dominante na teoria de RI, a uma ideia bastante tradicional da tradição liberal, a interdependência. Essa manobra deu maior aceitação ao conceito que, assim como as demais ideias liberais, era criticado por se basear em pressupostos pouco realistas acerca dos interesses dos Estados no aumento do bem-estar por meio da intensificação das trocas internacionais. Na verdade, esses autores mostraram que a interdependência *assimétrica* é um recurso de poder importante, bem como uma fonte de preocupação — em função da vulnerabilidade — para os Estados (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 84).

No decorrer da Guerra Fria, novos temas que surgiram colocaram em questionamento o alcance da teoria realista, tendo em vista o desenvolvimento de novas questões, como por exemplo, o processo de descolonização de países africanos que os

¹² Temas da alta política seria Segurança, Guerra, Armamentos, etc. Pois na visão conservadora e tradicional seriam mais importantes e requereriam mais atenção e esforço.

¹³ Temas da baixa política consistia apenas em questões econômicas, que na visão tradicional seria um tema secundário que não exigia tanta preocupação.

colocou automaticamente no jogo das Relações Internacionais, agora na posição de países independentes e que se inseriram com agendas e interesses políticos bastante distintos das duas grandes potências em guerra fria (EUA e URSS). Foi a partir disso que se concebeu o “Terceiro Grande Debate de Relações Internacionais”, ou o popularmente conhecido como “Debate NEO-NEO”. O protagonismo do debate neo-neo se manteve vigente durante aproximadamente duas décadas. Assim, as teorias neorrealista e neoliberalista se conformaram como sendo as teorias principais e ou *mainstream* deste período. As duas teorias também se conformaram como sendo positivistas.

Contemporâneo a este período em que o debate neo-neo está em voga, teorias marxistas começam a ganhar força no campo de estudo das Relações Internacionais, produzindo uma teoria crítica em relação às duas vertentes anteriores. Então, a partir de divergências no quesito epistemológico e não mais metodológico, e sem possibilidade de conformidade entre elas, é na década de 1980, que o marxismo se apresenta como alternativa às teorias até então vigentes, cunhando o que ficou conhecido como “Debate Interparadigmático”¹⁴ pelo fato de ser impossível uma síntese entre as três teorias, tendo em vista que apresentavam posições políticas e teóricas desmedidas e completamente distintas (BRAGA, 2013). Desta maneira, de acordo com Castro (2012), a nova perspectiva que o marxismo traz de associar, de forma interdisciplinar, uma historiografia crítica com o economicismo possibilitou que a escola radical (teóricos críticos) ganhasse cada vez mais espaço, levantando críticas inovadoras e ângulos distintos de se encarar as Relações Internacionais tanto como ciência, abstrata, teórica, subjetiva e não palpável, quanto como *práxis* com possibilidade de ações concretas no que diz respeito à tomada de decisão.

Assim, Castro (2012) explicita os fundamentos nos quais se consolida o pensamento crítico:

[...] teoria e práxis são elementos distintos no olhar das Relações Internacionais; as principais correntes teóricas centradas na tradicional dicotomia realismo-liberalismo apenas mascaram velhas e revelam novas formas de opressão e de desigualdade entre os atores internacionais; assertiva de que não existirá verdadeiro reformismo na cena internacional até que novas lógicas e novas práticas sejam, profundamente, aplicadas nas estruturas das Relações Internacionais contemporâneas; combate veemente ao positivismo lógico-científico aplicado à política internacional; desconstrução da noção

¹⁴ O termo “Debate Interparadigmático” foi concebido por Mark Hoffman em seu clássico artigo “*Critical Theory and the Inter-Paradigmatic Debate*”, o qual foi publicado no ano de 1987.

amplamente difundida de cientificidade no entorno de uma “realidade internacional” objetiva e pura em termos axiológicos; e, por fim, crítica à imutabilidade das normas e leis socialmente guiadas e estabelecidas nas RI (CASTRO, 2012, p. 377).

É, a partir destas questões de fundo, que surge, portanto um rearranjo do terceiro debate denominando os neorrealistas e neoliberalistas como positivistas e os teóricos críticos e os que surgem depois deles como pós-positivistas (LAPID, 1989). Justamente nas correntes teóricas pós-positivistas que, de acordo com Braga (2013), se localizam, produzem conhecimento e se posicionam as teorias “feministas, as teorias críticas, as teorias pós-modernas, as pós-estruturalistas e as pós-colonialistas das relações internacionais. O que une tantas perspectivas distintas sob o mesmo guarda-chuva epistemológico é a negação ao positivismo”.

1.4. A Virada Construtivista

Com isso, a partir das considerações de Yusuf Lapid sobre o surgimento e estabelecimento das teorias pós-positivistas em Relações Internacionais, no fim da década de 1980, foram desenvolvidos argumentos construtivistas no âmbito das Relações Internacionais, que ganharam muita força e potencialidade durante a década de 1990. Para sermos mais exatos, o construtivismo foi manifestado pela primeira vez na obra “*World Of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations*”, de Nicholas Onuf, no ano de 1989, seguido pelo artigo de Alexander Wendt, intitulado “*Anarchy Is What States Make Of It*”, que foi publicado em 1992. O tema central destes dois títulos se refere, segundo Nogueira; Messari (2005), basicamente, ao fato de que não podemos tomar o mundo como dado, pré-estabelecido e, portanto imutável, pois ele está constantemente sendo **construído** pelo que os teóricos construtivistas conceituam como **agentes**. “Vale dizer: não se trata de um mundo que nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar. Podemos mudá-lo, transformá-lo, ainda que dentro de certos limites. Em outras palavras, o mundo é socialmente construído” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Assim, a partir da base teórica construtivista, ao estabelecer que o mundo é construído por agentes, Thalles Castro (2012) resume uma perspectiva mais ampla do construtivismo, ao enfatizar que:

Enquanto escolas específicas se estruturam no âmbito normativista, pós-positivista e de cunho metodológico, o construtivismo se apresenta como de linha ontológica, isto é, representa a síntese das abordagens sobre a teoria do ser [...] ou como os objetos se apresentam à realidade existente e preexistente – agentes internacionais (estatocentrismo) – com suas capacidades decisórias e interlocuções. Em linhas gerais, as premissas do construtivismo representam a lógica transformadora das ideias e das mútuas relações de construção e de co-construção, tendo como validade a pertinência dos processos-meios utilizados para tal fim. Ou seja, o construtivismo associa a forma de mútuas ações com o processo dinâmico envolvendo agentes e estrutura de maneira a construir o *ethos* das Relações Internacionais¹⁵ (CASTRO, 2012, p. 386).

Apesar de todos os apontamentos supracitados que Castro (2012) destaca sobre o construtivismo nas Relações Internacionais, na opinião de Knud Eric Jorgensen, o construtivismo não passa de uma **metateoria**. Pois, mesmo que esta vertente teórica tenha contribuído assiduamente com conceitos da Teoria Social e que hoje são fundamentais para se pensar as Relações Internacionais, o Construtivismo não pode ser considerado uma teoria no sentido *lato* porque não menciona e conceitua, especificamente, fenômenos ocorrentes no Sistema Internacional em nenhum momento. Mas mesmo assim, Jorgensen nos dá uma saída ao afirmar que o construtivismo se enquadra nos preceitos de uma disciplina filosófica e, com isso, desmembra o construtivismo em dois ramos: o realismo construtivo e o idealismo construtivo. Ao lerem Jorgensen, Nogueira; Messari (2005) concluem que:

Segundo o realismo construtivo, o conhecimento que temos em relação ao mundo é socialmente construído, mas o mundo existe independentemente desse conhecimento que formulamos em relação a ele. Segundo o idealismo construtivo, não apenas o conhecimento que temos sobre o mundo é socialmente construído, como o próprio mundo não independe do nosso conhecimento (NOGUEIRA; MESSARI, 2005 p. 163).

Mesmo Jorgensen definindo o Construtivismo como uma metateoria, ele ainda foi considerado uma teoria legítima *mainstream* de Relações Internacionais, tendo em vista a possibilidade que trouxe à área de gerar uma síntese teórica, pois alcançou o desenvolvimento de uma posição central no que diz respeito às dicotomias apresentadas até então pelas teorias que disputaram os grandes debates: materialismo ↔ idealismo;

¹⁵ Castro ainda acrescenta: Outras premissas são importantes a serem expostas: o pensamento, as ideias e os valores possuem força maior que as estruturas materiais disponíveis; as crenças intersubjetivas representam os meios (canais) por onde passam os fluxos de relacionamento internacional; e, por fim, a formação das ideias e dos ideais fazem parte da construção dos interesses, das identidades e da consciência partilhada dos agentes internacionais (CASTRO, 2012, p. 386).

positivismo ↔ pós-positivismo. Assim, o construtivismo, ao gerar este espaço de diálogo/interlocução entre as várias vertentes paradigmáticas, possibilitou um avanço profundo na produção de conhecimento de Relações Internacionais e ficou conhecido como a **virada construtivista** (MENDES, 2012).

A partir disso, Pedro Mendes afirma que a virada construtivista está diretamente relacionada a significativos elementos dialético-contingenciais. Ele explica:

Em primeiro lugar, ao contexto histórico da política internacional – a perspectiva binária da política internacional foi desafiada pelo fim da Guerra Fria. Em segundo lugar, ao debate sobre a identidade metateórica da disciplina, ou seja, a necessidade de re-equacionar os seus fundamentos como disciplina científico-acadêmica e política. Em terceiro lugar, e como consequência do terceiro debate, a emergência de uma conexão crítica face as visões teóricas dominantes que, com as suas estratégias positivistas e materialistas, não tinham sido capazes de capturar a mudança dos regimes no final da década de 1980, e tinham falhado estrondosamente na capacidade de prever o fim da Guerra Fria.¹⁶ (MENDES, 2012, p. 110).

Ao analisar os efeitos do Construtivismo, Mendes (2012) conclui que esta teoria conseguiu estabelecer uma importante interação entre o racionalismo e o reflexivismo, o que antes era impossível, tendo em vista as ideias totalmente opostas e mutuamente excludentes. Com isso, o construtivismo possibilitou uma nova produção ontológica e/ou epistemológica que caminha num sentido inclusivo e de diálogo, sem excluir ou encarar como irrelevante, os caminhos que os antigos paradigmas percorreram até chegarem à ontologia proposta pelo construtivismo (MENDES, 2012).

Assim, ao serem estabelecidos canais de comunicação entre as teorias prévias, o artigo “*Seizing The Middle Ground: Constructivism in World Politics*” publicado por Emanuel Adler, em 1997, conceitua o construtivismo como estando no ***middle ground***, ou no centro das teorias. Ao estabelecer esta premissa, o autor não quer dizer que o Construtivismo esteja exatamente ao centro, funcionando como um separador das teorias que aprofunda suas divergências e dicotomias, mas sim que o debate construtivista atua como um terceiro elemento, ou um terceiro argumento que aproxima elementos das várias

¹⁶ Mendes, conclui ainda, que: [...] a viragem construtivista foi a chave para a mudança no diálogo interparadigmático nas RI. Neste sentido, passou-se de um estilo de debate silencioso entre posições teóricas mutuamente excludentes, para um estilo de debate mais aberto ao diálogo argumentativo relativamente a distintas posições ontológicas e epistemológicas (MENDES, 2012, p. 110).

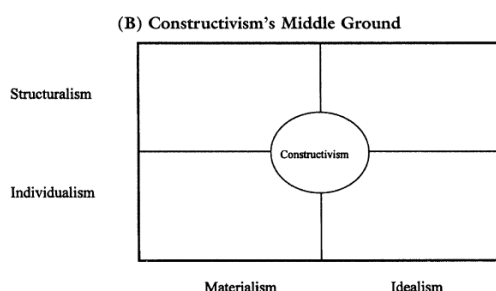
abordagens teóricas, que promove um diálogo, um posicionamento de intermédio (ADLER, 1997).

É, pois, a partir das considerações de Adler (1997), que Mendes (2012) pôde concluir que o “Quarto Grande Debate em Relações Internacionais”:

[...] é caracterizado por uma série de discussões que fazem parte de um movimento que é melhor identificado como um processo de estabelecimento da posição intermédia. Este processo foi-se desenvolvendo e expandindo de acordo com uma lógica de argumentação e diálogo relativamente a vários e distintos posicionamentos teóricos. O que significa que mesmo dentro do construtivismo existe um importante e vivo **debate intraparadigmático** (MENDES, 2012, p. 112).

Para entendermos de forma mais didática como o Construtivismo se dá nas Relações Internacionais, Adler (1997), produz uma tabela:

Figura 1: O diálogo entre o Construtivismo e as outras teorias de R.I.



Fonte: Adler (1997), p. 331.

A partir do diagrama e para concluirmos, em linhas gerais, o posicionamento no qual se enquadra o construtivismo (*middle ground*) pode ser determinado por meio de três premissas fundamentais: 1- a predileção pela ontologia, ao invés da epistemologia (caminho seguido pelas teorias tradicionais); 2- a capacidade de transitar entre aspectos principais tanto do reflexivismo, quanto do racionalismo, possibilitando um diálogo entre as duas vertentes; 3- a pluralidade de alternativas no que diz respeito à abordagens metodológicas e táticas de pesquisa e averiguação dos elementos apresentados pela

realidade como, por exemplo, questões de identidade cultural, diplomacia, análise de discurso, institucionalização de normas, entre outras (MENDES, 2012).

Com esse panorama, grosso modo, construído acerca de alguns dos principais debates e das vertentes da disciplina, convidamos o leitor e a leitora a fazer um passeio epistemológico e ontológico no que diz respeito à Historiografia da formação das Relações Internacionais como uma disciplina das ciências humanas aplicadas. Ao longo da breve explanação, procuramos salientar que muita coisa mudou e muitos foram os avanços metodológicos e analíticos, mas nos mantemos na pergunta: Estariam as teorias das Relações Internacionais aliadas aos discursos das ciências humanas, econômicas e sociais que buscavam legitimidade para a dominação moderna e capitalista? Teriam elas servido historicamente como um dos instrumentos relevantes para a implantação das relações diplomáticas e também para a instrumentalização dessa mesma dominação? Seria a virada construtivista um avanço importante para uma perspectiva menos excludente, considerando-se as questões da identidade cultural, a possibilidade crítica dos discursos da nação, da colonialidade e do concerto das nações?

1.5 Onde Está o Sujeito nas Relações Internacionais?

A escolha por abordar o conteúdo sobre as teorias que constituem o pensamento das R.I. não foi trivial. O objetivo é observar as lacunas e inquietações que as teorias revelam ao deixarem elementos constitutivos da realidade mais ou menos dentro ou fora de suas análises. O que queremos dizer é que cada Estado possui suas particularidades históricas que foram construídas ao longo dos anos e nenhum deles está no mesmo nível de desenvolvimento político e econômico, nenhum deles possui culturas e identidades culturais exatamente iguais, nenhum deles se projeta no Sistema Internacional e nos discursos políticos ou científicos da mesma forma. Ou seja, cada Estado é formado por sujeitos, territórios, culturas, identidades culturais e outros aspectos distintos e únicos e que, por mais que sejam semelhantes, sempre haverá diferenças. Logo, os discursos sobre tais realidades também são diferentes, revelam dominações e têm uma historicidade.

Como destacamos anteriormente, de acordo com Castro (2012), a produção de conhecimento, os ideais, moralidades, entre outros fatores não são provenientes unicamente das estruturas materiais existentes, ou seja, não é a realidade dada que

influencia o comportamento dos atores. Não há uma realidade dada, as culturas e demais subjetividades que são os meios pelos quais as relações internacionais se dão. A elaboração de ideias e tomada de decisões são produtos de uma consciência compartilhada, das variadas identidades culturais, da formação de interesses de cada Estado, isto é, as relações são **construídas** e é a partir delas que se fazem acordos políticos, econômicos e se tomam decisões no geral. Bem como salientado por Nogueira; Messari (2005), o mundo que conhecemos, as coisas que estão nele e até seu *modus operandi* fora socialmente construído, e embora não o conheçamos inteiramente, ele continua existindo de maneira independente desta noção e opinião e quantidade de conhecimento que formulamos sobre ele. Seguindo este pensamento, complementa Rigueira:

O que vai ser defendido aqui é que esta separação não pode ser feita. A sugestão é que ao invés de ver a teoria como um reflexo do mundo devemos compreendê-la como estando profundamente implicada na sua construção. Em suma, a criação de conhecimento está profundamente implicada na construção do sujeito político e objeto de política (RIGUEIRA, 2012, p. 24).

Assim, partindo deste pressuposto, como é possível que países distintos importem teorias que são pensadas para os países do centro e sejam bem-sucedidos atuando e formulando suas políticas domésticas e ou externas de acordo com suas próprias demandas, sem serem prejudicados, oprimidos, forçados, aprofundando assim sua condição de dependência e subalternidade? Como podemos perceber, ao olharmos para o mundo e a condição em que os países periféricos se encontram, não há êxito, não há possibilidades de emancipação e quase não há espaço para estes Estados. É, neste momento, que começamos a perceber que um dos nossos maiores desafios é questionar a (des)localização dos sujeitos na disciplina de relações internacionais.

Por mais que as teorias *mainstream* das R.I. tenham avançado no sentido de encarar como relevantes não apenas questões de segurança e guerra, mas também questões como a economia, a análise de discurso, a inclusão de empresas, OIs e ONGs, sociedade civil na formulação de suas políticas¹⁷, ainda é pouco. Ainda é muito pouco.

¹⁷ Complementando, Riviera aponta que: “Pensar as relações internacionais por um outro prisma, levar-nos-ia a pensar o ‘sistema’ de maneira diferente: este é composto por um conjunto de ‘atores mistos’ caracterizados por um conjunto de coligações e contrapesos. Este fenômeno conduz a ausência de uma hierarquia clara ou global unificada” (RIVIERA, 2012, p.30).

E é pensando neste pouco, nestas lacunas que o presente trabalho se propõe a gerar reflexões acerca da representação de outros atores, particularmente na **construção** da representação do negro na formação da sociedade brasileira, mais precisamente desde os discursos do Brasil do século XIX, visando contribuir ou pelo menos discutir e indicar os vazios epistemológicos entre a produção teórica de Relações Internacionais e a formulação, não só, da política doméstica no Brasil, mas também da Política Externa Brasileira, entre outros aspectos. Tais quais, o porquê de o racismo, marca da nossa formação social, ainda ser tão presente e enraizado no imaginário social brasileiro. Entraremos, a partir daqui, nessa outra dimensão da história das R.I., pensada agora do ponto de vista não só do Estado, mas também da sociedade brasileira e do imaginário social. Imaginário, aqui, conforme ensina Bakzco (1985), pensado como “[...] elemento importante de um dispositivo simbólico, através do qual um certo movimento de massas procura dar-se a si próprio identidade e coerência, permitindo reconhecer e designar as suas recusas bem como as suas expectativas” (BAKZCO, 1985 p. 296).

Desta maneira, para servir de elo que ligará um capítulo ao outro neste trabalho nos sustentamos na seguinte consideração de Muñoz:

Consideramos crucial que se proceda às análises pós-positivistas em relações internacionais que sejam capazes de deslocar a categoria analítica do “sujeito”. Tempos não convencionais exigem análises não convencionais (MUÑOZ, 2015, p. 2).

Assim, entendendo que estamos enfrentando tempos nada convencionais foi que propusemos, também, uma análise não convencional, porém relevante. Com isso, neste capítulo, procuramos estudar a conformação da disciplina de Relações Internacionais a fim de tentar mostrar como deixam de aparecer os sujeitos, mais ainda certos sujeitos, na construção das teorias. E é buscando na fotografia brasileira do século XIX indícios de que as sociedades distribuem desigualmente seus sujeitos que propomos observar possíveis diálogos, paradoxos e contrapartidas.

Dentro de nossos estudos, identificamos que a primeira vez em que o sujeito obtém relevância nas Relações Internacionais é quando o Estado identifica que necessita do povo como aparato para reforçar o nacionalismo a fim de proteger suas fronteiras e demais interesses. Assim, Muñoz (2015) aponta que “[...] é forçoso demarcar essencialmente as “identidades nacionais””. A partir do momento em que tais identidades

nacionais foram concebidas, o Estado¹⁸ “[...] também usurpa para si funções dogmáticas na delimitação e exclusão da ampla camada dos “anormais” (MUÑOZ, 2015, p.3). Ainda de acordo com o autor:

O anormal é o estranho, é o estrangeiro; e o estrangeiro é o outro. O processo de constituição das identidades nacionais, capitaneado cada qual pelos Estados soberanos, dá-se de maneira negativa e relacional, vale dizer, ocorre pela separação espacial da alteridade, *vis-à-vis* a diferença. A construção identitária envolve a inscrição de fronteiras que permitem traçar a linha entre “interno” e “externo”, “nós” e “eles”, “doméstico” e “estrangeiro”, “normal” e “patológico” (MUÑOZ, 2015, p. 3).

Com isso, é a partir dessas questões identitárias, que são geradas com a criação do Estado e que, por sua vez, nos parecem se colocar sempre em jogo por oposições binárias e assimetrias ali construídas (“interno” e “externo; “eu” e “outro”, etc.) que partiremos para o próximo capítulo.

¹⁸ Muñoz acrescenta: [...] as análises de relações internacionais não escaparão da armadilha epistemológica do “sujeito” desde que assumam que o Estado soberano deva ocupar um papel protagônico na “história universal” ou na “história das relações internacionais”; que o Estado deva ser visto como uma “caixa preta”, um ator unitário cuja identidade nacional está *a priori* fixada desde sua “origem” esquecida ou idealizada no tempo; que esse Estado seja pensado como “quem” dá “sentido” ao processo histórico; [...]; desde que o “homem de Estado” seja compreendido como um maximizador racional do “interesse nacional”; desde que, enfim, o Estado seja chamado a demarcar fronteiras entre interno e externo, “sujeito constituinte” da história de sua própria “política externa” (MUÑOZ, 2015, p.5).

Inércia

Um preto veio comprar?
Ah, para de incomodar!
Veio aqui para pedir, para cheirar, para roubar
ou para traficar?
Não é novidade! É verdade!
Todo preto e ladrão
E nos rouba casa, carro e caminhão

Com o cano da 38 na nossa cara branca e limpa
de bom cidadão
Sem do, nem piedade
Além de roubar também nossas vagas na
universidade, com aquele programa de cotas
injusto e sem noção.

Parece mentira, não e!?
Ou um filme de época,
Mas não...
É a notícia que eu li ontem
É o preconceito que não e de hoje
É “apenas” nossa sociedade
Que carrega como identidade cultural
A construção e manutenção da concepção
De que há superioridade da branquidade.

Alanna Fernandes do Nascimento

2. DOMINAÇÃO DOS CORPOS NEGROS: O INÍCIO DE UM PROJETO POLÍTICO DE MANUTENÇÃO

2.1 A Colonização Como Gênese do Racismo

É necessário fazermos, um levantamento do processo histórico desde a colonização para que possamos entender como e por que negros e negras foram e são representados da maneira que são. Nesse sentido, podemos tomar como ponto de partida a diáspora¹⁹, especialmente o processo de invasão das Américas (TODOROV, 1999), para discutirmos as questões de raça, o problema da diferença, a formação da identidade cultural, entre outros problemas que emergem com a modernidade.

Assim, iniciaremos o capítulo com o seguinte questionamento: Como o discurso decolonial lida com a desigualdade (principalmente no que diz respeito à questão de raça)? Como ele problematiza a raça e o que ele faz disso?

A modernidade não teve um marco, ou um dia específico designado para dar início a ela, desta maneira, a partir da visão de alguns estudiosos, foi mais ou menos estabelecido que a Revolução Francesa seria um dos possíveis marcos que dá origem à modernidade, visto que, foi neste momento que houve a quebra das organizações sociais tradicionais que eram características do período medieval.

Assim, com o advento da Revolução Francesa, outros segmentos emergem e demandam poderes, no bojo de um processo em que a razão passa a ser afirmada como a principal e mais legítima forma de produção de conhecimento, portanto, a igreja e a crença dogmática em Deus se deslocam para um segundo plano. O Iluminismo é, grosso modo, um movimento político, social, cultural e histórico de ideias e ideais, de rupturas e transformações mais ou menos radicais, que previa que o conhecimento deveria ser produzido baseando-se na experiência que se teve a partir dos sentidos e, somente assim, com a razão e a ciência, que a verdade sobre o mundo seria encontrada (MELLO; DONATO, 2011).

¹⁹ Para maiores informações sobre a diáspora, ver: HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

A produção científica tal qual conhecemos hoje, foi se aperfeiçoando gradativamente ao longo da história a partir de perspectivas racionalistas, entre elas destacando a relevância de René Descartes, quando publicou seu livro “Discurso do Método”, no ano de 1637. A partir de Descartes, o pensamento científico foi concebido pretendendo organizar e sistematizar a produção do conhecimento sob certos parâmetros teórico-metodológicos e ficou conhecido como “método cartesiano”²⁰. De acordo com Araújo:

Modernidade é sinônimo de sociedade moderna ou civilização industrial e está associada a um conjunto de atitudes perante o mundo, como a ideia de que o mundo é passível de transformação pela intervenção humana; um complexo de instituições econômicas, em especial a produção industrial e a economia de mercado; toda uma gama de instituições políticas, como o Estado nacional e a democracia de massa; a primazia e a centralidade do indivíduo e não, do grupo como sujeito de direitos e de decisões; o primado da subjetividade; o pluralismo e a ideologia; a concepção linear de história; [...]; a burocratização e a organização política da sociedade (ARAÚJO *apud* AZEVEDO; GIDDENS; PIERSON, 2007, pg. 26).

Assim, com a concepção de que a razão e o pensamento científico representariam o desenvolvimento da humanidade, passou-se a investir muito na produção do conhecimento. Com os esforços a todo vapor, surge a máquina a vapor e, deste modo, inicia-se a Revolução Industrial que, por sua vez, seria outro marco emblemático da transformação técnica e científica e da produção em larga escala, ápice da modernidade. Com isso, segundo Habermas:

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal e, à secularização de valores e normas (HABERMAS, 2002, p. 5).

A História, como disciplina, tendeu a discursos difundidos que, a partir de uma historiografia política mais tradicional, linear, eurocêntrica, foi construída por colonizadores. Acompanhando as contribuições de estudiosos nos movimentos pós-coloniais e decoloniais, procuramos estudar a História que procura mencionar outros sujeitos, frequentemente excluídos, que fizeram parte dela, ou seja, ao incluir os

²⁰ Para maiores informações sobre o discurso do método, ver: DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

colonizados, torna-se possível falar das veias abertas da América Latina²¹ e que até os dias de hoje sangram.

Tal perspectiva se inicia com a invasão e colonização das Américas, quando se configura uma nova ordem mundial e um poder globalizado, que evidencia desequilíbrios estruturantes das sociedades envolvidas. O território da América Latina pode ser pensado como um efeito desse processo, e segundo Quijano:

Com a conquista das sociedades e das culturas que habitam o que hoje é nomeado como América Latina começou a formação de uma ordem mundial que culmina, 500 anos depois, em um poder global que articula todo o planeta. Este processo implicou, por um lado, a brutal concentração dos recursos do mundo, sob o controle e em benefício da reduzida minoria europeia da espécie e, especialmente, de suas classes dominantes (QUIJANO, 1992, p. 1).

E, justamente pela centralização de tais recursos, a bel prazer da restrita minoria que de acordo com Quijano (1992), foi “[...] estabelecida uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes. Essa dominação é conhecida como colonialismo” (QUIJANO, 1992, p.1).

A América se constituiu como precursora do espaço/tempo do novo padrão de poder no que diz respeito ao nascimento *id-entidade*²² da modernidade quando dois processos históricos distintos (povos originários com sua cultura, religião e língua vs. europeus com sua perspectiva de progresso, cultura, religião e língua) se chocaram. Isso produziu uma nova concepção de espaço/tempo, estabelecendo, assim, os dois ou múltiplos eixos-chave do novo padrão de poder, que deste momento em diante pode ser reconhecido em contexto mundial. De um lado, a imposição e a criação da questão da “diferença”, colocando-a numa escala de melhor e pior, ou seja, os europeus codificaram a diferença entre conquistadores e conquistados utilizando a ideia de raça, como marcadora dessa “diferença” que se baseava em argumentos biológicos, estes que insinuam, por sua vez, todo um quadro de hierarquias e definem quais os lugares sociais as pessoas deveriam ocupar. Em outras palavras, dependendo dos traços biológicos de

²¹ Referência ao livro de Eduardo Galeano. GALEANO, Eduardo H. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2014. 397 p.

²² Para maiores informações sobre o conceito de *id-entidade*, ver: QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

uma pessoa, ela se situaria em uma localização natural de inferioridade ou superioridade frente à sociedade (QUIJANO, 2005).

Assim, o estabelecimento desta visão de mundo tornou-se o elemento constitutivo central da fundação desta nova lógica das relações de dominação que a conquista colonial demandava. Conforme as relações sociais se configuravam como relações de dominação, essas identidades foram naturalizadas e associadas aos papéis sociais, lugares e hierarquias correspondentes ao padrão de poder e dominação que era imposto. Com isso, raça e identidade racial foram determinantes ao serem utilizadas como instrumento básico a fim de classificar a ‘incivilidade’ ou a inferioridade da população não-europeia. De acordo com Quijano (2005), “com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial”. Foi desta maneira que a população da América, e posteriormente do mundo, foi classificada dentro deste novo padrão de poder mundial (QUIJANO, 2005).

Os colonizadores, ao codificarem elementos tão complexos em apenas palavras, simplificaram tudo que cerceava o universo das populações negras. Assim, tudo o que era referente àquelas populações, toda sua história, seus produtos culturais, forma de se vestir, de viver socialmente foram sufocados, silenciados, e, com isso foram re-significados de forma negativa ao serem articuladas de acordo com esta nova ordem cultural global que girava em torno da hegemonia ocidental ou europeia. Isto é, além de controlarem os corpos, ao escravizarem, controlaram também todas as formas de expressão, subjetividades, cultura e, de forma particular, a produção de conhecimento, o que aprofundou e naturalizou a dominação até os dias de hoje (QUIJANO, 2005).

Deste modo, de acordo com Quijano (2005), todo esse processo conturbado provocou, a longo prazo, uma certa difusão daqueles signos e significados, e também um processo de reprodução dos modelos da desigualdade em nível global, isto é, “uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura” (QUIJANO, 2005 p. 333).

No bojo desse processo, o fato da dominação ter como sujeito privilegiado as identidades pertencentes à Europa Ocidental, e de seu objetivo ter sido transformar-se no centro deste novo padrão de poder global, fez com que promovesse nos europeus o

nascimento de uma característica identitária dos dominadores imperiais e coloniais da história, o *etnocentrismo*. Este caso, em específico, dispõe de uma justificativa totalmente nova até aquele momento e que mudou o curso da História – talvez para sempre: a classificação por aspectos raciais da população do mundo após a invasão da América. A vinculação entre a classificação racial universal e o etnocentrismo colonial são, então, construções que se avizinham e aliam na História, que incidem na explicação do porquê os europeus entendem-se enquanto não somente superiores aos demais povos do globo, mas, acima de tudo, *naturalmente* superiores. Com isso, os povos que foram colonizados eram considerados inferiores devido à sua raça e, automaticamente, anteriores aos europeus (QUIJANO, 2005).

A partir do momento em que os colonizadores começam a se utilizar do aparato do etnocentrismo, segundo Quijano (2005) *apud* Mignolo, 1995; Blaut, 1993; Lander, 1997:

Essa instância histórica expressou-se numa operação mental de fundamental importância para todo o padrão de poder mundial, sobretudo com respeito às relações intersubjetivas que lhe são hegemônicas e em especial de sua perspectiva de conhecimento: os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como a suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa (Quijano *apud* Mignolo, 1995; Blaut, 1993; Lander, 1997, 2005, p.334).

Há uma assimetria construída acerca da representação de europeus e dos ‘outros’, ao re-situarem os povos originários a partir da lógica deste novo padrão de poder mundial que oprime e restringe. Bernadino-Costa e Grosfoguel, sobre o início da colonização e suas formas de ocupação e dominação, que resultam em uma concepção de ‘modernidade’, observam que:

O longo século XVI, que consolidou a conquista da América e o apogeu dos impérios Espanhol e Português, significou não apenas a criação de uma economia mundial, mas a emergência do primeiro grande discurso do mundo moderno, que inventou e, ao mesmo tempo, subalternizou populações indígenas, povos africanos, muçulmanos e judeus [...]. Esse é o contexto nascente da modernidade sistematicamente negado nas descrições hegemônicas da modernidade feita a partir da própria Europa (como um *locus* de enunciação) e também assumido pelos autores pós-coloniais²³, que tomam o

²³ De acordo com Rosevics (2017): “A maior parte das pesquisas pós-coloniais seguiu a trajetória dos estudos literários e culturais, através da crítica à modernidade eurocentrada, da análise da construção discursiva e representacional do ocidente e do oriente, e das suas consequências para a construção das identidades pós-independência. A preocupação dos estudos pós-coloniais esteve centrada nas décadas de 1970 e 1980 em entender como o mundo colonizado é construídos discursivamente a partir do olhar do

início da modernidade a partir do século XVIII (BERNARDINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p.18).

A produção histórica e historiográfica europeia consiste nesse ‘grande discurso do mundo’ que, como já dito anteriormente, não entende como significativa a existência e resistência dos povos indígenas e africanos, construindo, assim, um discurso enviesado e excludente, pois lê e qualifica as diferenças como elementos da inferioridade e do atraso. Os europeus encararam os povos originários americanos e os negros e negras como o outro e, segundo Dussel (2005), foi a partir do imaginário de que esse outro não possuía religião, linguagem escrita, desenvolvimento e principalmente civilidade e democracia, que nasceu o “mito da modernidade”. Portanto, a partir dessa concepção de que a modernidade é uma etapa da civilização considerada exclusivamente europeia e que por isso indicativa de sujeitos superiores, os sujeitos que narram se colocam como os mais civilizados e desenvolvidos do mundo e, a partir disso, se incumbiram de modernizar a visão de mundo, os costumes, a religião, a cultura dos que eles chamavam de primitivos (DUSSEL, 2005).

Sendo a raça um importante meio que encontraram para legitimar as relações de dominação estabelecidas pelo advento da conquista, a continuada expansão colonial europeia em relação ao resto do mundo conduziu à formulação de uma narrativa sob o ponto de vista eurocêntrico, inclusive no que diz respeito à produção de conhecimento. Tal demonstração se deu inclusive por meio de produções teóricas sobre o conceito de raça que emergem sob a mesma leitura e seus efeitos implicaram em naturalizar as relações coloniais pautadas na dominação e violência entre europeus e não-europeus. Desta maneira, de acordo com estudos decoloniais²⁴, o conceito de raça transformou-se, segundo Quijano (2005), no primeiro parâmetro básico que distribuiria a população no mundo em papéis pré-definidos, níveis e lugares na estrutura de poder desta “nova sociedade” que estava se constituindo. Isto é, se transformou na via principal para classificar socialmente, de modo universal, a população mundial (QUIJANO, 2005).

colonizador e como o colonizado se constrói tendo por base o discurso do colonizador” (ROSEVICS, 2017, p. 188).

²⁴ Segundo ROSEVICS (2017): “O uso do termo “decolonial” ao invés de “descolonial” é uma indicação de Walter Mignolo para diferenciar os propósitos do Grupo Modernidade/Colonialidade e da luta por descolonização do pós-Guerra Fria, bem como dos estudos pós-coloniais asiáticos” (ROSEVICS, 2017, p. 191).

Ainda sobre a questão da dominação europeia nos discursos históricos, de acordo com Bernadino-Costa e Grosfoguel:

Esse imaginário dominante esteve presente nos discursos coloniais e posteriormente na constituição das humanidades e das ciências sociais. Essas não somente descreveram um mundo, como o “inventaram” ao efetuarem as classificações moderno/coloniais. Ao lado desse sistema de classificações dos povos do mundo houve também um processo de dissimulação, esquecimento e silenciamento de outras formas de conhecimento que dinamizavam outros povos e sociedades (BERNADINO-COSTA; GROSFOGUEL, 2016, p. 17).

Com efeito, trata-se da construção de um imaginário social repleto de discursos disciplinares que desenham as práticas e as identidades sociais, todo um sistema de classificações, sobretudo espaços de silenciamento e exclusões e, ainda por cima, configuram a “modernidade”. Com isso, é possível entender que os europeus não visaram procurar a verdade, mas sim, procurar afirmações para uma verdade que passava a ser sistematicamente construída. Ou seja, não buscaram um diálogo para saber do que aqueles povos gostavam de fazer, o que pensavam sobre a vida, quais eram seus próprios deuses e crenças e principalmente quais eram suas vontades. Viajantes, exploradores, estudiosos da História Natural, e de outras disciplinas, eles chegaram aqui e, como aponta Todorov (1999)²⁵, Colombo, em seus diários de viagem descrevia para a corte espanhola as maravilhosas paisagens, a diversidade de fauna e flora, a generosidade, ingenuidade e covardia dos povos originários. Isto é, Colombo não distinguia as pessoas das paisagens, enquadrando-os numa caixinha limitada do “exótico” e do inferior. Ao fazer isso, os nativos perdem todos os seus elementos de complexidade, de subjetividade (TODOROV, 1999).

2.2 A Ausência do “Outro”

Deste modo, os colonizadores, ao invés de tratarem a diferença como apenas diferença, os discursos foram construídos de forma a tratarem-na como uma diferença indicativa de subalternidade, atrasada, simples, objetiva e desenharam o lugar de autoridades políticas que dominam o território e também o discurso, se atribuem a

²⁵ Para mais detalhes de como foi a expedição de Colombo pelas Américas e como foram as primeiras impressões, checar: TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América. A Questão do Outro**. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. 2ª ed, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

responsabilidade moral de ‘modernizar’ a realidade daqueles povos. Assim, essa objetificação, inicialmente dos nativos e posteriormente do povo negro, engendra uma estrutura de poder que parece impenetrável até os dias contemporâneos. Estrutura esta que se baseia em discursos fundamentados e produtores de estereótipos, racismo, preconceitos e estigmas. Quijano completa, dizendo que:

[...] a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais”, segundo os momentos, os agentes e as populações implicadas. Essas construções intersubjetivas, produto da dominação colonial por parte dos europeus, foram inclusive assumidas como categorias (de pretensão “científica” e “objetiva”) de significação a-histórica, isto é, como fenômenos naturais e não da história do poder. Tal estrutura do poder foi e ainda é o marco a partir do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental. Com efeito, ao observarmos as linhas principais da exploração e da dominação social em escala global, as linhas matrizes do atual poder mundial, sua distribuição de recursos e de trabalho, entre a população do mundo, é impossível não ver que a vasta maioria dos explorados, dos dominados, dos discriminados são exatamente os membros das “raças”, das “etnias”, ou das “nações” em que foram categorizadas as populações colonizadas, no processo de formação desse poder mundial, da conquista da América em diante (QUIJANO, 1992, p.1).

O discurso central, oriundo de dominadores, ao sistematizar o ‘outro’ dentro de conceitos próprios, dominadores, muitas vezes limitadores, simplistas e incompletos, como raça e etnia, por exemplo, não se interessaram em personificar as pessoas, isto é, negros e negras não eram sujeitos, mas sim coisas, objetos abstratos, corpos trabalhadores, sem história ou civilidade, sem conhecimento ou racionalidade, portanto sem alma e sem possibilidade de expressão como sujeitos. São considerados como animais, sendo assim não fazem parte da construção e da vivência histórica, pois:

A radical ausência do “outro” não somente postula uma imagem atomística da existência social em geral. Isto é, nega a ideia de totalidade social. Como o mostraria a prática colonial europeia, o paradigma faz possível também omitir toda referência a todo outro “sujeito” fora do contexto europeu, isto é, fazer invisível a ordem colonial como totalidade, no momento mesmo em que a própria ideia de Europa está se constituindo precisamente em relação com o resto do mundo em colonização. A emergência da ideia de “Ocidente” ou de “Europa” é uma admissão de identidade, isto é, de relações com outras experiências culturais, de diferenças com as outras culturas. Mas para essa percepção “europeia” ou “ocidental” em plena formação, essas diferenças foram admitidas, antes de tudo, como desigualdades no sentido hierárquico. E tais desigualdades são percebidas como de natureza: só a cultura europeia é racional, pode conter “sujeitos”. As demais não são racionais. Não podem ser nem almejar “sujeitos”. Em consequência, as outras culturas são diferentes no sentido de serem desiguais, de fato inferiores por natureza. Só podem ser “objeto” de conhecimento ou de práticas de dominação. Nessa perspectiva, a relação entre a cultura europeia e as outras culturas se estabeleceu e, desde

então, se mantém como uma relação entre “sujeito” e “objeto”. (QUIJANO, 1992, p. 6).

Assim, quando inferimos que a produção de conhecimento na modernidade tem a marca da racionalidade europeia e um componente de uma estrutura de poder a qual pressupunha a dominação colonial dos europeus sobre o resto do mundo, é possível perceber, então, que está construída a narrativa de dominação colonial e, nela, o lugar de fala do colonizador e o lugar de fala do colonizado. As imposições hegemônicas eurocêntricas colocaram os sujeitos em determinadas posições sociais pré-estabelecidas e geralmente imutáveis, desta maneira, Grosfoguel (2010) aponta que, na América Latina, os sujeitos falam sempre a partir de um lugar de fala estabelecido “[...] nas estruturas de poder. Ninguém escapa às hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do ‘sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno’” (GROSFOGUEL, 2010).

Tendo em vista que foram impostos lugares de fala específicos aos dominadores e aos subalternizados, estes lugares também foram caracterizados. Segundo as contribuições de Grosfoguel (2010), ele especificou ramificações desses lugares que funcionam de forma hierárquica e nada imparcial. São elas: 1- uma hierarquia que se baseia nas questões étnico-raciais, em que os povos europeus estão no topo e os outros povos são atrasados e irrelevantes; 2- uma hierarquia patriarcal, ou seja, que beneficia e privilegia os homens em detrimento das mulheres; 3- uma hierarquia que se refere à orientação sexual que discrimina e violenta o homossexual e exalta o heterossexual; 4- uma hierarquia religiosa/espiritual que condena as outras manifestações e crenças religiosas que não a católica apostólica romana; 5- uma hierarquia linguística e da comunicação que hostiliza as manifestações e expressões linguísticas dos povos originários, e que, de acordo com Mignolo (2000), as subalterniza ao classificarem-nas como apenas produção folclórica e ou cultural e não como produção efetiva de teorias/conhecimento válidos (GROSFOGUEL, 2010).

A ‘colonialidade do poder’ será exitosa, pois se ramificará atingindo todas esferas das questões sociais no que diz respeito às subjetividades que constituem o sujeito (as hierarquias quanto à raça/etnia; patriarcado; orientação sexual; religião; modo de se comunicar). Assim, Quijano (1993) aponta que o que a colonialidade do poder traz de novidade e que, por consequência, foi o fator que propiciou que ela fosse tão intrínseca e

naturalizada pela sociedade, foi a maneira como o discurso sobre a raça e o racismo se tornaram a força motriz e o princípio organizador responsável por sistematizar e ordenar todas as hierarquias citadas acima que o sistema-mundo²⁶ apresenta (QUIJANO, 1993).

Desta maneira, ao mencionarmos que tais hierarquias funcionam como o princípio ordenador da sociedade a partir daquele momento, a questão da raça será central para definir o lugar do sujeito, pois segundo Quijano (2005), “a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América”. Sendo assim, é a partir da colonização das Américas que:

A ideia de raça organiza a população mundial segundo uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores que passa a ser um princípio organizador da divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal global. Contrariamente ao que afirma a perspectiva eurocêntrica, a raça, a diferença sexual, a sexualidade, a espiritualidade e a epistemologia não são elementos que acrescem às estruturas econômicas e políticas do sistema-mundo capitalista, mas sim uma parte integrante, entretecida e constitutiva desse amplo "pacote enredado" a que se chama sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu (Grosfoguel, 2002). O patriarcado europeu e as noções europeias de sexualidade, epistemologia e espiritualidade foram exportadas para o resto do mundo através da expansão colonial, transformadas assim nos critérios hegemônicos que iriam racializar, classificar e patologizar a restante população mundial de acordo com uma hierarquia de raças superiores e inferiores (GROSFOGUEL *apud* GROSFOGUEL, 2010, p.7).

Sendo a raça a característica central, que determinaria se o sujeito era ou se não era alguém merecedor de respeito, reconhecimento social e equidade dentro da pirâmide hierárquica hegemônica colonial, as identidades sociais se formam e se localizam a partir desta condição. Deste modo, como explica Quijano, a identidade racial se torna elemento fundamental para o ordenamento assimétrico populacional:

A formação de relações sociais [...] produziu na América identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefiniu outras. Assim, termos como *espanhol* e *português*, e mais tarde *europeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e,

²⁶ Para maiores informações sobre o que é o Sistema-Mundo, checar: WALLERSTEIN, Immanuel. **La creación del sistema mundial moderno**. In: BERNARDO, L. *Un mundo jamás imaginado*. Bogotá: Editorial Santillana, 1992.

———. **World-System Analysis: The Second Phase**. Review, XIII, 2, 287-93, Spring, 1990.

———. **Historical capitalism**. New York: Monthly Review Press. 1983.

consequentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 117).

Deste momento em diante, a classificação social básica da população se tornou o elemento central na construção não só do povo latino-americano como um todo, mas também, particularmente, da nação brasileira. Assim, na próxima seção procuramos discutir sobre a formação social do Brasil e as influências dessa classificação na produção de desigualdade social, também reconhecida como ‘racismo’, que se evidencia no discurso da sociedade para a determinação dos lugares sociais assimétricos que cada um deve ocupar.

2.3 A Naturalização da Diferença

Para entendermos com alguma profundidade como a(s) identidade(s) brasileiras se formaram e se formam, é necessário fazermos uma breve abordagem historiográfica do tratamento em relação aos negros no Brasil: como foram localizados na sociedade, como eram vistos, como eram tratados, como chegaram aqui, a quais lugares pertenciam desde o período da colonização até os dias atuais. Desta maneira, estudamos as teorias eugenistas, o racismo, “o mito da democracia racial”, até que, depois deste embasamento teórico, procuramos ler imagens de pessoas negras e construir uma abordagem analítica a partir da qual buscamos refletir porque o racismo²⁷ na sociedade brasileira ainda é tão presente, e, ao mesmo tempo, tão sutil e cotidiano a ponto de algumas pessoas pensarem que ele não existe mais. Este trabalho pretende fazer uma abordagem que nos permita conhecer elementos relevantes sobre a história dos povos negros no Brasil, refletindo sobre aspectos de como foi o ontem, pensando sobre o presente, buscando apreender os sentidos que afetam nosso cotidiano com olhos de empatia e incômodo e interroguem que sobre como o racismo é estrutural e ainda tão enraizado na sociedade brasileira.

O primeiro contato dos portugueses, e de outros viajantes europeus, com as terras brasileiras gerou, corriqueiramente, várias impressões. Os diários de viagem relatavam as

²⁷ Para maiores informações sobre a questão do racismo no Brasil, checar: RUFINO, Joel. **O Que é Racismo?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

maravilhosas paisagens que consideraram ‘*visões do paraíso*’ e contavam que era como se tivessem encontrado o Éden retratado na Bíblia, sendo que toda aquela visão só poderia ser um milagre de Deus (TODOROV, 1999). Contudo, Lília Schwarcz faz a ressalva de que:

[...] se a natureza brasileira foi constantemente edenizada e lembrou o paraíso (por oposição à terra amesquinhada do Velho Mundo), o retrato parece ter sido um tanto diverso com relação às “gentes locais”. Por mais que as imagens negativas não tivessem o impacto das inúmeras visões edênicas inspiradas pelas novas terras, o certo é que fantasias sobre esses nativos locais aproximavam-se de um antiparaíso, ou até do inferno. Essa humanidade diversa, que lembrava o negro dos escravos africanos e o amarelo dos povos indígenas, que praticava o canibalismo e a feitiçaria e agia com lascívia, devia ser condenada (SCHWARCZ, 2001, p. 15).

Com esta premissa de que o diferente deveria ser condenado, vários missionários, estudiosos, exploradores e pesquisadores vieram ao Brasil e, assim, o fizeram. Schwarcz menciona, por exemplo, Corneille de Paw, no ano de 1768, que conceituou a palavra “degeneração” a fim de se referir às terras descobertas e seus habitantes extremamente preguiçosos, que claramente aparentavam sinais de demência e instabilidade mental, apresentando, então, grande distanciamento da civilidade (SCHWARCZ, 2001, p. 20).

Desta maneira, a questão da diferença também no Brasil, desde o início, foi pautada cotidianamente pelos exploradores e eventuais visitantes. As pessoas que vieram e produziram informações falaram sobre um ‘outro’ e esse outro, quando não era “exótico”, não era passível de ser civilizado e /ou demandaria tempo e grande esforço para tal. Com isso, criaram-se estereótipos sobre o ‘outro’ continente (América) e o ‘outro’ (povos originários e mais tarde os negros) levando à concepção de que este local produzia a “degeneração”. Segundo Schwarcz (2001), “a América era não apenas imperfeita, mas também decaída, e assim estava dado o arranque para que a tese da inferioridade do continente, e de seus homens, viesse a se afirmar [...]”²⁸. A autora aponta, ainda, que:

[...] seja nas versões mais positivas, seja nas evidentemente negativas, esse então Novo Mundo sempre foi “um outro”, marcado por suas gentes, com costumes tão estranhos. Isso tudo num período em que “raça” nem ao menos existia como conceito definido (SCHWARCZ, 2001, p. 21).

²⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001. p. 21.

Tais textos construíam, então, que o Novo Mundo era outro mundo e que as pessoas nativas deste Novo Mundo eram outros seres – por vezes incivilizáveis, por vezes exóticos, por vezes selvagens; tudo menos minimamente humanos – e que por serem outros, seriam subalternos tendo em vista que, de acordo com Quijano (2005), os europeus se julgavam superiores, mais modernos e civilizados (QUIJANO, 2005). A propagação e naturalização destas ideias e ideologias se projetou por quase trezentos anos, até que durante o século XVIII os ideais Iluministas ganharam força e juntamente com esta nova demanda de visão e organização social, a conjuntura internacional naquele momento, devido a práticas e pensamentos iluministas e também questões de crises domésticas na França, levaram à eclosão da Revolução Francesa. Tendo como princípios fundamentais ‘Liberdade, Igualdade e Fraternidade’, foram os esforços Iluministas franceses que pautaram, estabeleceram e naturalizaram a noção de que há, sim, igualdade entre os homens (DONATO; MELLO, 2011).

O nome mais influente deste momento é Rousseau, que no ano de 1775 publica ‘Discurso Sobre a Origem e o Fundamento da Desigualdade Entre os Homens’ em que introduz o conceito do *Bom Selvagem* e a *noção da perfectibilidade*. Rousseau se propõe a entender a civilização a partir do Bom Selvagem, mas como aponta Schwarcz (1996)²⁹, os principais, se não os únicos, interesses do autor era de entender e teorizar o eu em detrimento do outro. No que diz respeito à noção da perfectibilidade, o filósofo determina que a perfectibilidade humana irá se desmembrar em um paradoxo, ou seja, haverá a possibilidade de seguir dois caminhos: a ‘virtude’ e o ‘vício’. De acordo com Schwarcz, o problema da teoria de Rousseau está no momento em que “ele chama a atenção não para a *virtude* dos homens civilizados ocidentais, mas justamente para o *vício* e a decadência das sociedades do Novo Mundo”³⁰ (SCHWARCZ, 1996).

A efervescência política que ocorreu na Europa da metade do século XVIII para frente e, com ela a força e importância que o Iluminismo adquiriu, fez com que o volume de pesquisadores e trabalhos teóricos que buscavam explicar a sociedade e a realidade aumentasse exponencialmente. É justamente nesta época, após os estudos de Rousseau, que linhas de análise semelhantes começam a surgir e se tornam a base para que,

²⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Teorias Raciais, Uma Construção Histórica de Finais do Século XIX: O Contexto Brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996. Cap. 8. p. 147-186.

³⁰ Ibid., p. 161.

posteriormente, já no século XIX, as teorias racialistas tenham embasamento “concreto e legítimo” (SCHWARCZ, 1996).

Assim, sobre a Revolução Francesa e seus adventos, ao analisar a atitude dos teóricos, Schwarcz conclui que:

É por isso que já podemos notar, no próprio século XVIII, ao lado da teoria de Rousseau, os primeiros modelos de detração da América; e esse é apenas o começo, o pontapé inicial de uma interpretação pessimista acerca do nosso continente. Na verdade, [...] teóricos vão se opor ao voluntarismo da Revolução Francesa e vão combater a noção de igualdade (SCHWARCZ, 1996, p. 162).

Esses teóricos, os quais Schwarcz (1996) menciona, são estudiosos naturalistas que, em sua maioria, escreveram sobre a América sem nunca terem pisado aqui. Conde de Buffon, por exemplo, escreveu no ano de 1749 em *Histoire Naturelle*, que o continente americano era débil e imaturo, tendo em vista dois principais fatores sendo que o primeiro era o fato de não haver grandiosos animais como elefantes e girafas, por exemplo, e o segundo era de que os homens que aqui habitavam não possuíam barba nem outros pelos no corpo, seus cabelos eram ralos e finos assim como os de um bebê. Sua conclusão, portanto, partindo destes pressupostos, era de que a América era um continente jovem e criança por causa de sua má natureza, homens não evoluídos, terra infértil e, com isso, se iniciavam os argumentos científicos que detratavam e deterioravam a imagem da América lá fora (SCHWARCZ, 1996).

Também neste período, Corneille de Paw, em sua obra de 1768, *Recherches Philosophiques sur les Américains*, se opõe completamente às contribuições de Rousseau e se embasa nos escritos de Buffon para construir seu pensamento, entretanto indica um caminho distinto. Para o autor, a América não era um território novo, e por esta razão, degenerado, segundo ele, a degeneração era proveniente justamente pelo fato de ser um continente velho que já havia passado pela fase infantil, jovem e agora estava decaído por já estar em estado de velhice (SCHWARCZ, 1996).

A questão aqui se dá pelo fato de os autores do século XVIII enxergarem a diferença e a encaram como degenerada, atrasada, irrelevante. Mas é só no século XIX que a **diferença é naturalizada**.

Ao negar o princípio básico da Revolução Francesa, que buscava implementar a igualdade política entre os homens (liberalismo político), naturalizou-se a diferença. Neste sentido, havia uma diferença na sociedade, entretanto, a partir desta premissa e discurso, esta ideia de igualdade entre os homens vingou. Contudo, os homens aqui no Brasil não possuíam direitos iguais, oportunidades iguais, tratamentos iguais, desta forma, a naturalização da diferença foi eficaz para manter segregado os espaços já pré-definidos e também como forma de evitar eventuais rebeliões da população negra e pobre. O liberalismo³¹, ao colocar que todos os homens são iguais, é utilizado estrategicamente a fim de simplificar a complexa questão de raça e racismo (SCHWARCZ, 1996).

2.4 O Determinismo Científico Chega ao Brasil

Já na virada do século XVIII para o século XIX, o Capitalismo se aprofundava e com ele os avanços tecnológicos e a ânsia pelo progresso. A burguesia no Brasil procurava modernizar o país, e o fazia importando instantaneamente qualquer indício de novidade que surgisse na Europa, a fim de aumentar seu poder. A busca pelo progresso era a força motriz do século XIX (GALEANO, 2014). Além dos esforços para manter seu poder político e econômico, ela estava presente nos domínios do saber. Segundo Schwarcz:

Outro local em que essa burguesia representava seu poder era nos domínios da ciência. Uma ciência determinista e positiva, que passava a classificar os homens, os animais, de forma absolutamente totalitária. Enfim, não havia como escapar; a humanidade progredia em etapas e os homens, na verdade, faziam parte, cada grupo à sua maneira, de determinados estágios da civilização (SCHWARCZ, 1996, p. 164).

Assim, um modelo de produção de conhecimento focado nas teorias raciais³² é importado da Europa em meados do século XIX e chegam já “atrasadas” ao Brasil. Estas teorias foram fortemente abraçadas pelos diversos institutos de ensino e pesquisa científica existentes no país, sendo cada vez mais financiados e incentivados pela restrita elite que tinha várias possibilidades e nenhuma limitação para acessar e produzir

³¹ Para informações mais aprofundadas sobre a relação do liberalismo com a questão do outro e da igualdade entre os homens, checar: DUMONT, L. **Homo Hierarchicus**. Paris, Fayard, 1996.

³² Para ter um entendimento mais profundo das teorias eugenistas, nos aspectos biológicos e genéticos, checar: FROTA-PESSOA, Oswaldo. Raça e Eugenia. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 29-45.

conhecimento dentro das fronteiras do Império (SCHWARCZ, 1993). Com efeito, vários intelectuais congregados em algumas instituições locais, passam a divulgar teorias raciais, em que as desigualdades sociais se transformaram em matéria da natureza. Bem como já mencionado anteriormente, Dante Moreira Leite (1983) nos ajuda reafirmar que “[...] as teorias raciais aqui empregadas seriam um reflexo das doutrinas utilizadas pelos ideólogos do imperialismo, justificando o domínio europeu sobre os demais povos”. Com isso, de acordo com Schwarcz:

Tendo por base uma ciência positiva e determinista, pretendia-se explicar com objetividade – a partir da frenologia, isto é, da mensuração de cérebros e da aferição das características físicas – uma suposta diferença entre os grupos humanos. Dessa maneira, a “raça” era introduzida a partir dos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos em função de seu fenótipo, o que eliminava a possibilidade de pensar no indivíduo e no próprio exercício da cidadania. Assim, diante da promessa de uma igualdade jurídica, a resposta foi a “comprovação científica” da desigualdade biológica entre os homens, ao lado da manutenção peremptória do liberalismo, tal como exaltado pela República de 1889 (SCHWARCZ, 2001, p. 42).

A partir destes investimentos no pensamento científico, no século XIX, os teóricos denominados darwinistas raciais re-significaram o verdadeiro sentido das características físicas e fenotípicas e as transformaram em elementos demarcadores do caráter, da moral e de quem as pessoas deveriam ser, a depender de características biológicas. Assim, a biologia³³ legitimou a teoria do Darwinismo Social, tornando-a a grande, exitosa e incontestável ciência deste século, pois caminhava junto com os interesses e necessidades políticas da época, ao terem a função de instrumentalizar a opressão de forma eficaz, a fim de julgar culturas, povos, línguas e hábitos partindo de critérios e definições deterministas. Foi a partir disso que o Brasil se tornou um “laboratório racial” (SCHWARCZ, 2001).

Entretanto, como sugere Thomas Skidmore (1976):

O pensamento racial que gerava discussão aberta na Europa [...] chegava no Brasil via de regra sem nenhum espírito crítico [...]. Caudatários na sua cultura, imitativos no pensamento [...] os brasileiros de meados do século XIX, como tantos outros latino-americanos, estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas europeias (SKIDMORE, 1976, p. 13).

³³ Para ter um entendimento mais amplo sobre a historiografia das teorias eugenistas, indicamos: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e a Questão Racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Cap. 2

Mesmo após a independência política que ocorreu em Sete de Setembro de 1822, o que, por sua vez, previa direitos sociais iguais a todo cidadão, autores influentes na produção de conhecimento brasileiro, como o médico Nina Rodrigues, por exemplo, continuaram escrevendo sobre os malefícios profundos que a miscigenação racial propiciava e, bebendo na fonte das teorias estrangeiras, condenavam de forma pontual a mestiçagem que continuamente ocorria no Brasil e, por conseguinte, a impossibilidade da cidadania (SCHWARCZ, 2001).

Ao verificar os escritos de Nina Rodrigues, Lila Schwarcz aponta que:

Já em maio de 1888, um artigo polêmico, assinado por Nina Rodrigues, aparecia em alguns jornais brasileiros. Nele, o médico ajuizava: “os homens não nascem iguais. Supõe-se uma igualdade jurídica entre as raças, sem a qual não existiria o Direito”. Desdenhando do discurso da lei, logo após a abolição formal da escravidão, esse “homem da sciencia” passava a desconhecer a igualdade e o próprio livre arbítrio, em nome de um determinismo³⁴ científico e racial (SCHWARCZ, 2001 p. 24).

No ano de 1894, Nina Rodrigues publicou “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”, em que o conteúdo consistia não só em defender que a opinião médica fosse um ponto a ser fortemente considerado numa ocorrência jurídica em que houvesse o envolvimento do negro, mas também exigir a criação de dois códigos penais no Brasil, sendo um somente para brancos, e outro somente para negros, pois os direitos civis deveriam ser distintos de acordo com o grau de evolução alcançado por cada um dos grupos. Segundo Schwarcz (2001), “falando de um lugar privilegiado, intelectuais como Nina Rodrigues entendiam a questão nacional a partir da raça e do grupo e, dessa maneira, inibiam uma discussão sobre cidadania, no contexto de implantação da jovem República” (SCHWARCZ, 2001, p. 24).

A partir destas considerações, buscamos entender como o conhecimento científico se dedicou a explicar as diferenças corporais, fisiológicas e culturais definindo desigualdades e hierarquias sociais e também de que forma o arcabouço teórico racial foi

³⁴ Significado de Determinismo: O termo determinismo é proveniente do verbo "determinar", que vem do latim *determinare* que, de forma literal, significa "não-terminar" ou "não-limitar". Resumindo, o determinismo defende que as decisões e escolhas dos seres humanos não ocorrem de acordo com um livre-arbítrio, mas sim por meio de relações de causalidade. Tudo neste universo que nos permeia, de acordo com o determinismo, está limitado a leis que jamais mudarão, ou seja, todos os fatos e ações humanas são pré-determinadas pela natureza, sendo a "liberdade de escolha" apenas uma ilusão.

construído, estabelecido e implementado neste contexto histórico, bem como a definição de **raça**, que, apesar de ter sido delineada como uma questão de cunho biológico, caminhou e acabou sendo utilizada como aparato argumentativo de conteúdo simbólico para questões sociais e ou sociológicas. Desta maneira, Lilian Schwarcz (1993) faz um importante e fundamental apontamento, ao dizer que “o termo *raça*, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado está sendo constantemente **renegociado** e experimentado nesse contexto histórico específico [...]” (SCHWARCZ, 1993 p. 24).

Nesta conjuntura da busca incessante pelo estabelecimento de uma identidade nacional e um projeto político autônomo de inserção internacional do Brasil, além de uma modernização da ossatura material do Império, o país se encontrava num momento em que o advento da escravidão se enfraquecia cada dia mais. Com isso, tendo em vista as pressões inglesas, de acordo com Schwarcz (1993):

As teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p. 24).

Com a ciência ganhando cada vez mais força, como legitimadora do discurso da diferença, houve, por parte da República, um esforço de “branqueamento social”. A decisão tomada foi de estimular a migração de povos europeus, pois pensava-se que em algumas décadas o povo brasileiro estaria livre do “mal da pele escura”. Com isso, Schwarcz aponta que:

A partir da segunda metade do século 19, tingido e maquiado pela entrada maciça de imigrantes brancos, tomou corpo no Brasil um pensamento bastante particular, que em vez de apostar na falência do cruzamento entre as raças descobriu nele possibilidades de branqueamento. Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria na libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração europeia, ainda nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção também evidente de “tornar o país mais claro” (SCHWARCZ, 2001, p. 43).

É neste caminho que as teorias eugenistas/racialistas, mesmo com suas sugestões no sentido negativo, se metamorfoseiam a fim de tornarem-se um argumento perfeito para

atingir o sucesso que se buscava em estabelecer e codificar como legítimas, as diferenças sociais. Por um lado, coloca Schwarcz:

Esses modelos pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira vez – com o final da escravidão – começavam a ser publicamente colocadas em questão. De outro lado, porém, devido à sua interpretação pessimista da mestiçagem, tais teorias acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começara a se montar (SCHWARCZ, 1993 p. 24).

É a partir da lacuna que há nesta dicotomia entre rejeição e aceitação de diferenças raciais naturais e a exaltação da miscigenação ou cruzamento, que os teóricos eugenistas brasileiros encontram uma solução para conformar as distinções teóricas que antes caminhavam por vários vieses. Nessa direção, conclui Schwarcz:

O desafio de entender a vigência e absorção das teorias raciais no Brasil não está, portanto, em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e enquanto tal desconsidera-lo. Mais interessante é refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para construção de um argumento racial no país (SCHWARCZ, 1993 p. 28).

Assim, nesta tentativa de exaltar a construção de um argumento racial que definisse a população mestiça e justificasse a possibilidade de usar uma desculpa para justificar o atraso do Brasil em relação aos países europeus, e ao Ocidente em geral, os discursos se disseminam. Segundo Schwarcz:

[...] o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos – “classes perigosas” – a partir de então [...] transformavam-se em “objetos de *sciencia*” (SCHWARCZ, 1993 p. 38).

A produção de conhecimento científico europeu eleito para se trabalhar e implementar no Brasil não foi por mero acaso. Ao avaliarem-no, propagaram de maneira cuidadosa e estrategicamente seletiva, cumprindo o principal objetivo da elite que era codificar o conhecimento num discurso autoritário, conservador e restrito no que diz respeito à formação e definição de uma identidade nacional. Naquele momento em que se buscava incessantemente transformar o Império num Estado-Nação, esta tal identidade

nacional consolidada e pré-estabelecida, corroboraria para a manutenção das hierarquias já existentes no mundo das elites (VENTURA, 1988).

É a partir desta questão identitária dos sujeitos que transparece nos discursos, que caminharemos para o cerne de nossa pesquisa: a representação dos negros na fotografia do século XIX, tema da análise a que procederemos no capítulo a seguir.

Os Ninguéns

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.

Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:

Que não são embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não tem cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.

Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

(GALEANO, 2015, p. 71).

3. FOTOGRAFIAS, REPRESENTAÇÕES E SENTIDOS

3.1 Deu-se a Luz à Fotografia

A questão fundamental deste capítulo, antes de qualquer coisa, consiste em pensar: como a fotografia do século XIX produz a localização dos negros na sociedade brasileira?

Neste capítulo, falaremos sobre como a construção da identidade se produz não apenas no discurso político ou científico, mas também pela produção das imagens fotográficas, tendo em vista que elas são a captação e congelamento de fragmentos da realidade (SONTAG, 2004). Deste modo, começaremos por refletir como o ato e a cultura de fotografar se inseriu e se estabeleceu no Brasil. Logo após, avançaremos para pensar como e por que negros e negras eram retratados em imagens fotográficas no século XIX. Trata-se de um esforço para se interrogar de que modo configuram-se as populações nacionais, isto é, os indivíduos são reconhecidos como parte integrante da população brasileira e como as marcas de classe e de raça se evidenciam em certos corpos, em certos discursos (na fotografia) e na “comunidade imaginada”³⁵ da nação brasileira (ADERSON, 2008).

No século XIX, especificamente em 1839, Louis Jaques Mandé Daguerre consegue finalmente suprir seus anseios ao captar uma imagem da realidade e fixá-la numa placa de prata ao criar o chamado “daguerreótipo”³⁶. O surgimento da fotografia causou muito incômodo à classe artística da época, principalmente aos pintores, visto que o daguerreótipo conseguia reproduzir a imagem exatamente como ela se representava na realidade, com todos os detalhes, noções de profundidade e luz. Paul Delaroche, ao presenciar pela primeira vez uma imagem fotográfica exclamou espantado em profundo estado de desesperança, que a pintura estava morta³⁷. O medo pairava entre os pintores,

³⁵ “Comunidade imaginada”, conforme o conceito de Benedict Anderson (2008), referindo-se às estratégias representacionais acionadas para construir o senso de pertencimento a uma identidade nacional.

³⁶ Para maiores informações sobre a história da fotografia, checar: OSTERMAN, Mark; ROMER, Grant B. **Focal Encyclopedia of Photography: Digital Imaging, Theory and Applications, History and Science**. 4. ed. Oxford: Elsevier, 2007. Disponível em: <[https://www.politicalavenue.com/PDF/ENCYCLOPEDIAS/Encyclopedia of Photography.pdf](https://www.politicalavenue.com/PDF/ENCYCLOPEDIAS/Encyclopedia%20of%20Photography.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2017. Página 28

³⁷ CASTLE, Peter, **Collecting and valuing old photographs**. Londres, Bell & Hyman, 1979, 2a. edição.

até que o poeta francês Baudelaire introduziu um novo modo de enxergar e pensar a fotografia. Ao ler as considerações de Baudelaire³⁸, Mauad diz que o poeta:

[...] enfatiza a separação arte/fotografia, concedendo à primeira um lugar na imaginação criativa e na sensibilidade humana, própria à essência da alma, enquanto à segunda é reservado o papel de instrumento de uma memória documental da realidade, concebida em toda a sua amplitude (MAUAD, 1996, p. 2).

Assim, para Mauad (1996), “a fotografia libertou a arte da necessidade de ser uma cópia fiel do real, garantindo para ela um novo espaço de criatividade”³⁹. Após superadas as críticas iniciais que abarcavam a estranheza de uma ação que era assimilada com magia, a espera de vinte longos minutos para que a imagem ficasse pronta e a necessidade da luz do sol, a fotografia começou a ganhar prestígio e expandir seu público a fim de gerar atividades comerciais.

A primeira vez em que a fotografia é mencionada no Brasil, de acordo com as pesquisas de Koutsoukos (2006), foi por meio do “*Jornal do Commercio*, de 01 de maio de 1839, publicado na cidade do Rio de Janeiro que chamaria a atenção para a novidade que tornaria possível a rápida fixação de um mundo infindável de imagens e ajudaria a abrir portas para uma nova era [...]”⁴⁰. Somente em 1840 é que o primeiro brasileiro faz uso do daguerreotipo. Luis Compte registra o Paço Imperial⁴¹, que teria neste dia, uma tropa do Exército organizada sistematicamente à frente do edifício (KOUTSOUKOS, 2006).

Devido ao gosto que Dom Pedro II, em 1840 com quatorze anos, tomou pela fotografia após saber sobre a experiência de Compte com o daguerreotipo, esta prática se tornou comum, efetiva e cada vez mais procurada pelos brasileiros e por fotógrafos

³⁸ DUBOIS, Phillipe. **O Ato Fotográfico**, Lisboa, Vega, 1992, p.23.

³⁹ MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.73-98, jul. 1996. Página 02

⁴⁰ KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **No Estúdio do Fotógrafo: Representação e auto-representação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX**. 2006. 382 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Multimeios, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Página 14.

⁴¹ Paço Imperial é um edifício colonial que fora construído no Século XVIII, na cidade do Rio de Janeiro, a fim de residir autoridades políticas da época, bem como governadores, o Vice-Rei do Brasil, o Rei de Portugal Dom João VI e Imperadores brasileiros. Hoje o prédio funciona como Centro Cultural.

estrangeiros que viajavam para o Brasil em busca de se instalar e montar estúdios para fugir da concorrência em seus países de origem⁴² (KOUTSOUKOS, 2006).

Como já de costume da cultura e práticas que nasciam no seio da colonização portuguesa no Brasil, Mauad (2004) aponta que, bem como tudo proveniente do exterior era extremamente requisitado e bem quisto, com a fotografia não foi diferente. Ainda segundo a autora, a importação da fotografia servia para “enquadrar nosso comportamento e para nos fornecer molduras para nossas próprias imagens”⁴³ (MAUAD, 2004). De fato, são visíveis as “molduras” europeias na produção iconográfica do Brasil oitocentista.

Com a popularização da fotografia, muitos fotógrafos foram contribuindo com os avanços tecnológicos da técnica, permitindo, assim, menor tempo de exposição e diminuição do preço do serviço e do produto. Segundo Koutsoukos:

[...] em pouco tempo, pessoas dos grupos sociais menos favorecidos também teriam condições de “construir” a sua auto-representação, de poderem ser retratadas em papel, da forma como queriam ser vistas e lembradas. Era a “democratização” da autoimagem. Na forma do cartão-de-visita a fotografia se tornaria uma técnica a serviço de todos, um objeto de desejo, uma mercadoria de troca, muitas vezes de afeto e amizade, e que garantiria, a quem quisesse, a possibilidade de possuir imagens e paisagens do mundo, imagens de amigos e parentes, imagens de conhecidos e de figuras importantes admiradas e, sobretudo, a própria imagem – em um mesmo tipo de moldura, forma de circulação e suporte. Logo, teria havido também uma certa padronização da imagem de si e do outro⁴⁴ (KOUTSOUKOS, 2006, p. 24).

É neste momento, portanto, que a fotografia evidencia uma ambiguidade na construção da identidade cultural brasileira que se estabelecerá com o que Bakzco (1985) conceitua como “**ambíguas**”. Se antes, negros e forros eram “alguéns-ninguéns” que mal

⁴² Para mais detalhes sobre a relação de Dom Pedro II com a fotografia, checar: SCHWARCZ, Lilia Moritz, **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

⁴³ MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. **Revista Studium**, Campinas, n.15, p.1-17, 2004. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>>. Acesso em: 02 nov. 2017. Página 05

⁴⁴ Ainda, segundo Koutsoukos: “O mais modesto procuraria se espelhar na foto do outro para construir a sua representação. Nos estúdios que atendiam a uma clientela mais variada, de classes distintas, a visão da foto do outro, igual a ele (que, por sua vez, se espelhara na foto de outro, de classe igual ou superior), representado de maneira tão distinta, daria segurança ao mais modesto, pois mostrava que era possível aquele tipo de representação, dava uma certa permissão para que ele também se (auto-) representasse daquela forma e possuísse, de fato, como sua, aquela forma de imagem” (KOUTSOUKOS, 2006, p. 24).

podiam se expressar, agora, com a introdução da fotografia “democrática” naquela realidade, eles podiam estar num lugar que nunca estiveram antes, sendo representados como nunca foram antes, mas ao mesmo tempo, na realidade, não estão ocupando aquele lugar e não estão sendo representados de fato, pois as roupas, ressaltava Koutsoukos (2006), eram do estúdio do fotógrafo, assim como cenários, joias e as poses eram a que eles viam nas fotografias que encontravam nas casas de seus senhores e tentavam reproduzi-las.

Negros e negras estavam presos numa vacuidade em relação a sua identidade cultural em que estas identidades culturais foram construídas em disputas mais ou menos reveladas pela Coroa e os fotógrafos em relação ao povo, que não se encaixava e não se reconhecia nesses moldes, mas, em seu imaginário⁴⁵ gostariam de estar nesses moldes.

Essa **ambivalência** foi adquirida e formada pelas pessoas que não tinham lugar na sociedade brasileira. Elas estavam ali, mas para a Coroa e burguesia, elas não estavam, elas nem ao menos eram seres humanos. Ao ser tirado de si a possibilidade de ser quem eram, de fazer coisas que gostavam, de praticar sua religião de escolha, negros e negras foram empurrados ao vazio da inexistência. A concepção era de que o Império Brasileiro não poderia estar atrasado, ou seja, deveria buscar sempre se enquadrar nos mesmos padrões europeus, com as mesmas práticas, mesmas roupas, mesmos hábitos alimentares e mesmos rituais religiosos. Desta maneira, a identidade cultural no Brasil era formada pelas cotidianas relações de poder em que cada segmento da população deveria ocupar o seu lugar. Escravos, forros e descendentes de escravos ficavam presos a essa identidade cultural que deveria ser construída horizontalmente como forma de unidade e não de inferioridade. Assim, Homi Bhabha (1992), ao ler Said (1978)⁴⁶, conclui que “[...] a respeito dos mitos do poder e do conhecimento ocidentais que confinam, o colonizado é despossuído a uma semi-vida de semi-representação [...]”⁴⁷.

⁴⁵ Para maiores informações sobre a historiografia do conceito de imaginário social, checar: BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social** In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. E também: CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 277.

⁴⁶ Para mais informações sobre como o Ocidente lê o Oriente checar: SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴⁷ BHABHA, Homi K. A Questão do "Outro": Diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 177-205. Página 178.

Com isso, é partindo da questão colocada por Bhabha (1992) de que o colonizado é caracterizado como um “despossuído a uma semi-vida de semi-representação”, que começaremos por analisar as seguintes fotografias:

Fotografia 1



Fonte: Acervo do Museu Paulista. IC 16544-0481-2814

As telas das fotografias são telas construídas a partir do imaginário social, o que, por sua vez, são a representação clara da ambiguidade de que trata Bakzco (2008). Na **Fotografia 1**, como podemos perceber, mesmo que os negros estivessem sendo vestidos com roupas características do uso da elite – e que provavelmente foram empréstimos do estúdio – a disposição do senhor à frente nos leva a interpretar sua posição privilegiada e de posses na hierarquia social brasileira dos oitocentos. Além disso, outro aspecto marcante é o fato de os escravos estarem descalços e que, de acordo com Carneiro (2006), os senhores mantinham os escravos “sem sapatos, principalmente como forma de demarcá-los, para que o tempo todo, independentemente de seus ricos trajes e alguns benefícios, não esquecessem sua condição de escravos/as, de “peças” que lhes pertenciam” (CARNEIRO, 2006, p. 365).

É a partir disso que podemos afirmar que os escravos representados nas fotografias do século XIX foram produtos da exposição e reafirmação dos discursos empregados nos oitocentos. Discursos estes, que foram (e são) concebidos a fim de atuarem juntamente com a prática, ou seja, como pontua Foucault (1997), discurso e prática estão diretamente associadas a uma gama obscura e complicada de modificações que são geradas tanto de forma externa à elas (como, por exemplo, em relações sociais cotidianas, instituições políticas e econômicas), quanto de forma engendrada (na produção de conceitos, na

apropriação de informações sem a verificação de sua consistência), e inclusive ao seu próprio lado, de forma horizontal, isto é, em outros mecanismos e práticas discursivas (FOUCAULT, 1997). Assim, de acordo com o filósofo, essas práticas discursivas são políticas, e:

[...] não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, que ao mesmo tempo as impõem e mantêm (FOUCAULT, 1997, p. 12).

Nesta ‘fabricação’ de tais ‘discursos’, ao impor um lugar de subalternidade e mantê-los ali a partir das referidas práticas discursivas, levando os sujeitos negros ao que Bhabha (1992) conceitua como uma “semi-representação”, Koutsoukos, ao analisar a mesma imagem, entende que:

A intenção principal, talvez mesmo a única, do senhor de escravos foi a de se representar exibindo seus bens “semoventes”, mostrar sua riqueza e, principalmente, o seu poder. Seu poder de posse, e seu poder de humilhação. O “luxo” da foto do senhor é a sua demonstração de poder. Não há joias, móvel rebuscado ou rica cadeirinha de arruar. O olhar austero do senhor era uma norma; era estereotipado, estudado, mas indicador de sua posição social (aos que, como ele, tinham condições de decodifica-lo), assim como de sua suposta idoneidade moral (KOUTSOUKOS, 2006, p. 98).

Com isso, ao passo que Koutsoukos (2006) indica as condições que localizavam o senhor na foto, podemos observar que o signo que localiza os subalternizados é, além disso, o fato de estarem descalços, mesmo que estejam vestindo roupas que escravos não costumavam usar. Em vista disso, as roupas são uma máscara inócua que não interfere na representação prévia, exibindo uma ascensão, porém que não descarta a marca da desigualdade.

Assim, é partindo do que Koutsoukos (2006) define como “indicador de sua posição social”, que temos a fotografia abaixo, que mostra uma senhora sentada na icônica ‘cadeirinha’, com um escravo de cada lado. Esta cadeirinha servia, não só como meio de transporte, mas também como indicadora de sua posição social elevada e de posses, pois, geralmente senhoras, eram transportadas nestes objetos a partir do esforço unicamente dos escravos que os carregavam nos ombros. Sempre que as senhoras eram transportadas nas cadeirinhas, era como se fosse um evento, um cortejo, a fim de chamar muita atenção e de comprovar seu *status social* (KOUTSOUKOS, 2006).

Fotografia 2



Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.

De acordo com as pesquisas de Koutoukos:

[...] os dois escravos representados foram levados ao estúdio para fazer “figuração” na foto da rica senhora baiana, da família Costa Carvalho. As cadeirinhas eram geralmente carregadas por dois escravos uniformizados escolhidos entre os de melhor figura da senzala. Dessa forma, a senhora expunha em público a sua condição social. [...]. O símbolo da posição social da senhora, além de sua roupa, joias, porte e olhar, seria também a representação da cadeirinha e da posse de dois seres uniformizados e descalços. [...]. Como se tratava do retrato da *senhora*, possivelmente não foi permitido aos rapazes negros que encarassem diretamente a máquina; mas, ainda assim, os dois expressaram alguma atitude pessoal, através do contraste entre as suas posturas: o da direita manteve uma pose descontraída, meio displicente, até cruzou a perna, enquanto que o da esquerda adquiriu uma postura e expressão subservientes (KOUTSOUKOS, 2006, p. 97).

Mais uma vez, reforçamos a presença da ambiguidade na representação fotográfica oitocentista. Na **Fotografia 2** ainda mais latente, visto que o homem da esquerda veste roupas muito mais compridas que seus braços e muito mais largas do que o tamanho de seu corpo comportaria, e o homem da direita veste roupas extremamente curtas e apertadas. O tamanho errado de suas roupas e também os pés descalços exibem o modelo peculiar do “escravo nos trópicos” e sinalizam em forma de imagem os discursos políticos empregados na prática e oralidade cotidianas do século XIX no Brasil.

Em se tratando da **Fotografia 2**, mesmo que os escravos tenham sido figurantes, ainda assim, a rica senhora precisava estabelecer um “vínculo de confiança” com os sujeitos que fora germinado após algumas negociações. Então, é pensando neste “vínculo de confiança”, determinadas negociações e, ainda nos referindo à questão da semi-

representação, analisaremos fotografias de escravos que trabalhavam em estabelecimentos de seus senhores.

Fotografia 3



Fonte: Acervo Fundaj. CFR1800.

Na **Fotografia 3**, já podemos perceber várias mudanças em relação à pessoa retratada. Primeiramente, o homem na fotografia está sozinho – sem a presença de senhores – e isto insinua um certo privilégio, uma determinada “ascensão social” do escravo somados com a aquisição de uma confiança – provavelmente adquirida com anos de serviços prestados – em relação ao seu senhor. Koutsoukos, de acordo com suas pesquisas, expõe que o homem da foto era um porteiro:

[...] que trabalhava no escritório da família Comber, em Recife. [...]. Para a foto, a cartola, que podia ser de seu “uniforme” de porteiro, foi colocada em cima da cadeira. O cenário montado deveria remeter ao local de trabalho do porteiro. Para lhe agradar, ao homem podem ter sido dadas uma ou mais cópias de seu retrato, as quais ele poderia enviar para parentes e conhecidos, exibindo assim a posição de confiança que ocupava no seio da família a que pertencia (KOUTSOUKOS, 2006, p. 100).

Desse modo, bem como coloca Koutsoukos (2006) e Mauad (1997) e (2008), o fato de haver adereços como guarda-chuvas, cartolas, fundos ornamentados, balaústras e

demais objetos e acessórios na fotografia, criava uma atmosfera que, a partir destes signos, tornavam o representado mais “adornado”, dando a impressão de ser mais respeitado e, no caso dos sujeitos negros e escravos, mais civilizado. De acordo com Lucas Vieira Baeta Neves (2006) “adequar-se à moda, significava, à época, estar de acordo com as regras da “boa sociedade”, o que incluía ter uma aparência distinta, igual à de seus pares das elites e diferenciada daquela dos demais estratos”.

Entretanto, apesar de na **Fotografia 3** conter uma cartola e um guarda-chuva que, no mundo dos brancos que se baseiam na europeização dos costumes a fim de gerar um *status* social, seriam instrumentos que revelariam suas posses, no caso deste velho homem, mesmo sendo representado ao lado de tais objetos, a marca da escravidão, da subalternização, da posse está no fato de ele estar descalço (CARNEIRO, 2006). Com isso, mais uma vez voltamos ao conceito de Bhabha de “semi-representação” e também de “ambiguidade” de Backzo (2008), tendo em vista que, mesmo tendo uma “ascensão” e ou acesso a privilégios por ser um porteiro – obviamente dentro dos limites do ser escravo – a marca de sua condição, de seu lugar social, não deixava mentir. A partir destas considerações surge um questionamento: até que ponto um escravo ser fotografado possibilitava que ele fosse localizado de forma distinta às dos discursos coloniais de poder? Qual o objetivo do senhor a permitir que um de seus escravos seja representado num estúdio, com fotógrafo pago, com adereços e fundos ornamentados (ou insistir, patrocinar a imagem, expor “a propriedade humana” que lhe conferia *status* social)?

Em princípio, pensamos que um caminho possível para responder, seria que o senhor buscava estabelecer uma imagem de “escravidão suave”, “amena”, de “bom senhor”, de uma sociedade sem conflitos ou assimetrias sociais/raciais.

A **Fotografia 4** irá nos possibilitar refletir sobre os mesmos questionamentos apontados acima.

Fotografia 4



Fonte: (AZEVEDO; LISSOVSKY, 1988, prancha 66).

Na fotografia acima podemos observar um escravo trabalhando como barbeiro, sendo fotografado com trajes mais finos, porém, mesmo assim, descalço. Ao mesmo tempo, apesar de seu freguês estar vestido, não aparenta estar usando vestes finas, o que nos possibilita interpretar que há um jogo de aparências que, de acordo com Ana Maria Mauad (1997), é uma “ideia de performance, ligada ao fato de” os representados assumirem “uma máscara social”, haja vista que o barbeiro está usando roupas finas, porém está descalço e que seu cliente está usando camisa e calça, pois, geralmente, os escravos usavam somente calça (MAUAD, 1997).

Além desta “máscara social”, apontada por Mauad (1997), negros escravos e forros só puderam ser representados na fotografia porque, de acordo com Ribeiro (2002), o Brasil Império estava num momento importante da busca pela consolidação de sua Identidade Nacional, pela modernização de suas instituições, da produção econômica, de sua prospecção internacional e também pela criação de um discurso que mostraria um Brasil civilizado que, apesar de ainda manter-se nos moldes escravocratas, esta era uma “escravidão pacificada”. Portanto, nesse sentido, Neves (2006) conclui que:

O ordenamento e controle do corpo social, visando à normalização de condutas, processo de “controle dos corpos, das mentes e dos atos dos agentes sociais”, envolveu não apenas um aparato jurídico e policial, mas também “a elaboração de visões e imagens sobre os nacionais – brancos, pretos ou mulatos –, e sobre os estrangeiros, dentro de uma perspectiva de ‘modernização’, ‘civilização’ e ‘progresso’”. Nessa produção e circulação de imagens, a fotografia desempenhou um papel estratégico, pois, não apenas retratava o indivíduo civilizado, a cidade moderna, mas também ensinava como deveriam ser tais imagens, tais figurações (NEVES, 2006, p. 115).

É, deste modo, visando não apenas retratar este “indivíduo civilizado” na condição de um “escravo pacífico” que observamos a **Fotografia 5**.

Fotografia 5



Fonte: (AZEVEDO; LISSOVSKY 1988, prancha 58).

Na **Fotografia 5** é possível perceber que foi uma fotografia construída, e mais que isso, encenada, forjada. Os dois homens se cumprimentam, porém aparentam estar incomodados e ou desgostosos com a situação. O aperto de mãos também parece não agradar, tendo em vista que as mãos estão abaixadas e se tocam mais com a extremidade do que com a palma da mão inteira, que é o que ocorre quando cumprimentamos alguém que respeitamos, ou que faz tempo que não vemos. Apesar de estarem portando guarda-chuvas, que é um sinal de privilégio na sociedade brasileira oitocentista, estão descalços. De acordo com análises de Koutsoukos:

Os fotógrafos de “typos de pretos” da segunda metade do século XIX tentaram seguir o ideal de uma Corte que se pretendia modernizada [...]. Para a composição da imagem [...], Christiano Jr. colocou dois homens de cor escura e descalços (indicativos de que eram escravos – isso o estrangeiro facilmente entenderia), mas que, vestidos com roupas de corte ocidentalizado e portando o símbolo de distinção à mão (na forma do guarda-chuva), com os chapéus à cabeça (um deles, com um chapeuzinho de muçulmano), e, por fim, encenando uma situação “civilizada”, um cumprimento, um aperto de mãos, “falaria” ao estrangeiro sobre a escravidão “pacificada”, não cruel, e sobre o grau de

civilidade aprendido aqui por um povo originalmente considerado “primitivo” (entre outros adjetivos) (KOUTSOUKOS, 2006, p. 108).

A premissa da fotografia baseada nos “tipos de preto” utilizada pelos fotógrafos na segunda metade do século XIX no Brasil, encontraram no tema “exótico” uma maior possibilidade de veiculação comercial também pela produção, reprodução e exploração de tal tema. Foi com esse viés fotográfico, que começou a se popularizar entre os fotógrafos, que as pessoas começam a ter contato direto com o que estava sendo colocado pelas já mencionadas teorias eugenistas. As fotografias com foco no exótico exaltavam a diferença, para além da pele, demarcavam com nitidez o que era este outro e produziam essa noção do “exótico”.

Assim, é como exemplo de retratação do exótico, que apresentamos a **Fotografia 6**.

Fotografia 6



Fonte: (ERMAKOFF, 2004, p. 98).

Como podemos perceber, ao olharmos a **Fotografia 6**, a criança está “montada” na mulher que muito provavelmente é posse de seus pais. A composição da foto é pungente⁴⁸ e nos fere ao olharmos, pois logo percebemos tamanha demarcação da localização

⁴⁸ Referência ao conceito “*punctum*” trazido por Roland Barthes, em seu livro *A Câmara Clara*, para explicar que boas fotografias são as que punem, que nos ferem, nos tiram do lugar, portanto, possuem um *punctum*. Para maiores informações, checar: BARTHES, Roland, **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1984.

da subalternidade e da diferença e como ela atua sobre o outro – o corpo negro. Analisamos, neste caso, que a posição em que os quatro membros tocam o chão, não é trivial e remete ao fato de que, assim como os cavalos, os brancos também domavam – ou pelo menos tentavam domar – os corpos negros. Outro detalhe relevante a se observar é o olhar desta mulher diretamente para a câmera, o que gera um paradoxo. Muito provavelmente, naquela época, uma fotografia de um cavalo jamais seria tirada com o animal olhando fixamente para a objetiva, assim, esta pose pode se qualificar com que Ermakoff (2004) designa como uma “herança de subordinação”.

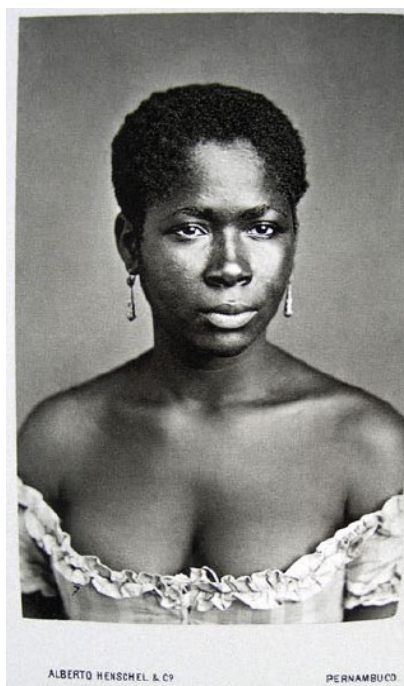
Desta maneira, é justamente a produção de fotografias que apelam para o “exótico” que exaltavam a modernidade e o pacifismo da sociedade brasileira somado com o que Ermakoff (2004) denomina como “herança de subordinação”, que Carneiro (2017) se utiliza do que Foucault (1998) conceitua como discursos, para dizer que é “em elaborações primordiais dos discursos da “nação imaginada”, [...]” que “desenhavam-se cenários pitorescos onde habitavam corpos “exóticos” que pareciam conferir às paisagens sociais um valor estético, histórico e ético” (CARNEIRO, 2017, p. 227).

Deste modo, ainda de acordo com Carneiro (2017):

Uma certa ordem se delineava em esforços de elaboração de narrativas fundadoras, que pretendiam cunhar sínteses ou parâmetros explicativos que dessem conta de eventos e personagens, que mapeassem a população e suas diferenças. Como espécies definitivas da natureza, em sua aparentemente incontornável, embora ambígua, realidade, corpos de mulheres negras foram capturados e muitas vezes reconstruídos. Habitaram e habitam encruzilhadas dos discursos, impregnados de poderes, resistências, tensões e desejos, de vida, sobrevida, de ordem, civilização e verdade (CARNEIRO, 2017, p. 227).

E é precisamente com base nestas “encruzilhadas” das quais fala Carneiro (2017), que discutiremos as formas com que a mulher negra era representada na fotografia oitocentista. Com isso, apresentamos para análise a **Fotografia 7**.

Fotografia 7



Fonte: (ERMAKOFF, 2004, p. 22).

Na fotografia acima podemos observar uma jovem mulher usando brincos, um vestido com grande decote e nariz afinado. Fotografias como esta, de busto de mulheres eram comumente tiradas para satisfazer desejos sexuais de senhores brancos. Como bem coloca Carneiro (2006), o decote era uma “marca utilizada para conferir a condição diferente e desigual de escrava mulher e para dar a ler sua natureza sensual. Um detalhe que mais uma vez está impresso no corpo cativo como demarcação de sexo-gênero, de condição civil e de raça”. Ainda segundo a autora, o decote é:

[...] significativo do corpo sem nome ou sobrenome, quer dizer, um corpo que tem dono, que é escravo, desapossado de si, que pertence a um senhor, ou que se pode possuir. Sugerem o sentidos de desapossamento e de disponibilidade. Representa um daqueles corpos que são lidos como expressão da natureza bruta, da qual se apropria para que ela possa ser modelada ou cinzelada de acordo com os fundamentos da cultura ou civilização. Ou corpo de que se usa para serviços domésticos variados, inclusive para o exercício da sexualidade periférica e fora da regra e, ao mesmo tempo, dentro da regra escravista e patriarcal (CARNEIRO, 2006, p. 378).

Desta maneira, a sexualização de corpos de mulheres negras que ocorria nos oitocentos foi tão eficaz que permanece até os dias atuais, que Carneiro (2017):

[...] não poderia, entretanto, deixar de observar permanências que parecem ainda impressas em corpos de mulheres. Marcas que se exibem nesses corpos, que parecem tomadas como significativas de forças motrizes de uma violência que persiste na sociedade brasileira nos dias de hoje. Refiro-me à violência

contra as mulheres, e particularmente à violência sexual e racial em relação às mulheres. Se há uma opressão e discriminação contra as mulheres, é ainda maior o número de mulheres negras vítimas de violência (CARNEIRO, 2017, p. 228).

Ainda sobre opressão e discriminação contra mulheres negras e as encruzilhadas as quais elas habitam, observamos, em seguida, a **Fotografia 8**.

Fotografia 8



Fonte: Acervo do Arquivo Nacional. 02/FOT/76⁴⁹

Na **Fotografia 8** vemos uma ama-de-leite segurando em seus braços a filha de seu senhor. A foto da criança com sua ama é um sinal de posse. A criança já nasce sendo dona. Dona da escrava, dona da vida daquela mulher que certamente deixará de cuidar dos próprios filhos para cuidar dos filhos de seu senhor, dona do corpo de sua ama, dona de seu seio⁵⁰.

⁴⁹ A **Fotografia 8** foi escolhida por ser uma das poucas que constam ao menos o nome da escrava, pois nem direito de serem chamadas pelo nome, elas tinham.

⁵⁰ Neste sentido, completa Carneiro (2006): “Seio que pertence à ama, mas também ao corpo que aleita que não é seu. Pertence, portanto àquele que mama, ou ainda, pertence ao pai da criança, locatário ou proprietário de corpos cativos e gestor do patrimônio familiar. Trata-se de um corpo do qual se toma posse, que nutre a criança, a família e a ordem escravista e patriarcal, e com esses sentidos ele aparece e é exposto em fotografias e anúncios, negociado nas casas particulares e de comissão, exibido na sua substância anônima e negra, inclusive no catálogo da pinacoteca imperial. O corpo negro é, assim, materializado na espessura dos sentidos que denotam sua condição de propriedade, sua função, sua disponibilidade no mercado de corpos (CARNEIRO, 2006, p. 379).

Mas a representação fotográfica não servia somente para indicar a posse. O corpo negro como materializado e objetificado em condição de propriedade, servia também ao mercado e propaganda em jornais a fim de trocas comerciais. Como aponta Carneiro:

Voltando os olhos para as janelas do imaginário oitocentista, corpos de mulheres negras proliferam nos discursos dando a ler diferentes funções da escravidão. Como amas-de-leite, elas aparecem amiúde como mercadorias humanas oferecidas para compra, venda e aluguel nos anúncios de jornal. [...]. Quer dizer, era possível auferir lucros ainda maiores com a propriedade humana feminina em estado de nutriz. Os classificados ocupam páginas nos diários na Corte e oferecem pretas, pardas, moças, “com ou sem as crias”, “limpas”, sabendo “lavar ou engomar com perfeição”, com “abundante leite”, “carinhosas”, de 15 anos, menos ou mais, de “conduta afiançada” (CARNEIRO, 2017, p. 230).

Ainda nos referindo ao modo com que as mulheres eram representadas, umas classificadas nos jornais e anúncios de venda, já outras, classificadas pelo tamanho de seus crânios, corpos e formas físicas em geral, selecionamos, para análise, **Fotografia 9**.

Fotografia 9



Fonte: (ERMAKOFF, 2004, p. 240).

Nesta fotografia podemos observar, primeiramente, as marcas de cicatrizes no rosto desta mulher que provavelmente remetem à sua etnia. Seus olhos transmitem muita dor e um vazio aterrorizante, talvez pelo fato de estar se sentindo envergonhada e invadida, naquela situação constrangedora. Ela parece não estar em si, uma tática utilizada a fim de fugir do momento. É a partir deste olhar que podemos concordar com o que coloca

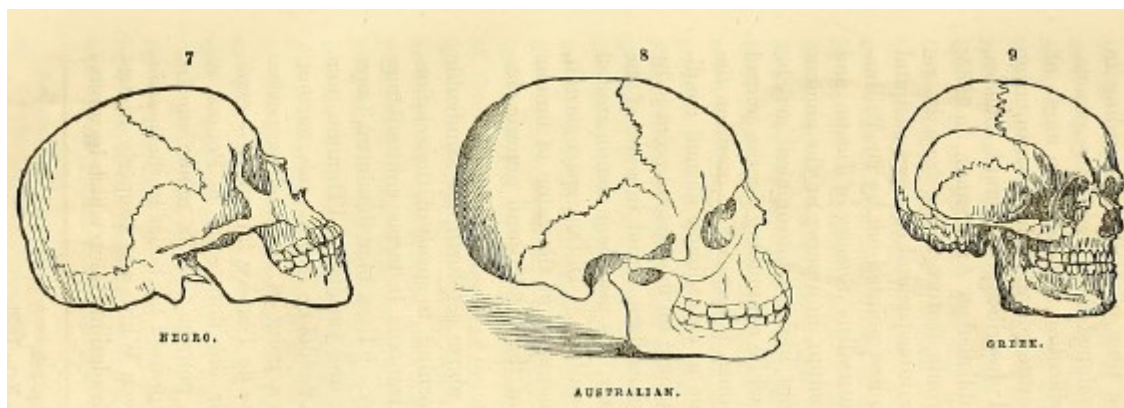
Koutsoukos (2006), quando diz que “se o corpo do escravo era uma propriedade, sua personalidade não era” mas, mesmo assim, “a câmera virava um instrumento de dominação” (KOUTSOUKOS, 2006, p. 116).

3.2. O Discurso da Eugenia: Imagens da Ciência

A questão do outro aqui, se torna mais profunda. Devido às teorias eugenistas que foram altamente prestigiadas e empregadas no Brasil no fim dos Oitocentos, a tratativa da pessoa negra como não-humana, foi um reforço para que a identidade cultural brasileira não pudesse ser constituída com a contribuição de todos e todas. Segundo Schwarcz (1993), “era a partir da ciência que se reconheciam as diferenças e se determinavam as inferioridades”.

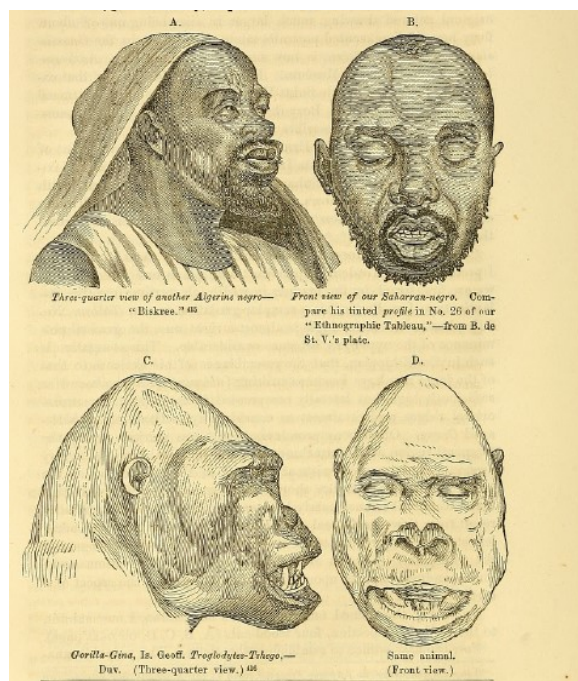
Assim, em sua obra “*Indigenous Races Of the Earth*”, o pesquisador estadunidense Nott (1857), é um dos primeiros a utilizar as dimensões do crânio, a partir de desenhos manuais, para comparar e comprovar a diferença entre as raças. A fim de reforçar seu argumento, ele produz as seguintes imagens:

Fotografia 10



Fonte: (NOTT, 1857, p. 207).

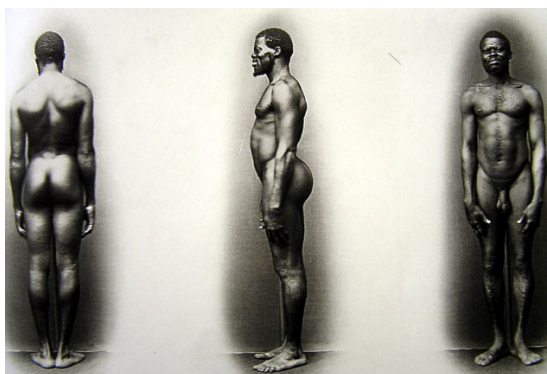
Fotografia 11



Fonte: (NOTT, 1857, p. 548).

A partir destas imagens (fotografias 10 e 11) de “representação do real”, os fotógrafos se basearam nelas e começaram a tirar fotos antropométricas de mulheres e homens nus a fim de que elas servissem análise e estudos da eugenia.

Fotografia 12



Fonte: (ERKMAKOFF, 2004, p. 251).

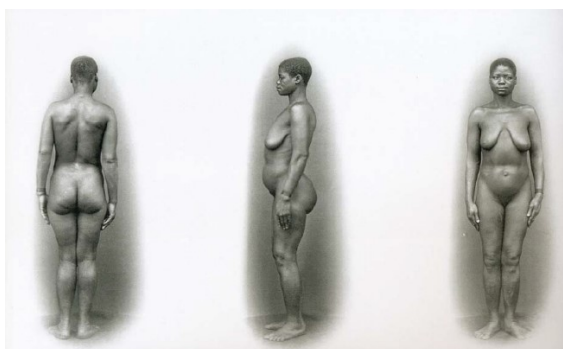
Em se tratando desta apreensão de fotografia, não havia esforços para montar cenários que representassem luxo e modernidade, muito menos há necessidade de adereços como joias, cartolas e guarda-chuvas. Neste tipo de fotografia a intenção era

demarcar o corpo a fim de que pudesse ser estudado e conhecido cientificamente. Segundo Koutsoukos, essa é uma:

[...] foto com uma carga de dominação e opressão tão forte e evidente, na qual o escravo [...] conseguiu marcar a sua presença, não meramente como modelo, e *jamaís* como um *objeto de cena*. Ele *se deu a ver*, foi o *sujeito* do retrato, conseguiu mostrar o que era – como diria Roland Barthes, o *noema* da foto é: **escravo** – um escravo com um olhar cheio de dignidade e um rosto impressionante, marcado não só pelas cicatrizes de sua etnia africana (que lhe davam uma *identidade étnica* permanente), mas pela humilhação e pela dor (KOUTSOUKOS, 2006, p. 118).

Desta mesma maneira, com a finalidade de conhecer e dar a ler a “verdade do corpo”, mulheres também eram representadas, em fotografias de viés antropométrico, como podemos visualizar na **Fotografia 13** a seguir.

Fotografia 13



Fonte: (ERKMAKOFF, 2004, p. 251).

Ao analisar a fotografia acima, Koutsoukos conclui que esta imagem:

[...] mostra uma série de três fotos que seguiram a linha das fotos “antropométricas” de corpo inteiro, e que expunham o modelo de quase todos os ângulos possíveis. Nesse caso, mais do que nas outras categorias, o que importava eram as dimensões e detalhes dos corpos, o desenho da cabeça, seu tamanho em relação ao corpo, o comprimento dos braços, o formato das pernas, a curvatura da coluna. Mas o interessante é que esse tipo de foto era, por motivos óbvios, a que mais expunha o modelo, mas também a que menos retratava o modelo, a que menos dava ao modelo capacidade de *se retratar*, de *se expor* (apesar de nu), já que a padronização e a distância em que a câmera era colocada evidenciava menos os detalhes da sua fisionomia e de sua expressão (KOUTSOUKOS, 2006, p. 119).

As fotografias de cunho antropométrico eram tiradas para ilustrar a ciência médica nascente e para reforçar as teorias eugenistas de autores que, em seus livros, publicavam desenhos feitos à mão. Assim, utilizavam fotografias para mostrar a realidade, o que suas teorias pautavam, ou seja, a diferença entre as raças.

A questão da diferença é central e fundamental para a compreensão de qual lugar foi definido para as populações e, por consequência, qual o lugar que o negro ocupou e ocupa na sociedade brasileira. Desta maneira, é importante ressaltar que é com base nos argumentos sobre a diferença (seja ela física, ou cultural) que se consolidou e se naturalizaram as práticas e pensamentos coloniais, principalmente o racismo. De acordo com Bhabha (1998):

O conceito de diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural: a tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida apenas no momento da diferenciação. E é a própria autoridade da cultura como conhecimento da verdade referencial que está em questão no conceito e no momento da *enunciação*. O processo enunciativo introduz uma quebra entre a exigência culturalista tradicional de um modelo, uma tradição, uma comunidade, um sistema estável de referência, e a negação necessária da certeza na articulação de novas exigências, significados e estratégias culturais no presente político como prática de dominação [...] (BHABHA, 1998, p. 64).

Deste modo, neste sentido de produzir uma autoridade da cultura como conhecimento da “verdade” referencial, ao tratarmos sobre a questão da diferença, é importante ressaltar que, para quem está no topo da hierarquia do poder e que, portanto, impõe a questão da alteridade, sua atitude frente às questões da diferença se desmembrarão em: 1- se encarar a diferença como superior, irá copiá-la; 2- se encarar a diferença como inferior, irá exterminá-la (TODOROV, 1999).

Tendo, portanto, uma “semi-vida”, o colonizado será constituído e caracterizado a partir do discurso do colonizador que tem voz e pode usá-la quando, onde e como quiser, possui acesso aos meios de comunicação da época como jornal, frequenta reuniões da alta sociedade, ou seja, os discursos serão veiculados apenas por uma visão, a qual será hegemônica, unilateral. Sendo assim, ainda sobre a disseminação das opiniões e visões de mundo a partir do discurso, Bhabha aponta que:

[...] a construção do sujeito colonial em discurso do poder colonial pelo discurso implica uma articulação de formas de diferença – racial e sexual. Tal articulação torna-se crucial considerando-se que o corpo se encontra sempre e

simultaneamente inscrito tanto na economia do prazer e do desejo quanto na do discurso, da dominação e do poder. [...]. Assim, acredito, é o momento do discurso colonial. Configura-se a forma de discurso teoricamente mais subdesenvolvido, mas crucial para a ligação de uma gama de diferenças e discriminações que informa as práticas discursivas e políticas da hierarquização racial e cultural (BHABHA, 1992 p. 179).

Bhabha nos ajuda a perceber a aliança dos discursos na construção das desigualdades de raça, de classe e de gênero. Auxilia-nos a entender a relação entre o lugar inferiorizado produzido e reproduzido pelas fotografias e o lugar-objeto, silenciado, produzido pelas ciências humanas e sociais, em relação aos sujeitos negros, pobres, escravizados ou não, na história da nossa formação social. Permite-nos pensar na construção de assimetrias e desigualdades que persistem até nossos dias.

O discurso de poder colonial possui tamanha potência, tendo em vista sua capacidade de se ramificar e estabelecer hierarquias subjetivas tendo como base os eixos mencionados por Grosfoguel (2010) que são hierarquias referentes à questões de: orientação sexual; étnico/raciais; patriarcais; espirituais/religiosos; e de comunicação/linguagem/formas de se expressar. É partir destas práticas discursivas baseadas numa hierarquização política, racial e cultural que a subjetividades que os sujeitos que compõem a base desta pirâmide vão sendo inferiorizados, silenciados, até que se tornem inexistentes e ou quase nulas, ou sem força para que se enquadrem no projeto padrão de cidadania.

Entretanto, é necessário ressaltar que, mesmo que os sujeitos, por pressão social, internalizem estas subjetividades, hierarquias e práticas discursivas, esta naturalização foi codificada e imposta na cultura. Desta forma os sujeitos subalternos ocuparão uma espécie de lugar construído. Lugar que deve ser interrogado, problematizado na História e reconstruído na cultura do presente.

Assim, é partindo do argumento de Bhabha (1992) sobre as práticas discursivas e os lugares que os sujeitos ocupam e ou são levados a ocupar que, de acordo com FABRIS *apud* Koutsoukos (2006), as pessoas que ocupam a camada mais rica da sociedade brasileira haviam se apoderado de uma “série de estratégias de diferenciação, negadoras

da multiplicidade”⁵¹. Deste modo, o acesso e acervo fotográfico de famílias e pessoas negras é incontavelmente menor que o de pessoas e famílias brancas. Contudo, mesmo com o preço da fotografia, alguns escravos e forros pagavam para serem fotografados. Alguns negros criticavam esse gosto e anseio pela arte da fotografia, porém:

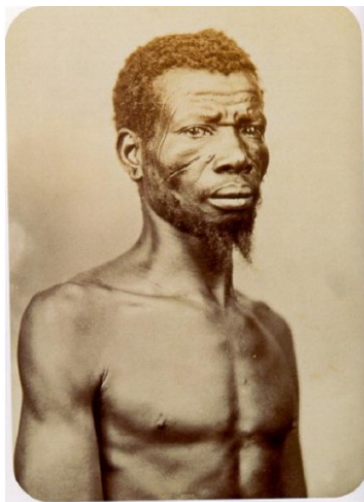
O status que dava uma fotografia podia ser até insignificante, se comparado à luta diária que alguns tinham que travar. Para outros, a foto individual ou em família podia ser o “alento”, ou até a “prova” visual para eles mesmos, e para amigos e parentes distantes, de que a sua luta estava valendo a pena. Para muitos, porém, o valor gasto nos pequenos retratos representava um investimento caro, que podia significar a privação de itens importantes à sua sobrevivência, ou à sobrevivência de seus dependentes (KOUTSOUKOS, 2006, p. 75).

Ainda que Koutsoukos coloque que a fotografia era, de fato, um signo que poderia e era utilizado pelos negros e que, por sua vez, proporcionava a promoção de certo tipo de informação entre eles, ou seja, que afinal a luta não era em vão e a resistência estava produzindo resultados minimamente satisfatórios, “o valor gasto nos pequenos retratos representava um investimento caro, que podia significar a privação de itens importantes à sua sobrevivência, ou à sobrevivência de seus dependentes” (KOUTSOUKOS, 2006, p. 83).

A fotografia, ao ser pensada como discurso indicador de determinada posição social, deveria, desta maneira, ser trabalhada pelo fotógrafo a fim de esconder marcas que sinalizassem os maus tratos sofridos pelos sujeitos quando foram escravos, cicatrizes protuberantes que indicavam qual tribo a que pertenciam antes de serem traficados, deficiências que adquiriram ao longo dos anos devido a trabalho exaustivo e repetitivo (KOUTSOUKOS, 2006). Com isso, à fim de exemplificar sujeitos com marcas de maus tratos selecionamos as seguintes fotografias:

Fotografia 14

⁵¹ KOUTSOUKOS, 2006, p. 26.



Fonte: (ERKMAKOFF, 2004, p. 25).

Sendo assim, negros forros procuravam extinguir em seu retrato evidências de uma escravidão vivida, pois:

Na segunda metade do século XIX, [...] o momento histórico exigia que, além de *ser livre*, a pessoa nascida livre ou a alforriada *parecesse livre* para os outros. Ela tinha que fazer uso de *símbolos* que indicassem a sua condição. [...] foi importante a adoção da forma de se retratar como os ditos brancos da sociedade, fazendo uso de seu modo de vestir e posar à europeia, numa tentativa de abrir caminho naquela sociedade exigente, competitiva e racista, e de se fazerem aceitas (ou toleradas). Essa era uma forma de tentar se esquivar dos estigmas da escravidão – não sendo esse um caso de “aculturação”, mas de estratégia de aceitação, ascensão e sobrevivência (KOUTSOUKOS, 2006, p. 88).

Nós lemos que, com isso, criou-se uma norma tácita naquele momento. Os negros forros e livres deveriam, por obrigação, adequarem suas vestimentas ao padrão europeu se quisessem que sua liberdade fosse minimamente reconhecida por aquela sociedade que não suportava a diferença, era exigente, escancarava sua dominância e produzia diariamente a desigualdade racial. Koutsoukos (2006) aponta que para além das roupas, quem fosse livre deveria “tentar construir a sua imagem, a princípio, a partir de códigos de representação e comportamento tomados inicialmente “emprestados” dos ditos brancos da sociedade” (KOUTSOUKOS, 2006, p. 83).

Isso ocorria, pois, de acordo com Quijano:

Os colonizadores impuseram também uma imagem mistificada de seus próprios padrões de produção de conhecimentos e significações. Os colocaram primeiro longe do acesso dos dominados. Mais tarde, os ensinaram de modo

parcial e seletivo, para cooptar alguns dominados em algumas instâncias do poder dos dominadores. Então a cultura europeia se converteu, além do mais, em uma sedução; dava acesso ao poder. Depois de tudo, mais além da repressão, o instrumento principal de todo poder é sua sedução. A europeização cultural se converteu em uma aspiração. Era um modo de participar no poder colonial. Mas também podia servir para destruí-lo e, depois, para alcançar os mesmos benefícios materiais e o mesmo poder que os europeus para conquistar a natureza (QUIJANO, 1992, p. 2).

Desta forma, é possível perceber há um lugar pré-estabelecido do ex-cativo e do negro nascido livre e a função deste lugar, por sua vez, é os localizar como inferiores. É como se a identidade cultural construída passasse necessariamente pela imposição de vestuários e práticas provenientes da Europa, permitindo que ela fosse mantida numa espécie de universo paralelo em que, sabemos que ela existe, mas não é possível alcançá-la ou colocá-la em prática devido às diretrizes estabelecidas pela realidade naquele momento.

Uma das formas desta representação ocorrerá por meio do retrato em que a pessoa negra posará usando joias que não são dela, num cenário colocado pelo fotógrafo que na maioria das vezes irá remeter ao “exótico” num estúdio fotográfico. Assim, de acordo com Koutsoukos (2006), era importante acompanhar o “padrão europeu” nas vestimentas e nos gestos, mas era impossível esconder a situação opressiva em que se encontravam, mesmo que se tentasse esconder:

Em tais retratos, ainda, as marcas corporais de posse, de torturas, de trabalhos pesados, etc., caso houvessem, não aparecem; aqueles são registros em que os estigmas da escravidão foram propositalmente ocultados. O negro livre e o forro procuravam a sua dignidade também através da imagem (KOUTSOUKOS, 2006, p. 91).

Tendo em vista que ex-cativos e negros livres muitas vezes buscavam encontrar e fundar sua dignidade por meio da imagem, a fotografia se tornou o que Bhabha (1992) conceituou como ‘discurso colonial como aparato de poder’. Pois, de acordo com os estudos de Boris Kossoy (2001), “a informação visual do fato representado na imagem fotográfica nunca é posta em dúvida. Sua fidedignidade é em geral aceita *a priori*, e isto decorre do privilegiado grau de credibilidade de que a fotografia sempre foi merecedora desde seu advento”⁵².

⁵² KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. P. 102

É a partir disso que a fotografia, no presente trabalho, é pensada como mecanismo visual para apreender a paisagem social do período demarcado e pensar sobre os sentidos veiculados nos discursos: a fotografia concebida em estúdios teria ajudado a promover um dispositivo no imaginário social disseminado entre as elites e que desembocaria no ideal de democracia racial de Freyre?⁵³.

Se a mensagem da fotografia, então, naquele momento não era contestada, o negro procurava estabelecer sua dignidade por meio de uma imagem forjada, que, por sua vez, caricaturava negros e negras, que no imaginário os tornaria artificialmente mais poderosos, ricos e bem quistos e os tornaria sujeitos que nunca haviam sido escravizados e que nunca tivessem vivido o que viveram. Ou seja, a partir do momento em que a pessoa negra se sente e é inferiorizada pela marca significativa da cultura, então tenta excluir a diferença de qualquer forma, a qualquer custo, tentando se encaixar na cultura do outro, ela está sendo submetida à lógica do discurso colonial como aparato de poder. De acordo com Bhabha (1992), o discurso colonial tem uma estratégia e “é um aparato que acende o reconhecimento e a negação das diferenças raciais/culturais/históricas”. Além disso:

O objetivo do discurso colonial se concentra em construir o colonizado como população de tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais. A despeito do jogo de poder estabelecido pelo discurso colonial e a mudança de posições dos seus conteúdos (por exemplo, efeitos de classe, gênero ideologia, formações sociais diferentes, sistemas variados de colonização, etc.), refiro-me a uma forma de governar que, ao marcar uma “nação subjetiva”, apropria-se, dirige e domina suas várias esferas de atividade (BHABHA, 1992, g. 184).

Desta forma, a partir da negação da diferença e também dessa vigilância mencionada por Bhabha (1991) no fragmento acima, Quijano complementa dizendo que:

A repressão cultural e o genocídio massivo levaram a que as prévias culturas da América fossem transformadas em subculturas camponesas iletradas, condenadas à oralidade. Isto é, despojadas de padrões próprios de expressão formalizada e objetivada, intelectual, plástica ou visual. Mais adiante, os sobreviventes não teriam outros modos de expressão intelectual ou plástica formalizada e objetivada, mas através dos padrões culturais dos dominantes, mesmo subvertendo-os em certos casos, para transmitir outras necessidades de expressão. A América Latina é, sem dúvida, o caso extremo da colonização cultural da Europa (QUIJANO, 1992, p. 3).

⁵³ Aqui nos referimos ao conceito de “democracia racial” cunhado por Gilberto Freyre em sua obra *Casa-Grande & Senzala*. Para mais detalhes sobre esta obra, checar: FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira Sob o Regime da Economia Patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

Deste modo, a determinação da diferença, e por conseguinte, da desigualdade, a partir do conceito de raça, que foi concebida e injetada no discurso colonial por itinerantes europeus e pelas elites latifundiárias, foi o que predominou nos registros oficiais e no imaginário social no que diz respeito à produção histórica e historiográfica. De acordo com Muniz (2011), na formação do pensamento social brasileiro e sua produção de signos e significados, corpos negros induzem dualidades que se vinculam de forma sistemática na cultura produzindo, assim, desigualdades históricas. Os corpos negros representam a exclusão social dada a partir de uma matriz de compreensibilidade cultural, desta maneira, as fotografias contém exposições históricas e apresentam imagens que revelam assimetrias e escancaram subjetividades que foram suprimidas pela vivência no cativeiro e também pelas teorias racialistas, responsáveis por estabelecerem limites a partir de questões raciais, de gênero e biológicas (MUNIZ, 2011).

As fotografias analisadas são surpreendentes pelo fato de provocarem muitas questões profundas por trás do que está impresso no papel. Ao fugirmos de apenas um olhar raso e literal, é possível apreender uma materialidade cultural construída que produziu e produz sentidos desiguais nos registros iconográficos, promovendo a naturalização da inferioridade da raça e marcando a violência engendrada cotidianamente na fotografia, nos discursos da memória e das ciências e, também, nas relações sociais no Brasil.

E assim, os negros são excluídos, subalternizados e oprimidos em diferentes discursos e representações sociais, e isso, por si só, já dificulta a sua inserção no trabalho, na política, nos espaços de poder e ascensão social. Isso ocorreria também porque a representação do negro nas fotografias do fim do século XIX até meados do XX ajudou a criar uma atmosfera mascarada de que o racismo havia sido extinto, somente pelo fato de que houve a abolição da escravatura. Trata-se de uma conjuntura política e social que exhibe a violência e as condições históricas de sua representação e muitas vezes impossibilita que se reconheçam, ou que sejam reconhecidos, nos termos de uma igualdade social, pois esta crença reiterada de que não há distinção de tratamento entre negros e brancos sutilha, naturaliza e banaliza a opressão que sofre o povo negro neste país.

A fotografia deu conta de mostrar a desigualdade? Até que ponto ela produz e reproduz o discurso social, inclusive expondo as marcas dos corpos excluídos e das mentes excludentes?

3.2 Os Estigmas dos Signos e Significados, Discursos de Poder e Convenções Sociais

O significado pejorativo referente ao negro no início e durante a colonização no Brasil foi construído social e culturalmente a partir do que Foucault (1997) chama de discursos, e que foram pensados como dispositivos políticos que contribuem para o êxito de um certo projeto de poder que sugere a aliança de elites nacionais e europeias naquele momento. Assim, a significação dada aos negros não foi concebida contemporaneamente ao surgimento do mundo, tampouco se materializou do nada. Segundo Hall (1997), foram um conjunto de **convenções sociais**. Foram condições históricas específicas, envoltas em interesses econômicos, religiosos e sobretudo escravocratas que engendram, o significado de que o negro não possuía alma, era inferior, era um animal, de maneira tão profunda que, naquela época, tornou-se natural e conveniente.

Posteriormente, já no século XIX, a pressão da Inglaterra sobre a Coroa para acabar com o tráfico de escravos e escravidão fez com que ela começasse a ceder. No ano de 1868, surgiu a necessidade de reforçar o Exército na Guerra do Paraguai, então Dom Pedro II proveu a carta de alforria aos escravos que se alistassem (MORAES, 2017). Desta maneira, após às leis abolicionistas, lidas aqui como expressão de conflitos de toda ordem, inclusive pressões de proprietários de terras e de escravos e tensões cotidianas, vários negros começaram a ser retratados em estúdios fotográficos. Já que o Império estava enfrentando pressões internacionais⁵⁴ e por questões de *status* e interesses de modernizar o país, tornou-se uma **convenção social** que o discurso se baseasse na condição dos negros como livres e iguais.

⁵⁴ Para maiores informações sobre as pressões internacionais sofridas pelo Império e no que elas resultaram, ver: CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. O Tráfico de Escravos, a Pressão Inglesa e a Lei de 1831. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 7, p. 95-114, Julho de 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Artigo-João-Daniel-Carvalho1.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

Assim, de acordo Foucault (1988), na elaboração destes discursos, os quais envolvem a relação entre saberes e poderes, que por sua vez, são hierárquicos, a reprodução destas imagens pré-fabricadas atua no sentido de promover uma política entre corpos e identidades que, ao manter práticas binárias e assimétricas no que diz respeito à significação, acabam por garantir a manutenção do *status quo* e acentuar esta hierarquia (FOUCAULT, 1988). Ou seja, os discursos, ao serem naturalizados, definem o lugar social dos sujeitos até que as convenções sociais mudem.

Deste modo, como aponta Stuart Hall (1997), se o significado é construído socialmente, então, as mudanças sociais podem vir a desconstruir e construir outros significados a depender da demanda da sociedade. É por esta razão que somos sujeitos CULTURAIS, pois os significados não são inerentes ao ser humano, eles são o produto de práticas sociais, embasadas na busca por poder ou não, que geram significado e permitem que as coisas signifiquem (HALL, 1997).

As fotografias são um fragmento retirado da realidade, portanto, são reais. Contudo, de acordo com Hall (1997), se uma fotografia possui significado, então, ela é passível de ser interpretada e, para interpretar as imagens, é necessário que utilizemos um mapa conceitual que relacione o que está representado na foto (por exemplo um negro com vestes adornadas, calçando sapatos e usando joias) ao conceito do que é ser negro no Brasil do século XIX. As fotografias de negros bem vestidos e com adereços carregam o significado de ambiguidade, pois querem mostrar/estetizar as contradições. Pois, até aquele momento, somente a elite e os senhores tinham este acesso e privilégio. Assim, as pessoas, ao verem a fotografia, logo assimilavam a esta nova condição que alguns negros estavam alcançando. Desta maneira, a questão aqui é que, o que é representado por meio da linguagem visual tem e ou pode ter relação e semelhança com a coisa real. A população brasileira assimilava pessoas retratadas em fotografias usando joias, cartola, bengala a PODER. Estas “coisas” exibem e significam poder. Mesmo que o negro retratado não tivesse posses, o fato de ele estar posando num estúdio, ajudou a criar o imaginário de que os negros libertos, tinham acesso a direitos iguais, oportunidade de ascensão tudo com base na meritocracia, visto que, a partir daquele momento, escravos que trabalhavam dentro da casa de seus senhores passaram a serem retratadas nas extremidades das fotos trazendo um significado embutido: as mulheres negras que aqui estão são quase que da família; e também negros retratados juntamente com imigrantes brancos poderia significar ou deixar subentendido que o Brasil era um país livre da escravidão e que

buscava por modernidade (KOUTSOUKOS, 2006); (CARNEIRO, 2006). Entretanto, esta relação é contraditória e não quer dizer escravidão **ou** liberdade, quer dizer escravidão **e** liberdade.

De acordo com Castoriadis, imaginário social é, fundamentalmente a elaboração “[...] de significações e criação de imagens ou figuras que são seu suporte. A relação entre a significação e seus suportes é o único sentido preciso que se pode atribuir ao termo simbólico; é com este sentido que este termo é utilizado aqui” (CASTORIADIS, 1982).

Se, portanto, o negro passou a ser representado cada vez mais frequentemente em fotografias aparentando ter posses e, de acordo com o imaginário social, estar numa fotografia significava ocupar um patamar distinto daquele em que a maioria dos negros ocupavam, isto talvez tenha sutilmente a significação que o negro possuía diante da sociedade. Foi com base nesta crença e após a imigração europeia promovida pelo Estado brasileiro a fim de incentivar a miscigenação objetivando o “branqueamento” da população brasileira que Gilberto Freyre ganhou tanto destaque com a tese de que haveria “democracia racial” no Brasil.

Todavia, se nos basearmos na questão da “arqueologia”⁵⁵ em que Foucault (2000) se recusa a acreditar que a linguagem é totalmente transparente, constatamos que o negro retratado na fotografia tem uma representação discursiva embasada em determinadas condições históricas e é configurada a partir delas. Ou seja, o discurso naquele momento era de que o negro poderia parecer igual perante a sociedade, entretanto, ele era cativo e, na prática não era o que ocorria, tendo em vista que mesmo abolida a escravidão, as oportunidades e o tratamento nunca foram parecidos. Assim, como bem sabemos, até hoje o racismo permeia a sociedade brasileira e a desigualdade social ainda é uma dura realidade neste país.

Este é um meio de incentivar a desnaturalização dos discursos que foram construídos e, com isso, identificar, acessar e tensionar alguns limites e fronteiras da CULTURA a fim de promover uma reconstrução de discursos, signos e significantes (FOUCAULT, 2000) sob sustentações baseadas na equidade.

⁵⁵ Aqui refiro-me às questões colocadas por Foucault na obra FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CONCLUSÃO

No primeiro capítulo foi realizada uma abordagem histórica da disciplina, discutindo particularmente sobre seus primórdios, suas perspectivas epistemológicas e principais conceitos que definem as Relações Internacionais no período em que era considerado ser possível separar teoria do mundo da prática.

Já no segundo capítulo, retomar e descrever as perspectivas contemporâneas decoloniais foi um desafio para se estudar outras vertentes que não procuram separar as duas esferas, ao contrário, ao desprezar a ideia de que a teoria seria um reflexo do mundo, escolhe compreendê-la como estando profundamente implicada na sua construção. Nesse sentido, pensar o conhecimento como criação social que está profundamente implicada na **construção do sujeito político** e do objeto da política, inclusive dos considerados atores sociais.

Em meio à reflexão sobre a epistemologia e a filosofia, introduzimos uma reflexão sobre a fotografia, como discurso. Assim, ao retomar a trajetória das Relações Internacionais, incluindo a abordagem dos estudos decoloniais, e buscar estabelecer um nexo entre as práticas do pensamento e da escrita, inclusive da escrita com a luz (fotografia), a perspectiva de tomá-las como “discursos” permite-nos entendê-los como “campos de força”, isto é, campos que incluem e excluem diversamente, que centram, deslocam ou marginalizam visões do mundo e do passado em graus e maneiras que refratam poderes daqueles que as promovem (JENKINS, 2007, p. 109).

Pensar como as ciências organizam os acontecimentos, os conceitos, as relações sociais – inclusive o Estado, os atores sociais, as representações da economia, da política, etc. – é também refletir sobre como os discursos corroboram assimetrias, reiteram ou contestam ou deslocam certas dominações, evidenciam assujeitamentos e re-constroem sujeitos/subjetivações, objetos/objetivações, subordinações e silenciamentos.

Em que o discurso fotográfico e a análise das fotografias contribuiria para a problemática das Relações Internacionais? Esta pergunta ocupou nossas reflexões ao longo dessa estrada. A princípio, pensamos em formulá-la a partir de fotografias que capturei da realidade do Brasil contemporâneo. Por razões éticas, alterei o projeto. Assim, por meio de algumas imagens do cotidiano da população negra do século XIX, buscamos

refletir sobre a construção de quadros populacionais, atores sociais e particularmente sujeitos construídos em locais de exclusão, ou marginalizados.

Este presente trabalho foi produzido como desafio e pretexto a fim de refletir sobre a sociedade brasileira por meio da fotografia e, a partir delas, exercitar a problematização epistemológica e estética acerca de sujeitos negros; interrogar o que o discurso da fotografia quer dizer, o que as fotos revelam, ao criarem uma atmosfera em que o negro aparenta uma certa projeção social, somente por estar usando vestes e joias do estúdio.

Também refletir sobre os espaços sociais construídos e re-construídos em diferentes discursos – nas teorias das R.I. e nas telas da fotografia - , como pretexto, inclusive, para pensar no âmbito da paisagem histórica e contemporânea do Brasil com base na análise das fotografias, além de buscar, com isso, aprofundar a reflexão sobre a representação e as formas de existência social. Ao praticarmos a abordagem analítica dos estudos acerca das representações sociais e da construção das identidades culturais, buscamos observar como ou se a representação fotográfica do negro que aparentava ser livre ajudou a promover e consolidar no imaginário social o mito da democracia racial.

Assim, em relação às fotografias do século XIX, Carneiro (2015) reitera, ainda, que “enigmáticas, silenciadas, aquelas figuras [...] se disseminam nas telas da representação fotográfica e habitam uma encruzilhada: local que revela permanências de certos costumes da monarquia escravocrata em meio a anseios de modernidade”. Com isso, a exclusão do negro na sociedade brasileira também se manteve e aquele conjunto iconográfico contribuiu, a nosso ver, para a ideia de que haveria, sim, uma “democracia racial”, levando à falsa noção de que o preconceito e a desigualdade estariam, ao abrigo daquele conceito, definitivamente erradicados. Esse fato, entre outros, gerou no Brasil um caso singular em que o racismo é explícito e, mesmo assim, um grande contingente populacional não consegue enxergá-lo, visto que essas práticas excludentes foram naturalizadas ao longo dos anos.

Deste modo, buscamos refletir sobre sentidos que foram construídos historicamente e que contribuíram e contribuem para invisibilizar e naturalizar esse processo conflituoso que ainda não foi superado. O objetivo das imagens não é apenas uma maneira de expressar esteticamente ou uma forma narrativa de exemplificação da

realidade, elas produzem significados e aqui servem como denúncia sobre um signo impregnado de tensões e sentidos.

Alimentamos a concepção pejorativa de que quando se fala de Política Internacional e negro, estamos nos referindo somente àqueles que participam de milícias em países africanos que estão em situação de guerras civis, ou àqueles que contraíram o vírus da AIDS e precisam de ajuda em forma de cooperação técnica internacional, etc. É óbvio que também temos que falar destes fenômenos, pois representam questões sérias e que devem sim receber atenção de organismos internacionais, entretanto, o que queremos dizer aqui, é que tais narrativas e representações, sejam científicas ou iconográficas, precisam ser desconstruídas e reconstruídas em outros termos. É preciso, portanto, criticar as representações do passado e os discursos que se entrelaçam para construir estigmas e preconceitos. De acordo com Santi e Santi (2008):

Para examinar as práticas de representação, Hall (1997) de imediato lembra que a representação liga o significado e a linguagem à cultura. Para ele, representar é usar a língua/linguagem para dizer algo significativo ou representar o mundo de forma significativa a outrem. A representação é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura. Ou, de forma mais sucinta, [...] representar é produzir significados através da linguagem. Descrever ou retratar, junto a simbolizar e significar (SANTI e SANTI, 2008, p. 4).

Assim, tratar as fotografias e também as teorias das relações sociais como representações, em sua historicidade, é uma forma de conhecer e desconstruir certas matrizes do pensamento que estão presentes em origens racistas e preconceituosas que influenciaram diretamente da formulação da Política Internacional. Deste modo, só assim conseguiremos desnaturalizar a noção da subalternidade que aparece e reaparece nos discursos sociais. Segundo Hall (1997), a representação é o resultado da produção do significado, com isso, se a sociedade produz que o significado de ser negro é “ser malandro”, é “ser pobre”, é “ser ladrão”, no caso das mulheres é ser “objeto sexual”, logo, na Política Internacional, a pessoa negra também será representada desta maneira, ou seja, será o pobre na África, será o membro de uma milícia, será o favelado na América Latina, será a camareira da Casa Branca.

Para Hall (1997), é arbitrária a relação que fazemos entre definição e objeto, pois determinado objeto só tem aquele nome porque alguém o nomeou, deste modo, este objeto possui um nome histórico. De acordo com o autor, somos nós que damos

significado a alguém ou à alguma coisa, assim, o significado não nasceu com o objeto, com a pessoa, ou com um acontecimento, não foi pré-determinado; fomos nós que criamos e estabelecemos o significado. Ao lerem Hall (1997), Santi e Santi (2008) entendem que:

Esta é a forma objetiva porque nos tornamos, desde crianças, sujeitos culturais: tal conhecimento não está inscrito em nossa genética, mas é o que permite que convivamos em nossa cultura como seres dotados das mesmas capacidades de expressão e comunicação. A principal conclusão dessa reflexão é que o significado não é inerente às coisas do mundo. Ele é construído, produzido: é o resultado de uma prática de significações, que faz as coisas significarem (SANTI e SANTI, 2008, p.5).

Ao partirmos do pressuposto de que uma representação e um significado é construído, deste modo, ele é passível de ser desconstruído. Pois, ao apontarmos aspectos de sua construção, interferimos na existência deste significado, submetendo-o a questionamentos. Os questionamentos funcionam como embrião de uma mudança.

E essa mudança só poderá ser concretizada quando negros e negras alcançarem ascensão social, forem alvos de políticas públicas que promovam a inclusão, sua inserção social, daí a importância das cotas, de políticas de reparação, de serem contratados em cargos importantes em Organizações Internacionais e órgãos de seus governos, entre outros, para que assim, eles próprios produzam seus significados quanto à formulação da Política Internacional e insiram uma nova cultura que dê voz às suas demandas e opiniões no Sistema Internacional.

A autora Lilian Schwarcz (2001) vai além e indica que o racismo sutil existente na sociedade brasileira não é o ponto final. Se este tema se enquadrasse apenas na qualificação do racismo como naturalizado, que atua “por debaixo dos panos”, provavelmente este tópico já teria sido extinto da agenda política doméstica do Brasil. Contudo, ele ainda permanece tendo em vista que a questão de raça neste país caminha de mãos dadas com outras particularidades que o racismo apresenta e que não podem ser resolvidas apenas a partir da utilização do recurso da denúncia.

Com isso, Schwarcz nos traz o seguinte questionamento: “Como distinguir quem é negro e quem é branco no país? Como determinar a cor, quando não se fica para sempre negro no Brasil, quando se “embranquece” por dinheiro e se “empretece” por declínio

social?”. A partir disso, a autora afirma que aqui, a cor da pele funciona como um jogo baseado em escalas que, por sua vez, é utilizada como artifício em distintas circunstâncias sociais, econômicas e ou políticas. Assim, este jogo que perpetua uma maquiagem social é o que mantém intacto os vínculos com estruturas do passado como a colonização e escravidão (SCHWARCZ, 2001).

Ao elencarmos os elementos que constituem a “atuação” do racismo no Brasil, é possível concluir que “o mito da democracia racial” permanece atuante, se fortalece, se ramifica e se apropria dos discursos e representações, mesmo que o tempo passe. Com isso podemos apreender que ele atua com o que Schwarcz (2001) designa como “um mascaramento intencional da realidade [...] que não parece fruto do acaso, mas sim resultado de um excesso de significação” (SCHWARCZ, 2001).

Deste modo, segundo a autora:

Por mais longínquo que pareça, esse exemplo revela uma postura comum e alentada. Palco para representações de ordem diversa, “raça”, no Brasil, foi sobretudo um pretexto para a elevação dessa pátria que se quer nação. Inocente ou culpada, reprimida ou exotizada, o fato é que poucas vezes o discurso formal dialogava de perto com a própria realidade, e a população negra – majoritária nos censos – permanecia basicamente ausente da representação (SCHWARCZ, 2001, p. 87).

A partir das questões mencionadas acima, seguindo as contribuições de Quijano (1992), penso que uma alternativa para a superação do racismo no Brasil é óbvia: é necessário que a colonialidade do poder mundial seja extinta, a começar pela descolonização epistemológica a fim de promover uma interlocução, produção de conhecimento e entendimento intelectual inovadores e representativos que sejam produzidos com base em outra racionalidade e a partir de experiências e significações que busquem a inclusão com base na universalidade (QUIJANO, 1992).

Ainda concordando com as contribuições de Quijano (1992), reflito também na medida em que a colonialidade do poder mundial for extinta, é provável que as relações interculturais serão libertas do padrão de poder, o que proporcionará a libertação de todos os indivíduos. De acordo com o autor, “[...]sobretudo, a liberdade parte, por fim, do processo de libertação social de todo poder organizado como desigualdade, como discriminatório, como exploração, como dominação” (QUIJANO, 1992).

Nessa busca pela libertação das amarras da colonialidade, é necessário que haja um diálogo. Segundo Grosfoguel, (2010) é fundamental que haja, na relação entre Norte e Sul global “um diálogo de tipo horizontal, por contraposição com o diálogo vertical característico do Ocidente, exige uma transformação nas estruturas de poder globais. Não podemos presumir um consenso [...] ou uma relação igual entre culturas e povos globalmente extremados nos dois polos da diferença colonial” (GROSFOGUEL, 2010).

A partir daí, já obteremos espaço e possibilidade de pensar estruturas que possam ir além do eurocentrismo e fundamentalismo. Assim, concluo, concordando com Dussel (2001), que a transmodernidade é uma possível solução. De acordo com o autor, a transmodernidade busca finalizar o incompleto e pendente projeto de descolonização que permeou grande parte do século XIX. Com isso, ao invés de uma “superior” e única modernidade que é centralizada nas invasões e dominações europeias e que foi compulsória a todos os povos colonizados como uma obrigação de organização social com base num contorno global, Enrique Dussel recomenda o enfrentamento da modernidade que está posta atualmente com foco no eurocentrismo. A tática se dá através da produção, estudo e composição de propostas, contestações e argumentações críticas decoloniais que surjam no seio de culturas e localidades que foram designadas como subalternas. Assim, as epistemologias produzidas pelo Sul Global promoverá lugares epistêmicos a povos subalternizados que foram colonizados. De acordo com Grosfoguel (2010), Mignolo (2000), ao ler Dussel (2001) entende que “a transmodernidade seria equivalente à "diversidade enquanto projeto universal", que é o resultado do "pensamento crítico de fronteira" enquanto intervenção epistêmica dos diversos subalternos” (GROSFOGUEL 2010).

Para concluir, ainda que provisoriamente essas reflexões, finalizo com uma citação de Ramón Grosfoguel:

Nos últimos 510 anos do "sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno europeu/euro-americano", passámos do "cristianiza-te ou dou-te um tiro" do século XVI, para o "civiliza-te ou dou-te um tiro" do século XIX, para o "desenvolve-te ou dou-te um tiro" do século XX, para o recente "neoliberaliza-te ou dou-te um tiro" dos finais do século XX e para o "democratiza-te ou dou-te um tiro" do início do século XXI. Não houve respeito nem reconhecimento pelas formas de democracia indígenas, fossem elas africanas, islâmicas, ou outras não-europeias. A forma liberal da democracia é a única aceite e legitimada. As formas outras de democracia são rejeitadas. Se a população não-europeia não aceita as condições da democracia

liberal euro-americana, esta é imposta pela força em nome da civilização e do progresso. É preciso reconceptualizar a democracia de maneira transmoderna, de modo a que seja descolonizada da democracia liberal, ou seja, da forma ocidental de democracia, que é uma forma racializada e centrada no capitalismo (GROSFOGUEL, 2010, p. 19).

REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. Seizing the Middle Ground: Constructivism In World Politics. **European Journal Of International Relations**, [s.l.], v. 3, n. 3, p.319-363, set. 1997. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1354066197003003003>.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ARAÚJO, José Wiliam Corrêa de. **A Noção de Consciência Moral em Bernhard Häring e Sua Contribuição à Atual Crise de Valores**. 2007. 79 f. Tese (Doutorado) - Curso de Teologia, Pontífica Universidade Católica (PUC-RIO), Rio de Janeiro, 2007. Cap. 2. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10103/10103_3.PDF>. Acesso em: 02 maio 2017.
- BACZKO, Bronislaw. “**A imaginação social**” In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARTHES, Roland, **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1984.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [S.l.], v. 31, n. 1, p.15-24, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100002>.
- BHABHA, Homi K. A Questão do "Outro": Diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p. 177-205.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BRAGA, Nathalia Rocha Carneiro Ferraz. Perspectivas Positivistas e Pós-Positivistas nas Relações Internacionais: As Divergências Epistemológicas Levariam a Distinções em Seu Modo de Fazer Ciência? **Revista Pólemos**, Brasília, v. 2, n. 4, p.58-68, dez. 2013.
- CARNEIRO, Henrique. “Guerra dos Trinta Anos”. In: MAGNOLI, Demétrio (org.) **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 184-187.
- CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se "Preta, Com Muito Bom Leite, Prendada e Carinhosa": Uma Cartografia das Amas-de-Leite na Sociedade Carioca (1850-1888)**. 2006. 419 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- _____. Fotografia e História, a existência e o vestígio remanescente: corpos negros de mulheres no ‘Teatro de Enunciados’ do Brasil oitocentista. **Revista Transversos. “Dossiê: O Corpo na História e a História do Corpo”**. Rio de Janeiro, Vol. 05, nº. 05, pp. 86-106, Ano 02. dez. 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2015.19799

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. *Corpos Negros em Exposição no Museu Imaginário da Nação: Em Busca de Novos Enquadramentos*. In: PORTELA, Cristiane et al (Org.). **Mulheres e Violências: Interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 226-241.

CARR, Edward Hallet. **Vinte Anos de Crise 1919 - 1939: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 1981.

CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. O Tráfico de Escravos, a Pressão Inglesa e a Lei de 1831. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 7, p. 95-114, Julho de 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Artigo-João-Daniel-Carvalho1.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

CASTLE, Peter, **Collecting and valuing old photographs**. Londres, Bell & Hyman, 1979, 2a. edição, p. xiii (na introdução).

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 277.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DONATO, Manuella Riane A.; MELLO, Vico Denis S. de. O Pensamento Iluminista e o Desencantamento do Mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, v. 4, n. 2, p.248-264, dez. 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/118/O_Pensamento_Iluminista_e_o_Desencantamento_do_Mundo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana**, p. 55-70. Buenos Aires: Clacso, 2005.

_____. **Hacia una Filosofía Política Crítica**. Bilbao, España: Desclée de Brouwer, 2001.

FROTA-PESSOA, Oswaldo. Raça e Eugenia. In: SCWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 29-45.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade. A vontade de saber**. 13. ed. Trad. M.T.C. Albuquerque e J.A.G.Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira Sob o Regime da Economia Patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GALEANO, Eduardo H. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2014. 397 p.

_____, Eduardo. **O Livro dos Abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2015. 270 p.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 455-491.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da Modernidade**. S. Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 171-173.

HALL, Stuart. “**The Work of Representation**”. In: HALL, Stuart (org.) Representation. Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

_____, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

JUBRAN, Bruno Mariotto; LEÃES, Ricardo Fagundes; VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **Relações internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Porto Alegre: FEE Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2015.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **No Estúdio do Fotógrafo: Representação e auto-representação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX**. 2006. 382 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Multimeios, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Algumas Teorias das Relações Internacionais: Realismo, Idealismo e Grocianismo. **Revista Intersaberes**, Curitiba, v. 1, n. 1, p.56-77, jan. 2006.

LAPID, Yossef. **The Third Debate: On the Prospects of International Theory in Post-Positivist Era**. *International Studies Quartely*, v.33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1983.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces**. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.73-98, jul. 1996. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

_____, Ana Maria. “Imagem e Auto-imagem do Segundo Reinado”. In: NOVAIS, Fernando A. (Dir.). **História da vida privada no Brasil: Império – a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2.

_____, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. **Revista Studium**, Campinas, n.15, p.1-17, 2004. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

MELLO, Vico Denis S. de; DONATO, Manuella Riane A. O Pensamento Iluminista e o Desencantamento do Mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, ano II, n. 4, p.248-264, dez. 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/118/O_Pensamento_Iluminista_e_o_Desencantamento_do_Mundo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

MENDES, Pedro Emanuel. A (re)invenção das Relações Internacionais na Viragem do Século: O Desafio do Construtivismo. **Revista Relações Internacionais**, Lisboa, v. 49, n. 36, p.105-118, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ipri.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i/49-relacoes-internacionais-n-36>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MIGNOLO, Walter. **Local Histories/Global Designs**: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MORAES, Denise. Comprando soldados: uma estratégia de recrutamento para a Guerra do Paraguai (Artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <http://www.cafehistoria.com.br/comprando-soldados-guerra-do-paraguai>. Publicado em: 31 Jul 2017. Acesso: 13 Ago 2017.

MORGENTHAU, Hans. **A Política Entre as Nações**: A Luta Pelo Poder e Pela Paz. São Paulo: Editora Universidade Federal de Brasília (UnB), 2003.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O refrão da Nação/Civilização e uma dupla sertaneja: viajantes estrangeiros e o interior do Brasil Oitocentista. In: MUNIZ, D.C.G. e SENA, E.C. (org.) **Nação, Civilização e História: leituras sertanejas**. Goiânia: PUC-GO, 2011.

MUÑOZ, Luciano da Rosa. O Sujeito nas Relações Internacionais: Um Problema Epistemológico. **Universitas: Relações Internacionais**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.01-13, 23 jul. 2015. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <http://dx.doi.org/10.5102/uri.v13i1.3249>.

NEUFELD, Mark A. **The Restructuring of International Relations Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NEVES, Lucas Vieira Baeta. **História e imagem**: a sociedade escrita com a luz. Rio de Janeiro (1840 – 1889). 2006. 226 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOTT, Josiah Clark. **Indigenous Races Of The Earth**: New Chapters Of Ethnological Enquiry. Philadelphia: Lippincott & co, 1857.

OSTERMAN, Mark; ROMER, Grant B. **Focal Encyclopedia of Photography: Digital Imaging, Theory and Applications, History and Science**. 4. ed. Oxford: Elsevier, 2007. Disponível em: <[https://www.politicalavenue.com/PDF/ENCYCLOPEDIAS/Encyclopedia of Photography.pdf](https://www.politicalavenue.com/PDF/ENCYCLOPEDIAS/Encyclopedia%20of%20Photography.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2017.

PERES, Hugo Freitas. O Debate Entre Neorrealismo e Neoliberalismo. **Revista Intersaberes**, Curitiba, ano 4, n. 7, p.69-88, jan. 2009.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-racionalidad". In: BONILLO, Heraclio (comp.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449. Tradução de Wanderson flor do nascimento.

_____, Aníbal (1993), "OERaza¹, OEetnia¹ y OENación¹ en Mariátegui: **Cuestiones Abiertas**", in Roland Morgues (org.), José Carlos Mariátegui y Europa: El Otro Aspecto del Descubrimiento. Lima, Perú: Empresa Editora Amauta S.A., 167–187.

_____, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. En livro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 03 mai. 2017.

RIBEIRO, Gladys Sabina. "'Ser português' ou 'ser brasileiro'?". In: **A Liberdade em Construção**. Rio de Janeiro: Relume Dumará-FAPERJ, 2002, p. 27-143.

RIGUEIRA, Paulo. Relações Internacionais Como Disciplina. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 36, p. 23-46, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 abr. 2018.

ROSEVICS, Larissa. Do Pós-Colonial à Decolonialidade. In: CARVALHO, Glauber; ROSEVICS, Larisa (Org.). **Diálogos Internacionais: Reflexões Críticas do Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017. p. 187-192. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B0ohqhWTSmmIdjh2LTZUQndoc2M/view>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

RUFINO, Joel. **O Que é Racismo?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente Como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTI, Heloise Chierentin; SANTI, Vilso Junior Chierentin. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Anagrama**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.1-12, set. 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/anagrama/Santi_Stuarthall.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Teorias Raciais, Uma Construção Histórica de Finais do Século XIX: O Contexto Brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (Org.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996. Cap. 8. p. 147-186.

_____, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América. A Questão do Outro**. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. 2ª ed, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VENTURA, Roberto. **Escritores, Escravos e Mestiços: Raça e Natureza na Cultura Brasileira**. 1988. 247 f. Tese (Doutorado) - Curso de Teoria Literária e Literatura Comparada, Teoria Literária e Literatura Comparada, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

WALLERSTEIN, Immanuel. **La creación del sistema mundial moderno**. In: BERNARDO, L. *Un mundo jamás imaginado*. Bogotá: Editorial Santillana, 1992.

_____. **World-System Analysis: The Second Phase**. Review, XIII, 2, 287-93, Spring, 1990.

_____. **Historical capitalism**. New York: Monthly Review Press. 1983.

WAEVER, Ole. The Rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. **International Theory: positivism and beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ANEXO

FONTES: Fotografias utilizadas

Fotografia 1 – Retrato de senhor com cinco escravos. Cartão-de-visita de Militão Augusto de Azevedo. São Paulo, 1879. Acervo do Museu Paulista. IC 16544-0481-2814

Fotografia 2 – Retrato de senhora da família Costa Carvalho na cadeirinha, com dois escravos. Cartão-de-visita de autor desconhecido. Bahia, c. 1860. Acervo do Instituto Moreira Salles.

Fotografia 3 – Retrato de escravo porteiro de escritório da família Comber. Cartão-de-visita de A. W. Osborne. Recife, [1861-1864]. Acervo Fundaj, CFR 1800.

Fotografia 4 – Retrato de barbeiro e freguês (este, com ferros nos tornozelos). Cartão-de-visita de Christiano Junior. Rio de Janeiro, c. 1865. Acervo de SPHAN. Foto reproduzida de AZEVEDO, Paulo César e LISSOVSKY, Mauricio (org.), *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo, Ed. Ex Libris, 1988, prancha 66.

Fotografia 5 – Retrato de homens cumprimentando-se e segurando guarda-chuvas. Cartão-de-visita de Christiano Junior. Rio de Janeiro, c. 1865. Acervo do SPHAN. Foto reproduzida de AZEVEDO, Paulo César e LISSOVSKY, Mauricio (org.). *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo, Ed. Ex Libris, 1988, prancha 57.

Fotografia 6 – Fotografia de criança “brincando” com sua babá, quem também provavelmente fora sua ama-de-leite. Retrato de Jorge Henrique Papf. Petrópolis – Rio de Janeiro, c. 1899. Pertencente ao acervo de George Ermakoff, a qual sua reprodução foi retirada de ERMAKOFF, George. **O negro na fotografia brasileira do século XIX.** Rio de Janeiro, G. Ermakoff Casa Editorial, 2004. P. 98.

Fotografia 7 – Retrato de busto de uma escrava. Formato de Cartão-de-visita de Alberto Henschel. Recife, c. 1870. Está localizado no Acervo do Leibniz-Institut – AL. Foto reproduzida de ERMAKOFF, George. **O negro na fotografia brasileira do século XIX.** Rio de Janeiro, G. Ermakoff Casa Editorial, 2004. P. 22.

Fotografia 8 – Maria Rita Meireles da Costa Pinto retratada no colo de sua ama-de-leite de nome Benvinda. A fotografia é em formato Carte-Cabinet (11x16,5cm) e foi tirada por Antonio da Silva Lopes Cardozo. Bahia, c. 1881. Acervo do Arquivo Nacional. 02/FOT/76.

Fotografia 9 - Fotografia de “Mina Ondo” usando um colar, calça com tecido de “bolinhas” e turbante. De Augusto Stahl. Rio de Janeiro, c. 1865. Acervo do The Peabody Museum of Archaeology & Ethnology. Foto reproduzida de ERMAKOFF, George, 2004, p. 240.

Fotografia 10 – NOTT, Josiah Clark. **Indigenous Races Of The Earth**: New Chapters Of Ethnological Enquiry. Philadelphia: Lippincott & co, 1857. P. 207.

Fotografia 11 – NOTT, Josiah Clark. **Indigenous Races Of The Earth**: New Chapters Of Ethnological Enquiry. Philadelphia: Lippincott & co, 1857. P. 548.

Fotografia 12 – Retrato antropométrico de homem negro de costas, perfil e frente. Dimensões: 21 x 28 cm, de Augusto Stahl. Rio de Janeiro, c. 1865. Acervo do The Peabody Museum of Archaeology & Ethnology. Foto reproduzida de ERMAKOFF, George, **O negro na fotografia brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro, G. Ermakoff Casa Editorial, 2004, P. 251.

Fotografia 13 – Fotografia de cunho antropométrico de mulher negra de todos os ângulos. AUGUSTO STAHL, *Albumen*, 21 x 28 cm, The Peabody Museum of Archeaology & Ethnology, c. 1865.

Fotografia 14 – Retrato de homem da etnia “Mina Mondri”. Dimensões: 15,4 x 11, 7 cm, de Augusto Stahl. Rio de Janeiro, c. 1865. Acervo do The Peabody Museum of Archaeology & Ethnology. Foto reproduzida de ERMAKOFF, George, *O negro na fotografia brasileira do século XIX*. Rio de Janeiro, G. Ermakoff Casa Editorial, 2004, p.25.